



2016

CONSOLIDADO
GRUPO IP

1º SEMESTRE

 **Infraestruturas**
de Portugal



Infraestruturas
de Portugal

Infraestruturas de Portugal, SA

Campus do Pragal · Praça da Portagem
2809-013 ALMADA · Portugal

Tel. +(351) 212 879 000

e-mail ip@infraestruturasdeportugal.pt

Capital Social 3 895 375 000 €

NIF 503 933 813

www.infraestruturasdeportugal.pt

IP Engenharia, SA

Rua José da Costa Pedreira, 11
1750-130 LISBOA · Portugal

Tel. +(351) 217 511 700

Fax +(351) 217 540 600

e-mail info@ipengenharia.pt

Capital Social 1 500 000,00 €

NIF 500 440 131

www.ipengenharia.pt

IP Património, SA

Campus do Pragal
Praça da Portagem
2809-013 ALMADA · Portugal

Tel. +(351) 212 879 656

e-mail geral@ippatrimonio.pt

Capital Social 5 500 000 €

NIF 502 613 092

www.ippatrimonio.pt

IP Telecom, SA

Rua Passeio do Báltico, 4
1990-036 LISBOA · Portugal

Tel. +(351) 211 024 000

e-mail info@iptelecom.pt

Capital Social 10 000 000,00 €

NIF 505 065 630

www.iptelecom.pt

GIL Gare Intermodal de Lisboa, SA

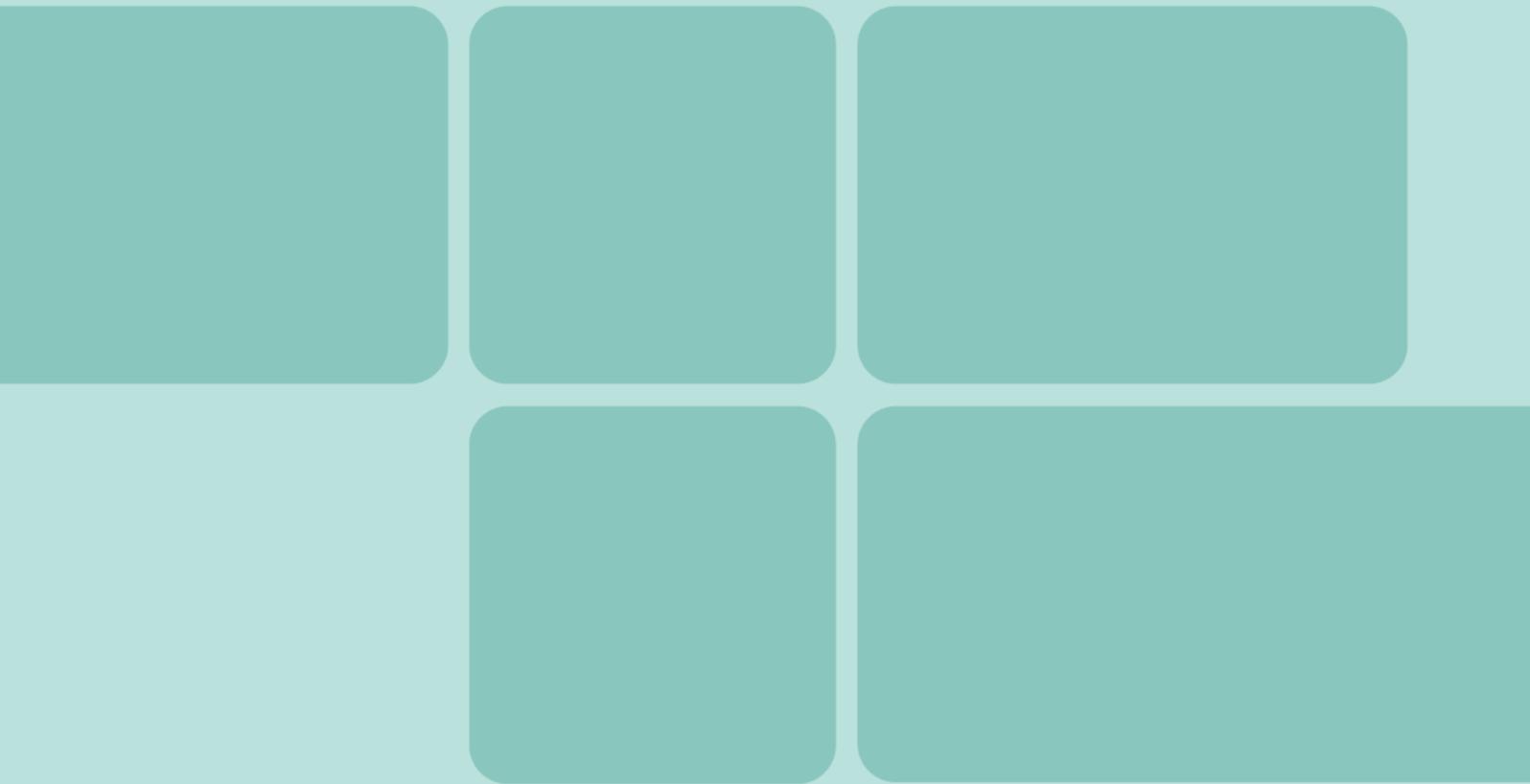
Palácio Coimbra · Rua de Santa Apolónia, 53
1100-468 LISBOA

Tel. +(351) 212 879 000

e-mail gil@infraestruturasdeportugal.pt

Capital Social 1 952 160,00 €

NIF 503 299 120



PARTE I

RELATÓRIO DE GESTÃO

ÍNDICE

1.	MENSAGEM DO PRESIDENTE	6
2.	O GRUPO IP.....	8
	A IP: Empresa-mãe.....	8
	O Grupo IP	13
3.	PERFORMANCE DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2016	16
4.	DESTAQUES DO SEMESTRE	25
	O Semestre em revista	25
	Enquadramento macroeconómico	29
	Inauguração do Túnel do Marão	30
	1.º Open Day da IP	32
5.	SEGMENTOS DE NEGÓCIO.....	34
6.	DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO	49
	Rendimentos Operacionais.....	49
	Gastos Operacionais	51
	Estrutura Patrimonial	53
7.	GESTÃO FINANCEIRA E DÍVIDA	56
	Gestão Financeira e Dívida.....	56
	Estrutura da Dívida Financeira do Grupo IP.....	57
	Análise dos Resultados Financeiros do Grupo IP	60
8.	EVENTOS SUBSEQUENTES.....	64
9.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONDENSADAS CONSOLIDADAS E NOTAS.....	67
10.	RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONDENSADAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016	143

01

MENSAGEM DO PRESIDENTE



1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

Este semestre ficou marcado pelo primeiro aniversário do Grupo Infraestruturas de Portugal (Grupo IP), criado pela fusão da Estradas de Portugal com o Grupo REFER.

O principal objetivo deste ambicioso projeto é assegurar uma visão integrada das infraestruturas rodoviárias e ferroviárias de forma a potenciar a intermodalidade e comodidade, racionalizando os investimentos e focando na mobilidade eficiente e racional da empresa.

É neste contexto que surgem os primeiros resultados consolidados do Grupo IP, que no 1.º semestre de 2016 regista um Resultado Líquido Positivo de 5,1 milhões de euros (uma melhoria muito significativa face ao período homólogo que apresentava Resultado Líquido negativo de 12,3 milhões de euros) e um EBITDA de 308 milhões de euros.

Os primeiros resultados do Grupo IP demonstram, assim, a bondade da decisão tomada: a gestão conjunta das infraestruturas ferroviárias e rodoviárias permite aportar valor, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista operacional.

Liderar a IP, num contexto em que é preciso cimentar os processos que a urgência da fusão gerou, sobretudo ao nível do capital humano, é um objetivo substantivo. O tempo continua a ser de trabalho, com vista ao aprofundamento das condições de sustentabilidade financeira da empresa e de bem-estar dos/as colaboradores/as, para quem destino o principal agradecimento pelo empenho e profissionalismo demonstrado.

Um agradecimento também aos atuais e antecessores órgãos sociais da empresa e, naturalmente, um agradecimento ao acionista e concedente pela colaboração e confiança sempre demonstrada.

Finalmente, um compromisso com os nossos clientes, os utilizadores das nossas infraestruturas rodoferroviárias, no sentido da preservação e melhoria permanente da qualidade do serviço que oferecemos.

Bem hajam...

O GRUPO IP



2. O GRUPO IP

A IP: EMPRESA-MÃE

A Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP) é a empresa pública que resultou da fusão entre a Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E. (REFER) e a EP - Estradas de Portugal, S.A. (EP), consagrada no dia 1 de junho de 2015, na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 91/2015, de 29 de maio.

A IP é responsável pela gestão de infraestruturas, nos termos dos contratos de concessão geral da rede rodoviária nacional e de obrigações de serviço público de gestão da infraestrutura integrante da rede ferroviária nacional, celebrados com o Estado, bem como de outras infraestruturas sob sua administração.

A empresa tem como foco da sua atividade os domínios da conceção, projeto, construção, financiamento, conservação, exploração, requalificação, alargamento e modernização das redes rodoviária e ferroviária nacionais, incluindo o comando e controlo da circulação ferroviária.

Fazem, igualmente, parte do objeto da empresa as atividades de exploração do domínio público ferroviário e rodoviário do Estado, e do seu património autónomo, designadamente, a exploração de áreas de serviço, de parques de estacionamento, bem como, dos sistemas de informação e gestão de tráfego, dos sistemas de segurança ferroviária e rodoviária, do canal técnico e das redes de comunicações entre infraestruturas.

A IP integra a tutela do Ministério do Planeamento e das Infraestruturas, estando, nos termos da lei, sujeita à jurisdição e ao controlo exercido pelo Tribunal de Contas, bem como ao controlo da Inspeção Geral de Finanças.

O capital social da IP, à data de 30 de Junho de 2016, é de 3.495.375.000 euros, e encontra-se integralmente subscrito e realizado pelo Estado, sendo as respetivas ações, em número de 699.075, e no valor nominal de 5.000 euros, detidas na totalidade pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, através da qual são exercidos os direitos do Estado como acionista.

No início deste ano, e com efeitos a 1 de janeiro, o Governo assinou com a IP um contrato que define e regula os termos e condições da prestação, pela IP, das obrigações de serviço público de gestão da infraestrutura integrante da rede ferroviária nacional, bem como as indemnizações compensatórias decorrentes a pagar pelo Estado.

Este contrato programa é de extrema importância para a prossecução do serviço público de gestão da infraestrutura ferroviária, dando cumprimento a uma diretiva europeia e o enquadramento legal, no qual se consagram as indemnizações compensatórias necessárias e suficientes para assegurar o equilíbrio económico-financeiro, da prestação desse serviço.

Já em 2007 o Estado havia celebrado com a então EP, agora integrada na IP, um contrato de concessão para a rede rodoviária nacional, cujas bases foram aprovadas através do Decreto-Lei n.º 380/2007, de 13 de novembro, e, posteriormente, alteradas pela Lei n.º 13/2008, de 29 de fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 110/2009, de 18 de maio, e pelo Decreto-Lei n.º 44-N/2010, de 5 de maio.

Modelo de Governação: Órgãos Sociais

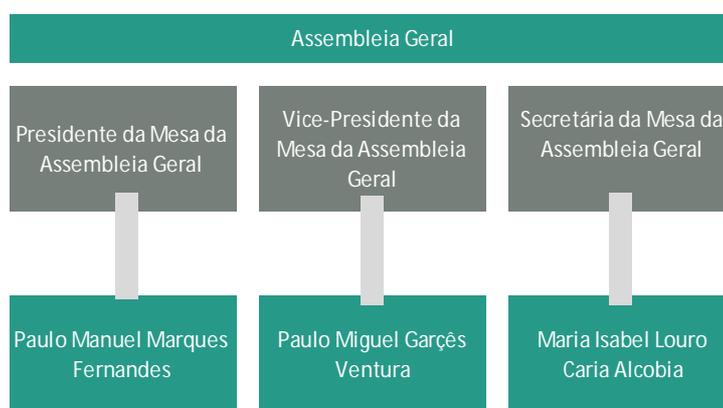
A IP reveste a natureza de empresa pública sob a forma de sociedade anónima e rege-se pelo Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio, que a criou, pelos seus estatutos, aprovados em anexo ao referido diploma legal, pelo regime jurídico do setor público empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, pelas boas práticas de governo societário aplicáveis ao setor, pelas disposições do Código das Sociedades Comerciais, regulamentos internos e normas jurídicas nacionais e europeias subjacentes à sua atividade.

Quanto ao modelo de governo societário, a IP adota o modelo dualista, permitindo uma separação eficaz do exercício da supervisão e da função de gestão da sociedade na prossecução dos objetivos e interesses da empresa, do seu acionista, colaboradores e restantes *stakeholders*, contribuindo, desta forma, para alcançar o grau de confiança e transparência necessário ao seu adequado funcionamento e otimização.

Os órgãos sociais da IP são constituídos pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração Executivo, pelo Conselho Geral e de Supervisão, que integra uma Comissão para as Matérias Financeiras, e pelo Revisor Oficial de Contas.

Assembleia Geral

É composta pelos acionistas, sendo a Mesa da Assembleia Geral constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário.



Conselho Geral e de Supervisão

Nos termos do Artigo 20.º dos estatutos da IP o Conselho Geral e de Supervisão (CGS) é constituído por seis a nove membros, designados em assembleia geral, que designa também quem, de entre eles, exerce as funções de presidente.

Estão atualmente designados para o Conselho Geral e de Supervisão três membros, os quais constituem também a Comissão para as Matérias Financeiras, cuja composição se apresenta de seguida:



Revisor Oficial de Contas

As funções de Revisor Oficial de Contas (ROC) estão atualmente a ser asseguradas pela Sociedade P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados, SROC, Lda..

Conselho de Administração Executivo

O Conselho de Administração Executivo é constituído por sete membros, dos quais um é o presidente e dois são vice-presidentes. Apresenta-se na figura seguinte a sua constituição, em 30 de junho de 2016, e a respetiva distribuição de pelouros:



¹ António Carlos Laranjo da Silva é Presidente do Conselho de Administração da Infraestruturas de Portugal, desde o dia 1 de agosto, substituindo António Manuel Palma Ramalho.

Conselho de Administração Executivo	Áreas de Responsabilidade / Pelouros
<p>Vice-Presidente José Luís Ribeiro dos Santos ²⁾</p>	<ul style="list-style-type: none"> Planeamento Rodoferroviário Gestão da Circulação Gestão de Empreendimentos Rodoviários Gestão de Empreendimentos Ferroviários IP Engenharia
<p>Vogal Alberto Manuel de Almeida Diogo</p>	<ul style="list-style-type: none"> Compras e Logística Finanças, Mercados e Regulação Planeamento Corporativo e Controlo de Gestão Segurança e Sustentabilidade Ferroviária
<p>Vogal Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira</p>	<ul style="list-style-type: none"> Acessibilidade, Telemática e ITS Comercial e Desenvolvimento de Negócio Desenvolvimento Organizacional Sistemas de Informação IP Telecom
<p>Vogal Adriano Rafael de Sousa Moreira</p>	<ul style="list-style-type: none"> Academia Assuntos Jurídicos Capital Humano Risco e Compliance Secretaria-Geral
<p>Vogal José Carlos de Abreu e Couto Osório</p>	<ul style="list-style-type: none"> IP Património

² Carlos Alberto João Fernandes foi nomeado em 16-08-2016 o Vice-Presidente do Conselho de Administração Executivo da IP, substituindo José Luís Ribeiro dos Santos.

Genericamente, a organização divide-se em duas grandes áreas, uma composta pelas direções que prestam serviços de suporte (partilhados e corporativos), de valor acrescentado interno, e outra do negócio, de onde saem os produtos e serviços para o exterior e se concretiza o serviço prestado pelo Grupo IP.

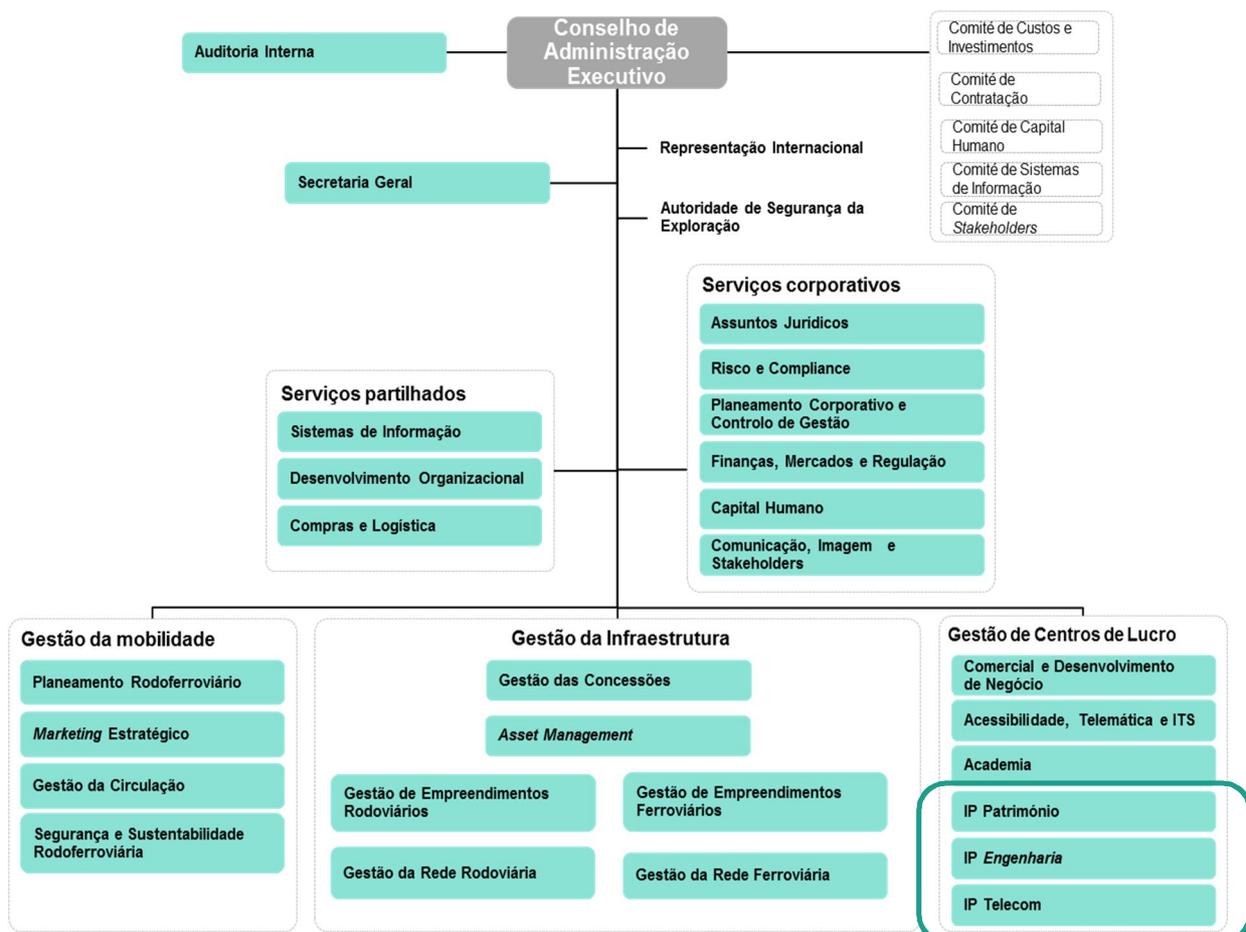
No organograma incluem-se cinco grupos de Unidades Orgânicas, 3 grupos de áreas *core* e 2 grupos de áreas de apoio:

Áreas *core*:

- unidades dedicadas à **gestão da mobilidade** das quais se espera a implementação do novo paradigma de planeamento integrado das redes e de gestão da mobilidade rodoferroviária, de acordo com princípios de segurança e de sustentabilidade;
- unidades dedicadas à **gestão da infraestrutura** antecipando-se ganhos de eficiência derivados da aplicação de princípios de *asset management*;
- unidades correspondentes a **centros de lucro**, orientadas para o aumento das receitas não *core*.

Áreas de apoio: nas quais se inserem os **serviços partilhados** e os **serviços corporativos**, destinados à obtenção de sinergias por ganhos de escala e de know-how.

Complementarmente, enquanto mecanismo de gestão de interfaces e de partilha da decisão, fazem parte do modelo orgânico cinco **Comités** associados a processos críticos da empresa.

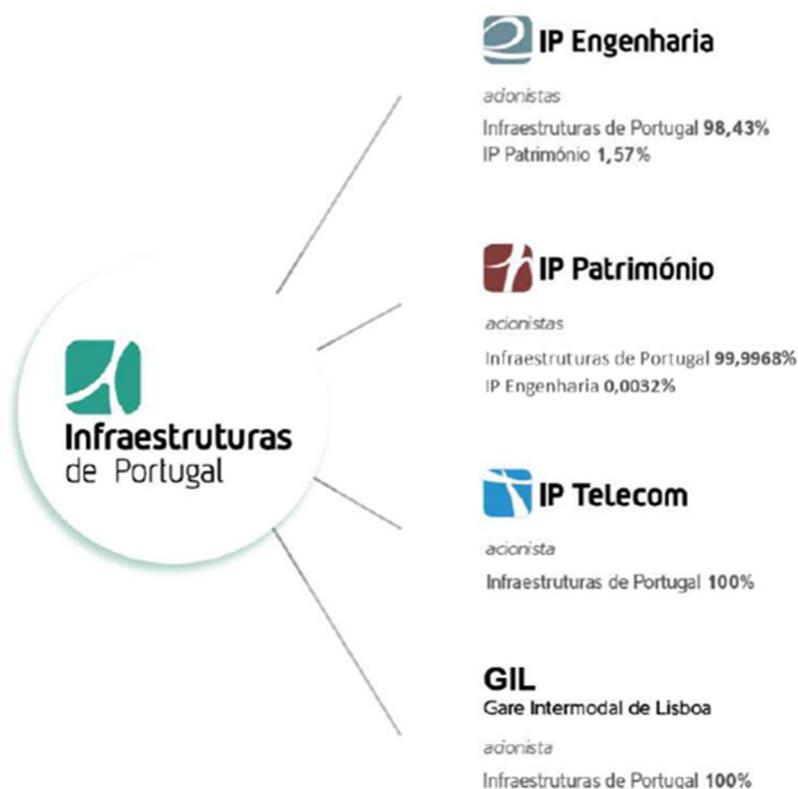


O GRUPO IP

Para o desenvolvimento da sua atividade, a IP pode constituir ou participar no capital social de qualquer sociedade, independentemente do seu objeto.

As empresas participadas visam constituir centros de lucro com o objetivo de otimizar as receitas não *core* do Grupo IP, rentabilizando a capacidade excedentária dos ativos não utilizados nas atividades principais.

O Grupo IP incorpora o saber técnico necessário ao bom desempenho da infraestrutura rodoferroviária contando, para isso, com os recursos, as competências e a experiência que o posicionam, igualmente, como parceiro privilegiado para cooperar e prestar assessoria e serviços nas mais variadas áreas, numa lógica de transferência de conhecimento e de know-how.

 **IP Engenharia**

A IP Engenharia, S.A é uma sociedade anónima com o capital social de 1.500.000 euros que tem como acionistas a IP, S.A., a qual detém 295.286 ações com o valor nominal de 5,00 euros cada, correspondente a uma participação de 98,43% do total do capital, o que perfaz uma participação, ao valor nominal, de 1.476.430,00 euros, e a IP Património, S.A., a qual detém 4.714 ações com o valor nominal de 5,00 euros cada, correspondente a uma participação de 1,57% do total do capital, o que perfaz uma participação, ao valor nominal, de 23.570,00 euros.

A IP ENGENHARIA tem como missão prestar serviços de engenharia de transportes de suporte à atividade da IP e em projetos multidisciplinares rodoviários e/ou ferroviários, fornecendo soluções de mobilidade com um elevado nível de integração, quer ao nível nacional quer internacional.

 **IP Telecom**

A IP Telecom, S.A. é uma sociedade anónima com o capital social de 10.000.000 euros, integralmente subscrito e realizado pelo acionista único IP, S.A. e representado por 200 000 ações com o valor nominal de 50,00 euros cada.

A IP TELECOM tem como objeto o estabelecimento, gestão e exploração de infraestruturas e sistemas de telecomunicações, a prestação de serviços de telecomunicações bem como o exercício de quaisquer atividades que sejam complementares, subsidiárias ou acessórias daquelas diretamente ou através de constituição ou participação em sociedades.

A sua missão consiste em assegurar a gestão eficaz da infraestrutura de telecomunicações concessionada pelo Acionista, garantindo-lhe a excelência no fornecimento e prestação de serviços de Sistemas e Tecnologias de Informação e Comunicações, baseado em soluções inovadoras com foco nas tecnologias *Cloud* e Segurança e na principal infraestrutura nacional de telecomunicações, assente em fibra ótica e canal técnico rodoviário, para o Mercado Empresarial e Organismos Públicos.

 **IP Património**

A IP Património, S.A. é uma sociedade anónima com o capital social de 5.500.000 euros e que tem como acionistas a IP, S.A. com a participação de 99,9968% e de 1.099.965 ações do valor nominal de 5,00 euros, e a IP Engenharia, S.A. com a participação de 0,0032% e de 35 ações do mesmo valor nominal.

A IP PATRIMÓNIO tem como missão atuar no âmbito da aquisição, expropriação, atualização cadastral e alienação de bens imóveis ou constituição de direitos sobre os mesmos, bem como na rentabilização dos ativos afetos à concessão ou ao património autónomo do Grupo IP e ainda na gestão e exploração de estações e equipamentos associados, incluindo a respetiva gestão operacional.

A **GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A.**, tem a missão de proceder à exploração/gestão do Complexo Intermodal designado por Estação do Oriente. O capital social da GIL, no montante de 1.952.160 euros, é representado por 392 000 ações ao valor nominal de 4,98 euros, integralmente subscrito e realizado pelo acionista único IP, S.A..

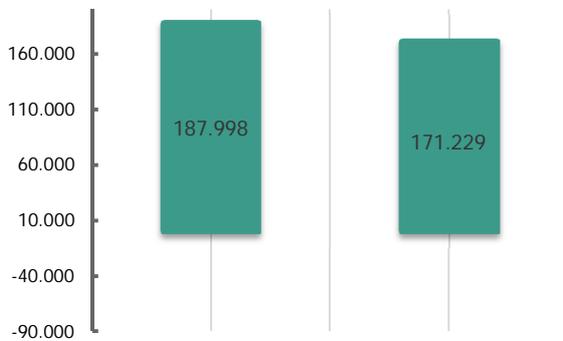
03

PERFORMANCE DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2016



3. PERFORMANCE DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2016

Resultados Operacionais
[milhares de euros]



-9%

Efetivo



-2%

EBITDA
[milhares de euros]



-4%

Volume de Negócios
[milhares de euros]



-9%

Resultado Líquido

[milhares de euros]



+141%

Resultado Financeiro

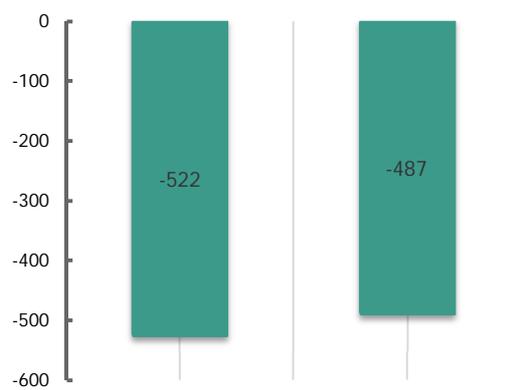
[milhares de euros]



+16%

Cash flow total (IP)

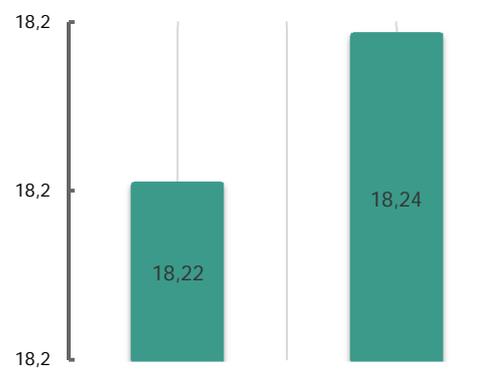
[milhões de euros]



-7%

Comboio Km

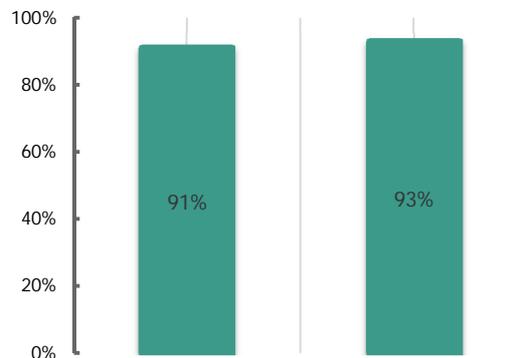
[milhões]



+0,1

Índice de Pontualidade

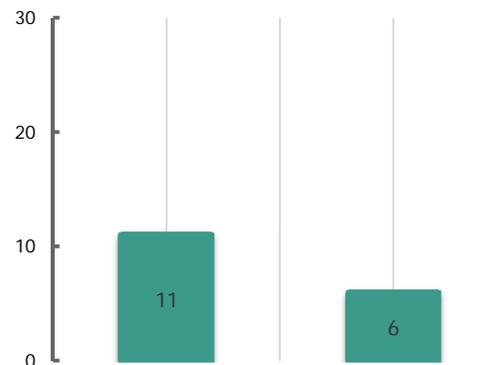
[%]



+ 2 p.p.

Acidentes em PN

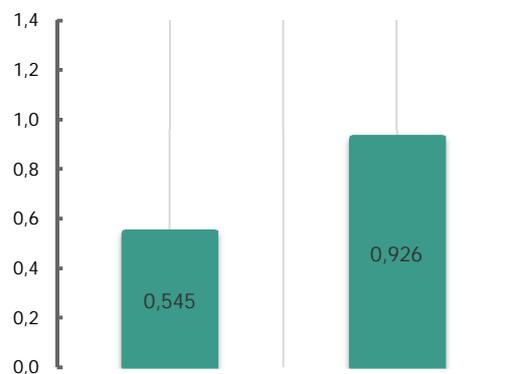
[n.º]



- 45%

Nível de segurança rodoviária

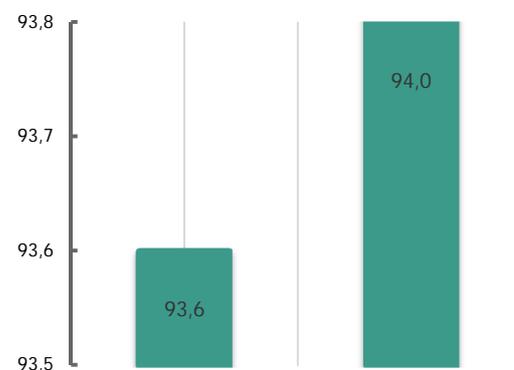
[Acidentes significativos por MCK]



+70%

Qualidade da Rede Ferroviária

[%]



+ 0,4
p.p.

OBJETIVOS DE GESTÃO

Os objetivos de gestão do Grupo IP integram um conjunto de 36 indicadores corporativos que, no seu conjunto, abarcam transversalmente a atividade do Grupo e permitem controlar, ao longo do ano e no âmbito do Sistema de Controlo de Gestão, a performance da empresa.

Seis destes indicadores são denominados “Indicadores do Acionista” e constituem os indicadores de mais alto nível, cujo resultado é absolutamente fundamental para o alcance dos objetivos financeiros e operacionais da empresa, correspondendo ainda às metas que a empresa se compromete a atingir perante o seu Acionista.

Tendo em consideração a periodicidade previamente estabelecida, foram apurados, neste período, 5 (dos 6) indicadores cujos resultados se apresentam em quadro, conjuntamente com uma breve descrição da fórmula de cálculo e metas a alcançar:

Eixo Estratégico	Indicador	Fórmula de cálculo	Meta 2016	Objetivo 1.º Sem.	Resultado 1.º Sem.
1. Mobilidade Sustentável	Receitas core (M€) (cash)	Ótica: Cash / Âmbito: IP Inclui: \sum Serviços Ferroviários (Diretório de Rede) + \sum Portagens + \sum IC + \sum CSR + \sum Outros Core (concessões)	1.234 M€	539 M€	478 M€
	Grau de cumprimento dos níveis serviço rodoviários	Corresponde a: Desvio ponderado do resultado dos indicadores (Índice de Segurança + Qualidade da Infraestrutura) face à meta prevista.	100%	Anual	Anual
	Grau de cumprimento dos níveis serviço ferroviários	Corresponde a: Desvio ponderado do resultado dos indicadores (Índice de Segurança + Qualidade da Infraestrutura + Fiabilidade da Infraestrutura + Nível de Utilização) face à meta prevista.	100%	100%	102%
2. Eficiência TOTEX das Infraestruturas	Indicador agregado Plano de Intervenções na Rede (PETI3+ e Plano de Proximidade)	$A*0,25+B*0,25+C*0,25+D*0,25$ (A) N.º de obras desenvolvidas e previstas no Plano / N.º de obras previstas no plano. (B) N.º total de obras desenvolvidas / N.º de obras previstas no plano. (C) Prazo total planeado das atividades desenvolvidas previstas no plano / Prazo total real das atividades desenvolvidas que estavam previstas no plano (D) Custo total planeado das atividades desenvolvidas previstas no plano / Custo total real das atividades desenvolvidas que estavam previstas no plano	85%	85%	70%
3. Sinergias de Estrutura	Cost to Income (%)	Ótica: Cash / Âmbito: IP Inclui: \sum Pagamentos operacionais (não inclui IRC) / \sum recebimentos operacionais	41%	44%	31%
5. Autonomia Financeira	Cash Flow Total (M€)	Ótica: Cash / Âmbito: IP Inclui: \sum Receitas - \sum Despesas - \sum Passivos financeiros	-1.098,5 M€	-789,6 M€	-486,6 M€

Os resultados obtidos no primeiro semestre do ano permitem-nos perceber que três indicadores de acionista atingiram as respetivas metas, tendo outros dois ficado abaixo dos valores esperados. De seguida, avaliam-se os resultados e apuram-se as justificações que suportam os desvios verificados:

RECEITAS CORE – CASH (M€)

As receitas core da IP atingiram no primeiro semestre do ano os 478,1 milhões de euros, ou seja, 60,3 milhões de euros aquém do objetivo estabelecido para o período (538,6 M€). Para este efeito, contribuíram positivamente as receitas com portagens e os serviços DR, no entanto, os valores previstos com a Contribuição do Serviço Rodoviário (CSR) e Indemnizações Compensatórias (IC) não permitiram alcançar a meta estabelecida:

- Portagens: +10,7 M€
- Serviços DR: +1,7 M€
- CSR: -54,8 M€
- IC: -18,0 M€, ou seja, não foi recebido qualquer montante.

Receitas de Portagens – Cash (M€)

A receita total de portagens somou 156,6 milhões de euros, o que corresponde a +10,7 milhões de euros (7,4%) do que o montante previsto no orçamento da empresa neste período. Comparando com o período homólogo, as receitas com portagens apresentam um acréscimo de 8%, o que representa um aumento de 11,3 milhões de euros, desconsiderando-se para esta comparação a receita da Beira Interior em 2015, cujas receitas passaram para a concessionária, e Túnel do Marão em 2016.

Receitas de serviços diretórios de rede – cash (m€)

A receita total com serviços DR no primeiro semestre do ano atingiu 50,2 milhões de euros, o que representa um desvio positivo de 1,7 milhões de euros face à meta estabelecida. Para este resultado destacam-se como principais desvios, o acordo de regularização de dívida com a CP Carga, que representa um acréscimo de 3,3 milhões de euros, e o facto do operador Fertagus ter vindo a efetuar pagamentos parciais da faturação, a qual, no primeiro semestre de 2016, representou um decréscimo de 0,9 milhões de euros.

Receita CSR – Cash (M€)

A receita total da CSR neste período somou 271,3 milhões de euros, o que representa um défice de 54,8 milhões de euros face ao valor esperado para o período. Este desvio negativo é justificado pelo atraso de 1 mês nos recebimentos da CSR, em face da alteração de procedimentos instituídos a partir da entrada em vigor do OE 2016. Em junho foi recebida a receita relativa a maio, estando em atraso (à data de 30 de junho) o recebimento da receita relativa a junho, no valor de 53,3 milhões de euros.

Face ao período homólogo de 2015, verifica-se um decréscimo de 29,8 milhões de euros (-10%). Caso se considerasse o valor referente a junho (53,3 M€), os valores da CSR estariam 23,5 M€ acima dos valores de 2015, o que é justificado pelo aumento dos valores nominais em sede de OE 2015 apenas terem tido efeito em Mar.15, mas também pelo aumento do consumo de gasóleo (+1,5 %). Em sentido inverso o consumo de gasolina diminuiu 1,7%.

NÍVEIS DE SERVIÇO FERROVIÁRIOS

O indicador do grau de cumprimento do serviço ferroviário é determinado com base no cumprimento das metas estabelecidas para os seguintes indicadores corporativos: Índice de Segurança Ferroviária (ISF), Qualidade da Infraestrutura Ferroviária, Fiabilidade da Infraestrutura Ferroviária e Nível de Utilização da Rede Ferroviária, tendo sido ultrapassada a meta estabelecida para o primeiro semestre do ano em 2%.

Índice de Segurança Ferroviária

O Índice de Segurança Ferroviária apresentou um comportamento positivo no período, ou seja, ocorreram 0,926 AS/Mck, o que apresenta um valor inferior face à meta definida (1,003 AS/Mck). Importa ainda referir que, dos 17 Acidentes Significativos verificados, 16 são por causa externa ao sistema ferroviário, e 1 causado por operadores ferroviários.

Qualidade da Infraestrutura Ferroviária

O indicador de Qualidade da Infraestrutura Ferroviária, que comporta a qualidade da infraestrutura ferroviária (% rede em QN1 e QN2 – via larga, bitola 1668) e Estado de conservação de Obras de arte – pontes e túneis da RFN, apresenta um resultado global de 84,4%, ou seja, 0,6 p.p. acima da meta definida para o indicador (83,9%).

Ao nível da qualidade da infraestrutura ferroviária de via, os 94,04% obtidos comparam com a meta de 93,0%, em resultado da tendência geral de redução dos ativos classificados em “Mau” estado (correspondendo aos ativos que têm mais de 50% das suas secções em QN3), sendo que aqueles que foram classificados como estando em bom estado (ativos com todas as secções avaliadas em QN1) se apresentam relativamente constantes.

Ao nível das Obras de Arte, o valor obtido foi de 74,7% que, face à meta 74,1%, permite concluir que o resultado se encontra alinhado.

Fiabilidade da Infraestrutura Ferroviária

O indicador de Fiabilidade da Infraestrutura Ferroviária atingiu no primeiro semestre de 2016 um valor global de 93,3%, suportado nos resultados parciais de 93,7% para passageiros e 82,2% para mercadorias, o que representa 3,3 p.p. acima da meta estabelecida – 90%). Relativamente ao índice de pontualidade de passageiros importa realçar que os níveis para os diferentes tipos de comboios foram os seguintes:

- IP Alta Qualidade: 83,8%;
- IP Urbanos: 96,5%;
- IP Intercidades: 81,3%.

Nota: considera o tráfego Urbano com patamar 5 minutos para a Pontualidade)

Nível da Utilização Ferroviária

Ao Nível da Utilização Ferroviária, realizou-se um total acumulado de 18.238.322 comboios quilómetro (CK), que correspondem a um aumento, face a 2015, da utilização da infraestrutura por operadores ferroviários em 17.557 CK (+ 0,1 %), o que no entanto representa um resultado abaixo da meta estabelecida para o período (0,5%).

PLANO DE INTERVENÇÕES NA REDE (PETI3+ E PLANO DE PROXIMIDADE):

O indicador de acompanhamento da concretização do Plano de Intervenções na Rede apresentou um resultado global de 70,0%, ou seja, 15 p.p. abaixo da meta estabelecida. O resultado das componentes PETI 3+ e Plano de proximidade, tem a seguinte desagregação:

PETI3+: 72,7%

- N.º Total de Obras Lançadas e Previstas no PETI3+: 50%; (1 em 2 previstas, correspondendo à empreitada de eletrificação do troço Nine - Viana incluindo as estações técnicas);
- N.º Total de Obras Lançadas: 50% (1 em 2);
- Cumprimento de Prazos: 91%
 - Desvio no Prazo de Contratação: 0%;
 - Consignação: 0%;
 - Execução de Obra: verificou-se um aumento no prazo global das empreitadas concluídas de 16%;
- Cumprimento do Orçamento de Obra: 100%.

Plano de Proximidade: 69,8%

- N.º Total de Obras Lançadas e Previstas no PP: 45%; (32 em 71 previstas, todas ferroviárias);
- N.º Total de Obras Lançadas: 45% (32 em 71);
- Cumprimento de Prazos: 89%
 - Desvio no Prazo de Contratação: verificou-se um desvio global de +2% nos prazos globais de contratação;
 - Consignação: verificou-se uma antecipação de 5% nos prazos globais de consignação;
 - Execução de Obra: verificou-se um aumento no prazo global das empreitadas concluídas de 36%;
- Cumprimento do Orçamento de Obra: 99,9%, que corresponde a montantes adicionais totais de 197.013 euros, face a 187.407.057 euros de contratos iniciais.

COST TO INCOME (%)

O cost to income, que mede a quota-parte dos proveitos operacionais que é absorvida pelos custos operacionais, apresenta um resultado positivo face ao objetivo para o primeiro semestre (31% vs. 44%), que se deve ao decréscimo em 107 milhões de euros (-43%) dos pagamentos operacionais (excluindo impostos) face ao previsto em orçamento e cujos principais agregados se descrevem:

- Conservação Rodoviária: pagamentos de 25,8 M€ (-49%);
- Conservação Ferroviária: pagamentos de 24,0 M€ (-48%);
- Outros pagamentos operacionais: 29,2 M€ (-64%);
- Gastos com Pessoal: 55,0 M€ (-9%);

Na comparação com o período homólogo de 2015 verifica-se um ligeiro agravamento do indicador (31% em 2016 vs. 29% em 2015), decorrente de a redução dos recebimentos operacionais (-9%) ter sido superior à redução verificada ao nível dos pagamentos operacionais (-6%).

As receitas operacionais da IP (onde se excluem as receitas com as novas concessões) estão 69,3 milhões de euros (-12%) abaixo do previsto em orçamento, e 49,5 milhões de euros abaixo do período homólogo de 2015, o que se deve sobretudo, em ambos os casos, ao facto da CSR de Junho não ter sido recebida no período.

CASH FLOW TOTAL (M€)

O cash flow total da IP atingiu em termos acumulados os -486,6 milhões de euros, o que corresponde a um desvio positivo de 303 milhões de euros face à meta prevista para o período (-789,6 M€). Para o resultado deste indicador tiveram forte influência a redução dos pagamentos operacionais, pagamentos de investimento e encargos financeiros, face ao previsto em orçamento:

- Redução dos pagamentos operacionais: 106,7 M€;
- Redução dos Investimento na Rede Própria (PETI3+ e PP): 46,3 M€;
- Redução dos Encargos Financeiros: 152,3 M€, devido ao não pagamento em maio do montante de 151,8 M€ de juros de empréstimos do Estado previsto em orçamento - concedida moratória até Nov16;
- Desvio de -84,0 M€ nas Parcerias Rodoviárias (-9,9%), o que se justifica com alguns pagamentos de disponibilidade e serviço relativos ao mês de junho terem sido efetuados apenas em julho (53,9 M€).

No que respeita às receitas, verifica-se uma diminuição dos recebimentos operacionais em 69,3 milhões de euros e dos outros rendimentos em 6,3 milhões de euros (PIDDAC e Alienação Ativos), apesar dos fundos comunitários apresentarem um resultado positivo em 5,7 milhões de euros. Em síntese, mesmo desconsiderando o efeito da redução dos encargos financeiros, e o efeito relativo às Parcerias Rodoviárias, o desvio do Cash Flow Total mantém-se positivo em cerca de 67 milhões de euros.

DESTAQUES DO SEMESTRE



4. DESTAQUES DO SEMESTRE

O SEMESTRE EM REVISTA



- IP termina o ano de 2015 com Índice de Qualidade da infraestrutura ferroviária acima dos 93% e Nível de Pontualidade acima dos 80%.
- Conclusão dos trabalhos de estabilização de talude de escavação situado entre os km 137,5 e 137,65 da Linha do Norte, localizado entre as estações de Seiça-Ourém e Caxarias, que teve um investimento associado de cerca de 85 mil euros.
- Conclusão de um conjunto de intervenções, na Linha da Beira Baixa, na especialidade de Via e Geotecnia, com o objetivo de aumentar os níveis de disponibilidade, segurança e qualidade da infraestrutura ferroviária, com um investimento conjunto de cerca de 3,2 milhões de euros, tendo a sua concretização permitido o levantamento de quatro limitações de velocidade de longa duração que vigoravam no troço, contribuindo para a redução do atraso, por comboio, na Linha da Beira Baixa, em mais de dois minutos.
- Conclusão da intervenção de estabilização dos taludes na EN115-1, repondo as condições de circulação desta estrada na zona de atravessamento da U.F. de Lamas e Cercal, concelho do Cadaval.



- Apresentação dos investimentos da IP - Conferência de Imprensa com a presença do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques.
- Conclusão dos trabalhos de estabilização dos taludes localizados ao km 65,5 da EN8 junto a Bombarral, no concelho do Cadaval, e ao km 14,4 da EN115-3, perto de Cadafais no concelho de Alenquer, que representaram um investimento de perto de 50 mil euros e decorreram por um período de três meses.
- Lançamento da empreitada de eletrificação da Linha do Minho, no troço entre Nine e Viana do Castelo, numa extensão total de 43,6 quilómetros, com um valor base de concurso de 21,5 milhões de euros, com o prazo de execução de 18 meses.
- 89% das pontes da rede rodoviária da IP classificadas com estado de conservação de bom ou muito bom.



- Consignação da reabilitação da Ponte Eiffel, em Viana do Castelo à empresa Teixeira Duarte, pelo valor de 117.790,49 euros.
- Conclusão da intervenção de reforço e reabilitação da Ponte do Zêzere, localizada ao km 157,7 da Linha da Beira Baixa, que representou um investimento na ordem dos 850 mil euros, tendo a gestão, coordenação e fiscalização dos trabalhos sido assegurada por meios internos da IP.

- Apresentação dos primeiros resultados anuais 2015 da IP, com conferência de imprensa na Sala do Rei na Estação do Rossio – IP atinge um EBITDA de 652 milhões de euros no ano e um resultado líquido de 12,5 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 85 milhões de euros.
- Conclusão da reabilitação da Ponte sobre a Ribeira do Torgal na EN120 em Odemira, e da Ponte sobre o Rio Oeiras, na ER267 em Almodôvar, distrito de Beja, que decorreram ao longo de seis meses e representaram um investimento conjunto de cerca de 460 mil euros.
- Consignação da empreitada de renovação integral de via da Linha do Norte entre as Estações de Alfarelos e Pampilhosa, numa extensão de 35 quilómetros, representando um investimento que ascende aos 30,5 milhões de euros, numa cerimónia realizada na Estação Ferroviária de Alfarelos, que contou com a presença do Sr. Secretário de Estado das Infraestruturas, Guilherme W. D'Oliveira Martins.
- Contrato programa da RFN: o Estado assinou com a IP um contrato que regula os termos e condições da prestação, pela IP, das obrigações de serviço público de gestão da infraestrutura integrante da rede ferroviária nacional (RFN), bem como das indemnizações compensatórias decorrentes a pagar pelo Estado. Com efeitos a 1 de janeiro deste ano, e pelo prazo de cinco anos, a IP vê assim consignado em lei os termos em que a gestão da capacidade e de manutenção da infraestrutura ferroviária sob sua responsabilidade se desenvolve, bem como as projeções financeiras e as indemnizações compensatórias que a prestação deste serviço público implicam.



- IP estabelece parceria com a C.M. Sintra para a para a execução da obra de requalificação da EN117 entre Pendão e Belas.
- Conclusão da empreitada de trabalhos de proteção anticorrosiva das pontes metálicas de Arzila e Mondego Velho, localizadas no concelho de Coimbra, que representou um investimento na ordem dos 530 mil euros.
- IP obteve nos primeiros três meses do ano 99,1 milhões de euros de receitas com utilizadores (taxas de portagem + serviços ferroviários), cujo valor representa um crescimento da receita de 7%, mais 6,7M€, comparativamente ao período homólogo de 2015.
- Conclusão da empreitada de estabilização dos taludes em escavação da EN108, Km 20+665 a km 40+655, localizada no concelho de Penafiel, distrito de Porto, a qual representou um investimento total de cerca de 190 mil euros.
- Realização da Assembleia Geral da RailNetEurope (RNE), no dia 21 em Lisboa, com o contributo da IP, e que contou com a presença do CEO da empresa, António Ramalho, a quem coube a abertura da sessão.
- IP apoia mais uma vez, o Congresso Rodoviário Português que decorreu no Centro de Congressos do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, de 12 a 14 de abril e que conta já com a sua 8ª edição.



- Inaugurado e aberto ao tráfego, a 7 de maio, o lanço A4 – Amarante/Vila Real, que inclui o Túnel do Marão, o maior túnel mineiro rodoviário da Península Ibérica.
- IP vence, pelo segundo ano consecutivo, o primeiro prémio na categoria "Qual a empresa pública com melhor performance ao nível de Gestão de Pessoas?" promovido pela Human Resources. O prémio foi entregue numa cerimónia que decorreu na sede da EDP em Lisboa, contou com a presença do CEO da IP António Ramalho, e de vários profissionais na área de Gestão de Pessoas.
- Conclusão da empreitada de substituição do tabuleiro na EN1/IC2 - Passagem Superior ao Caminho de Ferro, ao km 235,459 da Linha do Norte, no concelho da Mealhada, distrito de Aveiro, que representou um investimento total de cerca de 744 mil euros.
- Realização do Congresso bianual da ADFERSIT, que vai já na sua 12ª edição, subordinado ao tema "i9.transportes - Visão 20/30", que teve lugar nos dias 3 e 4 de maio no Pavilhão de Portugal e que contou com o CEO da IP como Presidente da Comissão Executiva do evento.
- Conclusão dos trabalhos de substituição de travessas de madeira por travessas de betão, nas estações de Vila Nova da Baronia e de Cuba, na Linha do Alentejo, que representou um investimento associado na ordem dos 550 mil euros e foi desenvolvida no âmbito do plano de investimentos da empresa, com o objetivo de melhorar as condições de circulação e eficiência da rede ferroviária nacional.



- Realização do 1.º Open Day da IP, no dia 3 de junho.
- Abertura ao tráfego, a 1 de junho, do Nó de ligação da Variante a Faro à EN2, com cerimónia que contou com a presença do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques.
- Conclusão da construção da nova travessia sobre o rio Trancão em Sacavém, concelho de Loures, num investimento superior a 2,5 milhões de euros, com o objetivo de melhoria das condições de segurança dos milhares de automobilistas e peões que diariamente atravessam o rio Trancão.
- Consignação da empreitada de supressão da Passagem de Nível em Midões, km 45,771 da Linha do Minho, e construção da passagem inferior rodoviária e respetivos caminhos de acesso e de ligação, que representa um investimento superior a 800 mil euros e tem um prazo de execução de 180 dias. Esta intervenção reveste-se de especial simbolismo visto ser a primeira obra no âmbito do projeto de eletrificação do troço, na Linha do Minho, a avançar no terreno.
- Conclusão da intervenção de requalificação da EN10 entre Porto Alto e a Ponte Marechal Carmona sobre o rio Tejo, em Vila Franca de Xira, que teve início em novembro de 2015, e representou um investimento superior a 1,7 milhões de euros na melhoria das condições de segurança e circulação no troço, com cerca de 8 km.
- Consignação da empreitada de estabilização de taludes aos pontos

quilométricos 64,610 - 64,990 (lado esquerdo) e 64,660 - 64,915 (lado direito), da Linha do Minho, concelho de Barcelos, adjudicada à empresa DST, SA pelo valor de 321.340,44 euros e com um prazo de execução de 150 dias que prevê, nomeadamente, o desmonte de blocos instáveis; a instalação de redes pregadas; o preenchimento de infraescavações com betão solidarizado ao maciço; ancoragens perimetrais flexíveis e a fixação de cabos de reforço horizontais e cerra-cabos para união dos cabos nas ancoragens.

- Inauguração da Variante do Troto na EN125, a 29 de junho, numa iniciativa que contou com a presença do Secretário de Estado das Infraestruturas, Guilherme W. D'Oliveira Martins. A nova variante representa um investimento de cerca de 7,7 milhões de euros e constitui uma importante alternativa à EN125 para o tráfego de atravessamento nesta zona do concelho de Loulé.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Contexto Internacional

No 2º trimestre de 2016 a produção industrial mundial acelerou para 1,5% em termos homólogos (comparado com 1,2 no 1º trimestre) devido em grande parte à recuperação das economias avançadas, em especial dos EUA e do Japão. O comércio mundial de mercadorias também ganhou algum dinamismo, em resultado da melhoria das trocas comerciais dos países emergentes e em desenvolvimento, essencialmente os asiáticos.

O PIB da zona da OCDE desacelerou ligeiramente para 1,6% em termos homólogos reais no 2º trimestre de 2016 (1,7% no 1º trimestre), refletindo um crescimento mais moderado dos EUA. Neste período a economia da União Europeia estabilizou e a do Japão melhorou, embora mantendo um fraco crescimento (0,6%). A taxa de inflação homóloga do conjunto dos países da OCDE subiu para 0,9% em junho de 2016 (0,8% em maio) e continuou elevada no Brasil, Índia e Rússia.

Os indicadores disponíveis para o início do 3º trimestre de 2016 para os EUA indicam uma melhoria da atividade económica e uma estabilização do mercado de trabalho, apesar do recuo dos indicadores de confiança.

A Economia Portuguesa

As projeções do Banco de Portugal para a economia portuguesa apontam para uma recuperação moderada da atividade económica ao longo do período 2016- 2018. O crescimento médio anual do produto interno bruto (PIB) deverá ser de 1,3 por cento em 2016, acelerando para 1,6 por cento em 2017 e diminuindo para 1,5 por cento em 2018, o que implica um nível do PIB no final do horizonte de projeção próximo, mas ainda abaixo, do observado antes da crise financeira internacional em 2008. Os preços no consumidor deverão acelerar gradualmente ao longo do horizonte de projeção, em linha com a evolução da inflação atualmente projetada para o conjunto da área do euro. De acordo com as mesmas projeções, a recuperação da economia portuguesa, iniciada em meados de 2013, tem apresentado um ritmo relativamente moderado, em particular tendo em conta a severidade e a duração da recessão que a antecedeu, realçando-se que a atual recuperação ocorre num enquadramento caracterizado por um elevado nível de endividamento dos vários agentes económicos - quer públicos quer privados – e pela necessidade de prossecução do ajustamento dos seus balanços.

As previsões para o enquadramento externo da economia portuguesa continuam a apontar para uma aceleração da atividade económica mundial e dos fluxos de comércio internacional no horizonte de projeção. A procura externa deverá perder algum dinamismo em 2016 mas recuperar para ritmos de crescimento mais robustos em 2017-18. O enquadramento internacional manter-se-á favorável também noutras dimensões, dada a evolução assumida para o preço do petróleo e o impacto positivo da implementação das medidas de política monetária do BCE sobre a integração financeira na área do euro e as condições monetárias e financeiras. A evolução projetada para a economia portuguesa é marcada por uma recuperação gradual da procura interna, com um crescimento médio anual de 1,7 por cento ao longo do horizonte de projeção.

De acordo com as estatísticas do INE (maio 2016), o transporte ferroviário de passageiros, no 1º trimestre de 2016, mantém uma trajetória ascendente, com 32,3 milhões de passageiros a deslocarem-se por comboio, tendo o número de passageiros-quilómetro atingido 945 milhões.

No que respeita ao transporte rodoviário de mercadorias, o início de 2016 revelou uma redução da atividade por estrada (-6,8%) que ficou a dever-se exclusivamente à componente nacional (-10,6%).

O volume total de transporte, fortemente influenciado pelos percursos de longa distância da componente internacional, aumentou 9,6%. O fluxo de mercadorias de outros países para Portugal intensificou-se mais que o de sentido inverso.

No 2º trimestre de 2016 as exportações diminuíram 1,9% e as importações decresceram 3,7% face ao período homólogo de 2015 (respetivamente -2,5% e 3,6% no trimestre terminado em maio de 2016).

Em junho de 2016, o défice da balança comercial atingiu 924 milhões de euros, o que representa um aumento de 68 milhões de euros relativamente ao mesmo mês do ano anterior.

INAUGURAÇÃO DO TÚNEL DO MARÃO



Aceitámos o desafio, concretizámos a obra

O maior túnel mineiro rodoviário da península ibérica foi inaugurado no dia 7 de maio, pelo Senhor Primeiro-Ministro, António Costa, tendo ficado concluída, em toda a sua extensão, a autoestrada de ligação entre o Porto e Bragança.

O Túnel do Marão foi aberto às 0h00 do dia 8 de maio e, nas primeiras 24 horas em serviço, foi atravessado por um total de 17.882 veículos.

Assim, e em apenas 4 minutos, é possível atravessar a Serra do Marão, com conforto e em segurança, nos cerca de 6 quilómetros de extensão desta superestrutura.

Com a abertura ao tráfego desta importante infraestrutura, fica concluído o Empreendimento do Marão (A4 - Amarante/Vila Real). A conclusão desta obra permite a diminuição dos tempos de percurso entre Porto - Bragança (redução em 35 minutos), Lisboa - Bragança (redução em 35 minutos) e Amarante - Vila Real (redução em 35 minutos) e contribui significativamente para a redução da sinistralidade rodoviária.

Túnel do Marão é já a ligação rodoviária preferida entre Amarante e Vila Real

Na primeira semana de funcionamento foi bem perceptível que atravessar o Túnel do Marão é o percurso eleito pelos automobilistas para se deslocarem na região.

Os dados recolhidos pelos sistemas de monitorização de tráfego da IP colocados no Túnel do Marão e nos lanços do IP4 que constituem agora um percurso alternativo à utilização da autoestrada, demonstram uma grande utilização da nova estrada e fortíssima diminuição no número de veículos a circular no IP4.

Tem sido enorme a curiosidade dos automobilistas em conhecer o Túnel do Marão, bem patente nos quase 18 mil veículos do primeiro dia em serviço, no dia 8 de maio.

Nos dias seguintes, dias úteis da semana em que a maioria das deslocações foi já de, para e em trabalho, o tráfego situou-se sempre acima dos 9 mil veículos diários e um volume de tráfego de pesados na ordem dos 10%.

Redução acima de 80% no número de veículos a circular no IP4

A nova autoestrada constitui já a alternativa viária preferida sendo prova evidente a forte queda no volume de tráfego a circular agora no IP4, nos troços anteriormente utilizados entre Amarante e Vila Real.

Logo na primeira semana de abertura ao tráfego dos cerca de 30 quilómetros de autoestrada que integram o empreendimento do Túnel do Marão, o volume de tráfego nos lanços entre o Nó de Mosteiro e da Campeã do IP4, registou uma clara transferência de tráfego, com os utilizadores, nomeadamente os condutores de veículos pesados, a optarem pela ligação mais rápida e eficiente:

	1 de maio	2 de maio	3 de maio	4 de maio	5 de maio	6 de maio	7 de maio
Nó Mosteiro (Início AE Transmontana) - Nó Aboadela	12.835	11.133	10.330	10.526	10.795	12.179	9.845
Nó Aboadela - Nó Ansiães/Espinho	11.987	10.203	9.409	9.580	9.883	11.246	8.785
Nó Pousada(Alto Espinho) - Nó Campeã	11.455	9.806	8.998	9.177	9.521	10.804	8.246
% Tráfego de Pesados	5%	11%	12%	12%	12%	10%	7%
	8 de maio	9 de maio	10 de maio	11 de maio	12 de maio	13 de maio	14 de maio
Nó Mosteiro (Início AE Transmontana) - Nó Aboadela	2.964	2.796	2.754	2.924	2.987	3.388	2.738
Nó Aboadela - Nó Ansiães/Espinho	2.247	2.152	2.135	2.208	2.380	2.696	1.957
Nó Pousada(Alto Espinho) - Nó Campeã	2.010	1.835	1.775	1.851	2.014	2.314	1.555
% Tráfego de Pesados	3%	8%	9%	8%	8%	7%	5%

1.º OPEN DAY DA IP

No dia 3 de junho realizou-se o 1.º Open Day da IP, no Campus do Pragal.

Proporcionámos aos colaboradores da empresa várias atividades, que decorreram em simultâneo, permitindo que cada um pudesse optar entre participar em momentos mais lúdicos e momentos de interconhecimento sobre os serviços que as diferentes unidades da empresa prestam ao cliente – sempre na perspetiva de nos conhecermos melhor enquanto empresa e de fazermos melhor no dia-a-dia.

Do ponto de vista técnico, destacamos a apresentação do Sistema de Informação Geográfica (SIG), ferramenta essencial na tomada de decisão. Tomámos contacto com a realidade da operação do Comando de Controlo de Circulação. Conhecemos as histórias do Túnel de Marão, a obra do ano, e o projeto para a revitalização da Estação de S. Bento, que completa 100 anos em 2016.

Fomos desafiados para participar no Concurso de Inovação *Inov Challenge*. Lançámos a nova Intranet.

Mostrámos a nossa frota atual (com *rebranding*) e com valor histórico-cultural, e criámos espaços expositivos, como o da Ponte 25 de Abril, que comemora este ano o seu 50.º aniversário.

Abrimos as portas do infantário “O Ninho” e do Centro de Controlo de Tráfego.

Celebrámos juntos e brindámos ao sucesso do Grupo IP.



SEGMENTOS DE NEGÓCIO



5. SEGMENTOS DE NEGÓCIO

Conforme atrás referido, determina o artigo 6.º do Decreto-Lei nº 91/2015, de 29 de maio, que a IP tem por objeto a conceção, projeto, construção, financiamento, conservação, exploração, requalificação, alargamento e modernização das redes rodoviária e ferroviária nacionais.

Estão ainda incluídos no objeto da IP, as atividades de exploração do domínio público ferroviário e rodoviário do Estado, e do seu património autónomo, designadamente a exploração de áreas de serviço, de parques de estacionamento, bem como dos sistemas de informação e gestão de tráfego, dos sistemas de segurança ferroviária e rodoviária, do canal técnico e das redes de comunicações entre infraestruturas ou entre estas e os veículos, as estações, os terminais e outras instalações ferroviárias.

A IP, pode exercer também quaisquer atividades complementares ou subsidiárias do seu objeto principal, privilegiando a inovação e o desenvolvimento tecnológico aplicados aos vários equipamentos, sistemas e materiais instalados.

No âmbito destas atividades resultou toda a transformação do Grupo IP, que, para o efeito, durante o primeiro semestre de 2016, focou a sua atividade no desenvolvimento das seguintes áreas de intervenção ou segmentos de negócio:

Volume de Negócios por Segmento - 1.º S 2016						
Alta Prestação	Gestão da Infraestrutura Rodoviária	Gestão da Infraestrutura Ferroviária	Investimentos de Infraestrutura Ferroviária	Telecomunicações	Serviços de Engenharia e Transporte	Gestão Imobiliária e de Espaços Comerciais
178,9 milhões de euros	338 milhões de euros	40,2 milhões de euros	7,3 milhões de euros	4,2 milhões de euros	1,7 milhões de euros	7,4 milhões de euros

1. Alta Prestação

Este segmento corresponde à totalidade da atividade da IP referente à Alta Prestação Rodoviária e inclui todas as vias atualmente geridas em regime de Parcerias Público-Privadas (PPP), nomeadamente Concessões do Estado e Subconcessões, bem como as restantes vias de alta prestação atualmente geridas diretamente pela IP.

A Rede de Alta Prestação da IP está dividida em 6 regiões: Região Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Sul, Grande Lisboa e Grande Porto.

Decorrente das obrigações contratuais, a IP assegura a gestão e operação desta Rede de Autoestradas, a qual consiste num conjunto de ações que visam a proximidade com o cliente, garantindo a vigilância das condições de circulação, no que respeita à sua fiscalização e à prevenção de acidentes e a assistência ao cliente no que concerne ao auxílio sanitário e mecânico, quer por acionamento de meios externos de socorro e assistência. Esta rede de Autoestradas privilegia a acessibilidade e a mobilidade entre os grandes centros urbanos dos quais se destacam as Áreas Metropolitanas da Grande Lisboa e do Grande Porto.

No decorrer do 1º semestre de 2016 merecem destaque:

Parcerias Rodoviárias

Renegociação dos Contratos de Concessão e Subconcessão

No decorrer do ano de 2015 foi concluído o processo negocial relativo à totalidade dos contratos de concessão do Estado, com a assinatura de nove contratos correspondentes às concessões Norte, Costa de Prata, Beira Litoral/Beira Alta, Grande Porto, Grande Lisboa, Interior Norte, Beira Interior, Algarve e Norte Litoral.

Estes nove contratos foram remetidos para apreciação por parte do Tribunal de Contas, tendo sido devolvidos com a indicação de que os mesmos não se encontram sujeitos a fiscalização prévia, pelo que já se encontram em plena produção de efeitos.

Relativamente às subconcessões o ponto de situação do desenvolvimento do processo negocial é o seguinte:

- Nas Subconcessões Baixo Alentejo, Algarve e Transmontana as renegociações estão terminadas, decorrendo agora as fases de aprovação do processo negocial, ou seja a aprovação do relatório junto das autoridades competentes e o envio do processo para análise do Tribunal de Contas;
- Nas Subconcessões Baixo Tejo, Pinhal Interior e Litoral Oeste, depois dos Memorandos de Entendimento iniciais, já houve acordos entre a Comissão de Negociação e as Subconcessionárias quanto aos Modelos Financeiros, prosseguindo agora a ultimação das alterações dos Contrato de Subconcessão, para fecho dos processos negociais.
- Quanto à Subconcessão Douro Interior, e dado que a mesma não foi incluída no processo negocial inicial, está num estágio mais atrasado, uma vez que não estão ainda acordados com as Subconcessionárias os termos dos novos Modelos Financeiros, nem a revisão das minutas de alteração do Contrato de Subconcessão e Anexos respetivos.

Perspetiva-se a conclusão do processo negocial dos contratos de subconcessão durante o ano de 2016, com exceção da Douro Interior.

Conclusão da Rede Subconcessionada

No 1.º semestre de 2016 estiveram em curso as obras de construção da rede subconcessionada, designadamente dos troços ainda em falta inseridos nas subconcessões do Baixo Alentejo e Algarve Litoral.

O progresso físico de cada uma das subconcessões é, a 30 de junho, de 85,4% na subconcessão do Algarve Litoral, e de 93,2 % na subconcessão do Baixo Alentejo.

Execução Orçamental 2016

Os pagamentos efetuados no 1.º semestre de 2016, relativos a concessões e subconcessões rodoviárias, foram de 760,7 M€ (IVA incluído), o que representa menos 82,2 M€ do que o valor previsto em orçamento e menos 14,6 M€ do que os pagamentos efetuados em igual período de 2015.

Valores com IVA em milhares de euros

Parcerias Rodoviárias	Execução 2015 1º Semestre	OE 2016 1º Semestre	Execução 2016 1º Semestre	Variação 2016/2015	Desvio Orçamento
Concessões (Disponibilidade)	95.562	96.323	102.280	6.718	5.958
Norte	76.991	75.580	75.650	-1.341	70
Grande Lisboa	18.571	20.742	20.810	2.239	68
Retenção de receitas de portagens	0	0	5.820	5.820	5.820
Ex-SCUTS (Disponibilidade)	415.497	358.202	371.713	-43.784	13.511
Beira Interior	119.529	63.222	63.222	-56.307	0
Algarve	33.490	25.155	28.744	-4.746	3.590
Interior Norte	70.810	60.072	60.116	-10.695	44
Norte Litoral	36.962	36.882	34.520	-2.442	-2.362
Costa da Prata	34.229	37.153	37.215	2.986	63
Beiras Litoral e Alta	65.618	80.249	80.427	14.809	178
Grande Porto	54.859	55.470	55.572	713	102
Retenção de receitas de portagens	0	0	11.897	11.897	11.897
Subconcessões (Disponibilidade+ Serviço)	238.065	372.730	274.166	36.101	-98.565
Transmontana	42.242	46.740	28.423	-13.819	-18.317
Baixo Tejo	38.350	49.569	36.333	-2.017	-13.237
Baixo Alentejo	0	38.284	11.290	11.290	-26.994
Litoral Oeste	66.274	82.417	66.321	47	-16.096
Algarve Litoral	0	10.897	0	0	-10.897
Douro Interior	64.414	55.738	45.148	-19.266	-10.591
Pinhal Interior	26.786	89.085	86.651	59.865	-2.434
SUBTOTAL	749.124	827.255	748.159	-965	-79.096
Reequilíbrios e Compensações	8.392	5.980	6.036	-2.356	56
Pagamentos Disponibilidade B	17.771	9.696	6.505	-11.266	-3.190
TOTAL	775.287	842.931	760.700	-14.587	-82.231

O desvio face ao previsto em orçamento é justificado essencialmente pelos pagamentos das subconcessões (-98,6 M€), o que se deve essencialmente a dois fatores:

- Os pagamentos de Disponibilidade e Serviço previstos para Junho, relativos às subconcessões Transmontana, Douro Interior, Baixo Tejo e Litoral Oeste, que foram efetuados em Julho;
- Ajustamento dos planos de trabalhos relativos às obras de conclusão das subconcessões do Baixo Alentejo e do Algarve Litoral, com reflexo nos pagamentos efetuados até 30 de junho;

Em sentido contrário verifica-se um desvio de mais 19,5 M€ face ao previsto em orçamento nos pagamentos das concessões e ex-SCUT, o que se deve à retenção, pelas concessionárias, de 17,7 M€ de receitas de portagens no mês de junho, conforme mecanismo previsto contratualmente. Esta situação será objeto de regularização nos pagamentos previstos para agosto.

Na comparação com os pagamentos efetuados no 1.º semestre de 2015, verifica-se, conforme já anteriormente referido, uma diminuição de 14,6 M€ face a 2015. Numa análise por segmento, salientam-se os seguintes aspetos:

Decréscimo de 43,8 M€ nas ex-SCUT, maioritariamente justificado por dois fatores:

- (i) Pela variação ocorrida na concessão da Beira Interior (-56,3 M€), a qual no 1.º semestre de 2015 se encontrava ainda em regime de rendas, logo com pagamentos superiores aos verificados em 2016, ao que acresce o facto de nos pagamentos de 2016 estar também considerado o pagamento efetuado pela SCUTVIAS à IP, no valor de 19 M€ + IVA, respeitante ao acerto de contas relativo à regularização do período 2013/2015;
- (ii) Pela retenção de receita por conta da Disponibilidade que, no final do semestre, ascendia a 11,9 M€;

Em sentido contrário verifica-se um aumento de 36,1 M€ nas subconcessões, em resultado de:

- (i) O início dos pagamentos da Subconcessão Pinhal Interior, em 2015, apenas se ter verificado em junho (+58,6 M€);
- (ii) O início dos pagamentos relativos à Subconcessão do Baixo Alentejo apenas se ter verificado em Junho de 2016 (+11,3 M€);
- (iii) Os Pagamentos previstos para junho apenas terem ocorrido em julho (-40 M€ + IVA)

Refere-se, como nota final, que no 1.º semestre de 2016 a IP procedeu à transferência de 156,2 M€ de fundos comunitários para a subconcessionária da Autoestrada Transmontana, valor este que tinha sido recebido pela IP no final do ano de 2015, e que terá como impacto a redução dos pagamentos por disponibilidade.

Portagens

Considerando a rede viária cujas receitas de portagens revertem diretamente para a IP, que inclui as:

- concessões do Estado com portagem real;
- concessões do Estado, anteriormente designadas concessões SCUT;
- subconcessões IP, e
- operações de gestão direta IP (A21, A23 e Túnel do Marão);

O valor gerado com portagens no decurso do 1º semestre do ano de 2016, ascendeu a 122,1 milhões de euros, diminuindo cerca de 4% face ao período homólogo, devido à perda de receitas de portagens da concessão da Beira Interior. Se excluirmos, para efeitos comparativos, a concessão da Beira Interior, o resultado representa um crescimento de 5% relativamente ao primeiro semestre de 2015, perspetivando-se que se venha a manter esta tendência no segundo semestre do ano.

Decompondo este valor global, verifica-se que relativamente às concessões do Estado com portagem real, onde se inclui a partilha de receita decorrente do disposto nos nº 8 e 9 da Base XVIII do contrato da Concessão Brisa, o montante de rendimento ascendeu aos 30 milhões de euros. Saliente-se o resultado alcançado na A21, explorada diretamente pela IP em regime de portagem real, com 3,3 milhões de euros no período.

No que se refere às ex-SCUT, incluindo o troço da A23 integrado na rede IP, a cobrança de portagens rendeu aproximadamente 83,4 milhões de euros, 68% da receita total alcançada nos primeiros 6 meses do ano. Referir que, na concessão do Algarve mantém-se um crescimento destacado das restantes, na generalidade decorrente do impacto na procura da transferência do tráfego da N125 que, pelas obras de requalificação, têm imposto dificuldades adicionais na circulação ao longo desta via e, em consequência inflaciona a procura na concessão.

Relativamente às subconcessões IP, estas geraram um rendimento de cerca de 8,6 milhões de euros, apresentando uma tendência de crescimento muito positiva, correspondendo ao aumento de tráfego nestas vias, ainda que, mesmo assim, representando apenas cerca de 7% da receita total recebida com a cobrança de portagens.

Destacar a abertura ao tráfego, em maio, do Empreendimento do Túnel do Marão (A4 - Amarante/Vila Real), que compreendeu a implementação de um Sistema de Portagens Eletrónicas em Plena Via sem Obstrução do Tráfego (“Multi-Lane-Free-Flow” (MLFF)), e originou desde então, e até ao final do mês de junho, aproximadamente 800 mil euros de receita.

2. Atividade de Gestão na Infraestrutura Rodoviária

O segmento de Gestão na Infraestrutura Rodoviária engloba quer as atividades de construção e requalificação de vias e obras de arte quer as atividades de gestão, conservação e melhoria de segurança da rede rodoviária nacional.

Caracterização da Rede Rodoviária Nacional (RRN)

Neste período, não houve lugar a expansão da RRN, regulada pelo Plano Rodoviário Nacional (D.L. n.º 222/ 98 de 17 de Julho, Lei n.º 98/99 de 26 de Julho e D.L 182/2003 de 16 de Agosto), e hierarquizada em três níveis: Itinerários Principais, Itinerários Complementares e Estradas Nacionais. Este plano classificou como Estradas Regionais um conjunto de troços para assegurar as ligações de interesse supramunicipal e complementar à rede rodoviária nacional.

Assim, salvo uma reduzida atividade de transferência de estradas desclassificadas para as autarquias, as características da rede sob jurisdição direta da IP ou subconcessionada, manteve-se estável com a tipologia seguinte:

Rede direta								
Distrito	IP - Itinerário Principal	IC - Itinerário Complementar	EDIP - Estrada desclassificada a assegurar corredor de IP	EDIC - Estrada desclassificada a assegurar corredor de IC	EN - Estrada Nacional	ER - Estrada Regional	ED - Estrada Desclassificada	Total Geral
AVERO		15		126	167	127	247	682
BEJA		58	106	106	254	438	237	1.199
BRAGA					421	208	116	745
BRAGANÇA			35	10	268	241	396	950
CASTELO BRANCO	2			74	69	172	274	591
COIMBRA	30	52		57	151	135	178	603
ÉVORA	16		2	43	354	302	196	913
FARO	3	58		43	56	67	101	328
GUARDA	2		1	114	317	248	98	780
LEIRIA	18	3		69	154	89	204	537
LISBOA	11	58		45	404	102	238	858
PORTALEGRE	19	29	66	70	285	170	105	744
PORTO	42	29		33	244	186	301	835
SANTARÉM	36	29		182	334	112	274	967
SETÚBAL		33	6	29	239	259	212	778
VIANA DO CASTELO	5	14		42	213	114	205	593
VILA REAL				41	229	153	179	602
VISEU	53	22		91	309	160	155	790
Total Geral	237	400	216	1.175	4.468	3.283	3.716	13.495

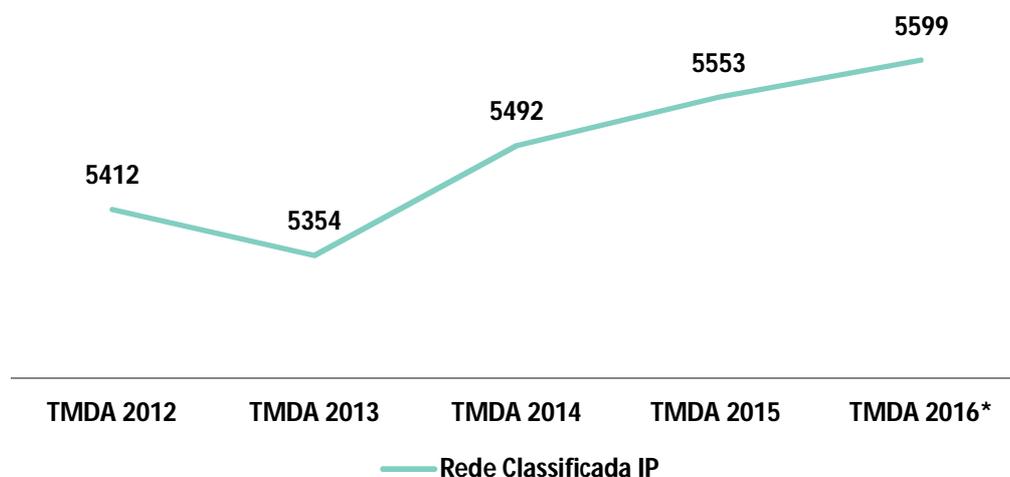
Rede Subconcessionada								
Distrito	IP - Itinerário Principal	IC - Itinerário Complementar	EDIP - Estrada desclassificada a assegurar corredor de IP	EDIC - Estrada desclassificada a assegurar corredor de IC	EN - Estrada Nacional	ER - Estrada Regional	ED - Estrada Desclassificada	Total Geral
A VEIRO								0
BEJA	80							80
BRAGA								0
BRAGANÇA	148	116			5			270
CASTELO BRANCO		50		0	93	16		159
COIMBRA		28			106	17		150
ÉVORA	33							33
FARO		18		5	96	130		249
GUARDA	61				8	4		73
LEIRIA		151			30	14		195
LISBOA								0
PORTALEGRE								0
PORTO	16							16
SANTARÉM		66			21	15		102
SETÚBAL	28	148				16		192
VIANA DO CASTELO								0
VILA REAL	69	16						85
VISEU								0
Total Geral	435	593	0	5	359	212	0	1.604

Evolução do Tráfego

Da análise e comparação dos dados de tráfego referentes ao 1º semestre de 2016 e 2015, regista-se uma acréscimo de cerca de 0,8 %, para a rede de estradas da Infraestruturas de Portugal, S.A.

Admitindo a mesma taxa de crescimento para o ano, estima-se um TMDA 2016 de 5.599 veículos para a rede classificada da IP.

No quadro seguinte, é apresentada a evolução esperada do tráfego na rede classificada da IP:



* Dados estimados

Por conseguinte, admitindo os mesmos pressupostos, estima-se que a circulação passará de 23.095 MVeicXKm em 2015 para 23.285 MVeicXKm em 2016.

Considerando apenas a Rede Nacional de Autoestradas da jurisdição da IP, obtêm-se as seguintes variações homólogas para o 1º semestre de 2016.

Rede Nacional de Autoestradas	Tráfego Médio Diário Semestral (TMDS)		Variação 2015 / 2016
	1º semestre 2015	1º semestre 2016	
Rede Nacional de Autoestradas - Subconcessões	7.905	8.375	5,9%
Rede Nacional de Autoestradas - IP	46.801	46.592	-0,4%
Total Ponderado	20.101	20.358	1,3%

Importa salientar que o tráfego apresentado refere-se aos sublanços com contadores e com informação completa em ambos os períodos em análise.

Incorporando a restante rede classificada da IP, obtêm-se as seguintes variações homólogas para o 1º semestre de 2016:

Rede IP	Tráfego Médio Diário Semestral (TMDS)		Variação 2015 / 2016
	1º semestre 2015	1º semestre 2016	
Rede Rodoviária Nacional (IP e Subconcessões)	4.626	4.622	-0,1%
Rede Nacional de Autoestradas (IP e Subconcessões)	20.101	20.358	1,3%
Total Ponderado	9.498	9.576	0,8%

No quadro seguinte são apresentados os lanços com maior e menor variação semestral homóloga de tráfego, bem como os lanços com maior e menor fluxo:

	Tráfego Médio Diário Semestral (TMDS)		Variação 2015 / 2016
	1º semestre 2015	1º semestre 2016	
A20 - Paranhos - Amial	142.547	143.438	0,6%
A4 - Nó A4 Bragança (O) - Nó Samil (Bragança (S))	840	982	16,9%
A16 - Nó Fonte Santa - Nó Sto. Elói	30.401	42.470	39,7%
IC22 - Olival Basto (CRIL/IC17) - Nó da Ramada	44.738	29.907	-33,2%

Conservação, Reparação e Segurança na Rede Rodoviária

valores em milhares de euros

Conservação, Reparação e Segurança da Rede Rodoviária	Grupo IP		Δ%
	2015	2016	
Conservação Periódica de Estradas	26.500	26.500	0%
Segurança Rodoviária	2.661	3.753	41%
Conservação Corrente de Infraestruturas	14.313	15.619	9%
Total	43.474	45.872	6%

A conservação corrente da rede de estradas nacionais sob administração direta da IP está ancorada, essencialmente, em 18 Contratos Distritais Plurianuais, intervindo na estrada e zona adjacente com o objetivo de manter as condições de conforto de circulação e segurança, evitando a degradação das infraestruturas e das condições de serviço.

A execução destes contratos no primeiro semestre de 2016 apresenta um acréscimo de 9% face ao período homólogo, e no que respeita às ações de segurança rodoviária verifica-se um aumento de 41%.

A conservação periódica de estradas corresponde aos gastos necessários à manutenção do nível de serviço das vias e obras de arte que lhe é imposto pelo Contrato de Concessão da IP. Com base em levantamentos técnicos de necessidades de reparação e do controlo de um índice de qualidade médio das vias e obras de arte é apurado um gasto anualizado de 53 milhões de euros para a manutenção programada a desenvolver, que permita a manutenção do índice de qualidade médio da rede nos valores em que a mesma foi recebida.

As novas atividades resultam da avaliação das necessidades de reabilitação, de acordo com a estratégia de priorização suportada em fundamentos de urgência técnica, com base no Índice de Qualidade (IQ) das vias e nos níveis de tráfego verificados, em conformidade com o previsto no Plano de Proximidade 2015-2019. A referida estratégia de gestão da conservação assenta assim numa lógica de custo/benefício do desempenho a médio/longo prazo de diferentes alternativas de intervenção, com base no modelo de previsão de comportamento dos pavimentos do SGPav, que permite a definição da alternativa mais adequada ao estado do pavimento, em função do momento e da tipologia de intervenção a executar.

Esta metodologia permite à IP efetuar o planeamento e a priorização das intervenções de reabilitação de estradas, a que acrescem as necessidades de intervenção no âmbito específico da geotecnia que resultam de uma avaliação e priorização através de vistorias após deteção de ocorrências pelas unidades de inspeção.

As intervenções em Obras de Arte decorrem da avaliação do seu Estado de Conservação (EC) no âmbito de Inspeções Principais, permitindo debelar as situações de EC4 e EC5, bem como dar resposta a situações de EC3 potencialmente evolutivas, permitindo deste modo promover a adequada resolução das situações passíveis de comprometer a segurança da infraestrutura rodoviária.

Contribuição do Serviço Rodoviário (CSR)

A Contribuição do Serviço Rodoviário (CSR) criada pela Lei n.º 55/2007, de 31 de agosto, constitui a contrapartida paga pelos utilizadores pelo uso da rede rodoviária e incide sobre a gasolina, gasóleo rodoviário e GPL sujeitos ao imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP) e dele não isento. A CSR é o principal rendimento da IP, representando cerca de 2/3 da receita core da empresa, e no primeiro semestre de 2016 a CSR totalizou 321 milhões de euros.

3. Atividade de Gestão de Infraestrutura Ferroviária

A gestão da infraestrutura ferroviária nacional está atribuída à IP através da garantia da capacidade e disponibilidade da infraestrutura em condições de exploração fiáveis, com qualidade e segurança realizando, para o efeito, as ações de manutenção e a gestão dos respetivos sistemas de comando e controlo da circulação, incluindo sinalização, regulação e expedição, indispensáveis à prestação do serviço público ferroviário.

Caracterização da Rede Ferroviária Nacional

As linhas e ramais da rede ferroviária nacional (em exploração e não exploradas, incluindo troços concessionados) apresentam uma extensão total de 3.621 km.

A rede ferroviária nacional (RFN) caracteriza-se da seguinte forma:

Caracterização da Rede Ferroviária Nacional	Com Tráfego Ferroviário				Sem Tráfego Ferroviário	Rede Ferroviária Nacional	
	Electrificada			Não Electrificada			TOTAL
	25.000V	1.500V	Sub-Total				
Via Larga	1 613	25	1 638	795	2 433	547	2 980
Via Única	1 028	0	1 028	795	1 823	547	2 370
Via Dupla	537	25	562	0	562	0	562
Via Múltipla	48	0	48	0	48	0	48
Via Estreita	0	0	0	113	113	528	641
Via Única	0	0	0	113	113	528	641
TOTAL	1 613	25	1 638	908	2 546	1 075	3 621

Está em exploração 70% do total da rede, ou seja, a parte da rede que reúne as condições para a circulação de comboios representa uma extensão de 2 546 km. A extensão de rede que se encontra eletrificada (1 638 km) corresponde a 64% do total da rede em exploração.

A IP, SA tem instalado na ferrovia sofisticados sistemas de controlo de velocidade:

Sistemas de Segurança e Controlo	Km de via
Convel	1695
Rádio Solo Comboio	1510

O Convel é um sistema partilhado entre os Operadores e a IP que permite assegurar elevados níveis de segurança de circulação, garantindo o cumprimento da sinalização e da velocidade autorizada de circulação

pelos comboios. Este sistema apoia a atividade de condução do maquinista, avisando-o das condições de circulação e atuando no sistema de frenagem (obrigando o comboio a parar) sempre que não for cumprido algum requisito de segurança. Este sistema está instalado em cerca de 1 695 km de rede (67% da rede em exploração).

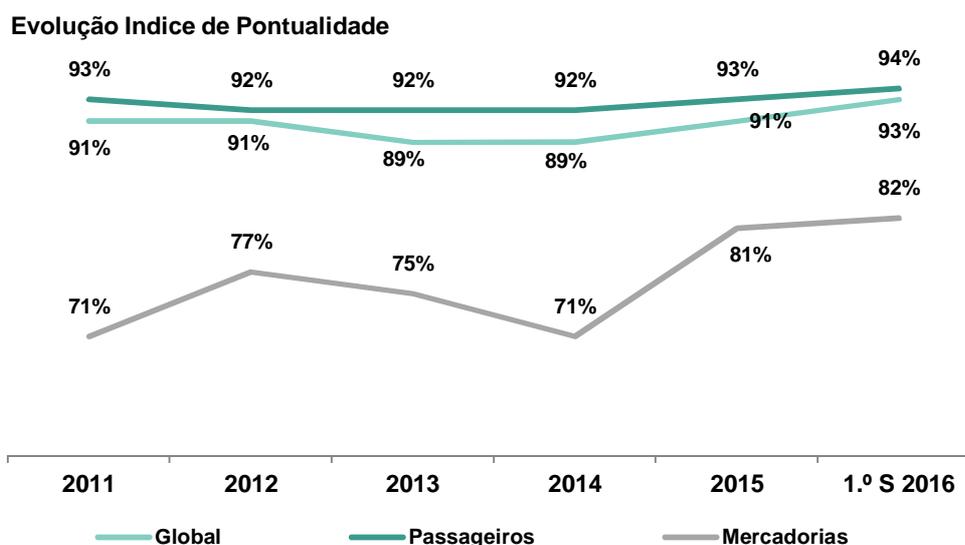
O sistema Rádio Solo-Comboio (sistema partilhado entre os Operadores e a IP) destina-se a permitir a comunicação por voz e dados entre os maquinistas dos Operadores e os responsáveis da IP para regulação de tráfego. Deste modo, são permitidas comunicações entre o Posto de Comando e o maquinista, as estações e o maquinista e ainda, entre os maquinistas de dois comboios. Este sistema de segurança está implementado em 1 510 km de rede ferroviária (59% da rede em exploração).

Níveis de Serviço (índice de pontualidade)

Para além da disponibilização de infraestrutura em condições de segurança, a IP tem também como objetivo assegurar elevados níveis de pontualidade (IP).

O índice de pontualidade traduz-se na relação entre o número de comboios, com atraso igual ou inferior a um determinado valor limite e o número total de comboios realizados.

No 1º semestre de 2016, o índice de pontualidade global situou-se nos 93%:



Conservação e Manutenção

A gestão da rede ferroviária, orientada pela otimização do ciclo de vida dos ativos e conduzida por critérios de sustentabilidade, tem permanentemente em vista uma infraestrutura com elevados níveis de fiabilidade, disponibilidade e segurança.

Para a prossecução desta estratégia, contribuem de forma preponderante as ações de inspeção e diagnóstico da infraestrutura, dispondo a IP de recursos humanos e equipamentos tecnologicamente avançados, que permitem que a empresa detenha um conhecimento rigoroso do estado da infraestrutura, priorize os seus investimentos de forma habilitada e sustente de forma capacitada as diferentes ações de manutenção e reabilitação imposta aos 2.546 km de rede em exploração sob sua gestão.

Os Subcontratos de Manutenção, assegurados pelo orçamento de exploração da IP através de contratos plurianuais nas diversas especialidades, compreendendo três componentes:

- Manutenção Preventiva Sistemática (MPS), executada de acordo com um roteiro previamente definido;
- Manutenção Preventiva Condicionada (MPC), executada mediante pedido expresso da IP, em resultado da inspeção e diagnóstico da infraestrutura;
- Manutenção Corretiva (MC), para reparação de anomalias.

Durante o primeiro semestre de 2016, o montante associado a estas intervenções de Conservação, Reparação e Segurança na Rede Ferroviária situou-se nos **23 milhões de euros** (+ 7% face ao ano anterior), em termos consolidados, com destaque para a manutenção da via:

valores em milhares de euros

Conservação, Reparação e Segurança da Rede Ferroviária	Grupo IP	Grupo IP	Δ%
	2015	2016	
Via	8.976	10.136	13%
Sinalização	7.260	7.032	-3%
Telecomunicações	70	225	221%
Catenária	2.398	2.577	7%
Baixa Tensão	458	431	-6%
Subestações	281	328	17%
Construção Civil	503	983	96%
Obras de Arte	406	36	-91%
Passagens de Nível	123	147	19%
Recuperação de Materiais	-	84	-237%
Comboio Socorro	683	683	0%
Elevadores e Escadas Rolantes	385	318	-17%
Total	21.481	22.981	7%

Tarifa de Utilização e Utilização da Rede (CK)

No primeiro semestre de 2016, os comboios-quilómetro realizados (CKs) aumentaram 0,1% em relação aos verificados em período homólogo de 2015, mantendo-se nos 18,2 milhões CK, em linha com a utilização da rede verificada no mesmo período do ano anterior.

Em contrapartida, ocorreu em igual período, uma diminuição de 1,7% nos rendimentos provenientes das tarifas de utilização da infraestrutura (TUI), que totalizaram 33,9 milhões de euros nos primeiros 6 meses do ano.

O rendimento proveniente da realização de comboios de Passageiros (28,9 milhões de euros) aumentou 1% em relação ao mesmo período de 2015, mantendo-se a quota deste segmento (86% do total das receitas de utilização da infraestrutura) relativamente a 2015. Referir que, cerca de metade destas receitas (13,9 milhões de euros) derivam da circulação de comboios urbanos e suburbanos pertencentes na maioria ao cliente CP.

Por outro lado, o rendimento relativo à circulação de comboios de Mercadorias (3,8 milhões de euros) diminuiu 9% face a 2015, mas também mantendo a respetiva quota de mercado em 11% do total das receitas de utilização da infraestrutura. A receita é gerada maioritariamente pelo operador MedRail (ex-CP Carga), cujo montante corresponde a cerca de 88% do segmento.

De realçar ainda a evolução positiva nas Linhas de Sintra e do Algarve, com acréscimos de 15% (397 mil euros) e 8% (95 mil euros), respetivamente.

Para além da disponibilização de canais de circulação, a IP presta serviços adicionais e auxiliares à atividade ferroviária, entre as quais se destacam a disponibilização de energia elétrica para tração, o estacionamento de material circulante, as manobras, a disponibilização de espaços operacionais em estações, e respetiva cedência de água e energia, e o fornecimento de mão-de-obra para atividades operacionais dos operadores como o abastecimento de gasóleo. No primeiro semestre de 2016, o rendimento proveniente da prestação destes serviços rondou os 3,6 milhões de euros.

4. Investimentos de Infraestrutura Ferroviária

Paralelamente à atividade de gestão da infraestrutura ferroviária, a IP deve assegurar a promoção de estratégias, planos e programas para o desenvolvimento sustentável da rede ferroviária e concretizar o Plano de Investimentos em Infraestruturas de Longa Duração (ILD). Os Investimentos na infraestrutura ferroviária compreendem a construção, instalação e renovação da infraestrutura, atividade desenvolvida por conta do Estado (bens que integram o domínio público ferroviário).

Em 12 de fevereiro de 2016 foi apresentado ao Ministro do Planeamento e das Infraestruturas um conjunto de projetos de investimentos a desenvolver ao nível das infraestruturas de transporte ferroviário, designado por **Plano de Investimentos Ferroviários 2016-2020 (Ferrovia 2020)**.

O Governo assumiu como prioritários os investimentos na área ferroviária, já previstos no Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020 (“PETI3+”), de forma a executar os investimentos estratégicos nele incluídos, bem como no âmbito das redes transeuropeias de transportes.

O Ferrovia 2020 contempla um investimento de 2.721 milhões de euros, que deverá ser financiado por fundos comunitários do programa *Connecting Europe Facility* (1.093 milhões de euros) e do programa Portugal 2020 (582 milhões de euros), a que se poderá acrescentar o *Plano Juncker* (126 milhões de euros) e o contributo da IP (920 milhões de euros), este último mediante o recurso a instrumentos financeiros no âmbito EFSI – *European Fund for Strategic Investment* (Fundo Europeu para Investimento Estratégico).

No primeiro semestre de 2016, o volume de investimento em Infraestruturas de Longa Duração (ILD) totalizou 6,4 milhões de euros, a custos técnicos, de onde se destacam as seguintes intervenções:

Plano de Investimentos Ferroviários - Ferrovia 2020 (3,2 milhões de euros):

- Linha do Douro: Eletrificação do troço Caíde / Marco
- RIV Alfarelos-Pampilhosa

Reabilitação da infraestrutura e segurança da exploração (3,2 milhões de euros):

- Reforço e reabilitação da Ponte do Zêzere, ao PK 157,701 da Linha da Beira Baixa
- Reabilitação da via com substituição de carril no troço Entroncamento-Abrantes, na Linha da Beira Baixa
- Reabilitação da via nas estações de Vila Nova da Baronia e de Cuba, na Linha do Alentejo
- Proteção anticorrosiva das pontes metálicas de Arzila e Mondego Velho, na Linha do Norte
- Reabilitação da via nas estações de Alcantarilha, Silves, Estômbar e Mexilhoeira Grande e alteamento das plataformas da Estação de Silves, na Linha do Algarve
- Reabilitação de Via entre Assumar / Arronches na Linha do Leste

5. Telecomunicações

No segmento das telecomunicações assume importância a IP Telecom como operador especializado em sistemas de Telecomunicações e de Sistemas de Informação, com uma oferta abrangente de soluções TIC e *Datacenters* de última geração.

Com uma imagem de competência e neutralidade relativamente ao seu principal mercado de atuação, a IP Telecom faz uso de uma ampla base instalada de infraestruturas de fibra ótica em todo o país, em grande medida instalada ao longo da rede ferroviária nacional.

A IP Telecom manteve a atividade dirigida ao mercado empresarial, privilegiando as grandes empresas, administração pública, instituições e prestadores de serviços de comunicações eletrónicas. No caso particular destes últimos, a IP Telecom é uma referência no fornecimento de infraestrutura de Fibra Ótica (FO) e serviços conexos, mantendo-se competitiva num mercado em forte transformação e extremamente concorrencial.

Durante o 1.º semestre de 2016, o volume de negócios deste segmento foi de 4,2 milhões de euros.

6. Serviços de Engenharia e Transporte

A IP Engenharia, S.A. (IPE) é a empresa do Grupo IP que, de acordo com o novo modelo organizacional, detém o conhecimento nas áreas da engenharia associadas à atividade Ferroviária e Rodoviária.

No 1º semestre de 2016, para o Grupo IP, coordenaram-se e desenvolveram-se diversos estudos e projetos nas áreas ferroviária e rodoviária, a par com um volume significativo de atividade de assessoria técnica de suporte à atividade das diversas Unidades Orgânicas da IP, nomeadamente nas vertentes de consultoria e pareceres técnicos, estudos de viabilidade e programas preliminares, análise e aprovação de projetos de concessões rodoviárias, desenvolvimento e atualização do acervo normativo IP, representação em comissões técnicas e grupos de trabalhos internacionais, ações de formação, especificações técnicas de materiais.

Na vertente internacional, no primeiro semestre de 2016, há a salientar:

- Conclusão do desenvolvimento do projeto da “nova ligação ferroviária Boughezoul-Djelfa (140 Km)” para a COSIDER TP/Argélia – transitado de 2015;
- Conclusão do desenvolvimento do projeto da nova ligação ferroviária Ksar El Boukhari – Boughezoul (40 Km) para a COSIDER TP/Argélia – transitado de 2015;
- Continuação do desenvolvimento do projeto de duplicação e rectificação de traçado da ligação ferroviária Beni Mansour - Bejaia (87 Km) para a COSIDER TP/Argélia – transitado de 2015;
- Continuação da “verificação e simulação de headways no Western Cape Resignalling Project WCRP” para a PRASA/África do Sul, sendo a IPE subcontratada da Thales – transitado de 2015;
- Suspensão, por ordem do cliente, do desenvolvimento do estudo e projeto da “modernização da Linha de Ressano Garcia” para os CFM/Moçambique – transitado de 2015.
- Muito recentemente, foi adjudicado ao consórcio formado pela IPE em parceria com a Systra (França), a Ineco (Espanha) e a MFive (Alemanha) o projeto relativo ao “Observatoire de traffic terrestre du Corridor Atlantique”, representando a participação da IPE 21% do valor total da adjudicação

O volume de negócios deste segmento foi de 1,7 milhões de euros.

7. Gestão Imobiliária e de Espaços Comerciais

Neste segmento de negócio destaca-se a IP Património nas áreas do cadastro e alienação de bens imóveis ou constituição de direitos sobre os mesmos, bem como na rentabilização dos ativos afetos à concessão ou ao património autónomo do Grupo IP e ainda na gestão e exploração de estações e equipamentos associados, incluindo a respetiva gestão operacional. Adicionalmente, salienta-se a função da GIL que assume a exploração/gestão do Complexo Intermodal de Lisboa designado por Estação do Oriente.

Este rendimento, no valor de cerca de 7,4 milhões de euros, corresponde aos valores decorrentes do arrendamento de Espaços, Subconcessões, Aluguer de Estacionamento, Gestão de Empreendimentos e Publicidade, tendo registado um aumento de 6% face ao mesmo período do ano anterior, efeito de novas parcerias, renegociação de contratos e do desenvolvimento de novos espaços comerciais que originaram novos contratos.

DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO



6. DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO

Os resultados alcançados no primeiro semestre de 2016 atestam a continuidade da *performance* financeira positiva do Grupo IP, já verificada no ano de 2015, com destaque para:

- **Resultado Líquido positivo de 5,1 milhões de euros**, que compara com o resultado negativo de 12,3 milhões de euros verificado no 1.º semestre de 2015, o que representa uma melhoria de 17,4 milhões de euros;
- **Decréscimo do EBITDA em 4%** face ao período homólogo, atingindo o montante de 308,2 milhões de euros, em resultado da reversão das reduções remuneratórias que geraram o agravamento dos gastos com pessoal;
- **Gastos Operacionais** 36 milhões de euros abaixo do verificado em 2015 (-7%). Este decréscimo deve-se, sobretudo, à diminuição do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas no que respeita à construção rodoviária devido à conclusão do Túnel do Marão. Os **Gastos com Pessoal** aumentam 7% face a 2015, o que se deve à reversão parcial das reduções remuneratórias verificada no 1.º semestre;
- **Redução dos encargos financeiros** (líquidos), em 29 milhões de euros, devido à redução da dívida financeira e dos aumentos de capital;

valores em milhares de euros

Principais Indicadores	Grupo IP		Δ%
	1.º S 2015	1.º S 2016	
Rendimentos Operacionais	692.971	640.236	-8%
Gastos Operacionais	- 504.972	- 469.007	-7%
Resultado Operacional	187.998	171.229	-9%
EBITDA	319.660	308.166	-4%
Resultado Financeiro	- 186.947	- 157.885	16%
Resultados antes de impostos	1.051	13.345	1170%
Resultado Líquido	- 12.333	5.101	141%

Rendimentos Operacionais

No primeiro semestre de 2016, os rendimentos operacionais do Grupo IP, diminuíram 8% face ao período homólogo (cerca de 53 milhões de euros).

valores em milhares de euros

Rendimentos Operacionais	Grupo IP		Δ%
	1.º S 2015	1.º S 2016	
Vendas e serviços prestados	634.805	577.677	-9%
Contribuição Serviço Rodoviário (CSR)	325.365	321.085	-1%
Portagens	127.227	122.129	-4%
Serviços Ferroviários	38.484	37.507	-3%
Concedente Estado-Rédito ILD	8.196	8.845	8%
Contratos de Construção	116.803	70.705	-39%
Outras prestações de serviços	18.731	17.406	-7%
Indemnizações Compensatórias	15.574	20.325	31%
Outros rendimentos e ganhos	42.592	42.234	-1%
Total dos Rendimentos Operacionais	692.971	640.236	-8%

Contribuição do Serviço Rodoviário (CSR)

A contribuição do serviço rodoviário continua a ser o principal rendimento da IP, registando no 1.º semestre de 2016 o valor de 321,1 milhões de euros, sem variação significativa face ao período homólogo.

Portagens

Os rendimentos de portagens registaram 122,1 milhões de euros durante o primeiro semestre do ano, um decréscimo de 4% face ao semestre homólogo, devido à perda de receitas de portagens da concessão da Beira Interior. Se excluirmos, para efeitos comparativos, a concessão da Beira Interior, o resultado representa um crescimento de 5% relativamente ao primeiro semestre de 2015, perspetivando-se que se venha a manter esta tendência no segundo semestre do ano. Continua a verificar-se um comportamento muito positivo das concessões da Grande Lisboa e do Algarve.

Serviços Ferroviários

Os rendimentos provenientes da tarifação ferroviária atingiram, no primeiro semestre de 2016, um total de 37,5 milhões de euros, menos 3% face ao primeiro semestre de 2015. Estes rendimentos são em grande parte provenientes da tarifa de utilização da infraestrutura (TUI) que registou 33,9 milhões de euros no período.

Para além da disponibilização de canais de circulação, a IP presta serviços adicionais e auxiliares à atividade ferroviária, entre os quais se destacam a energia de tração, o estacionamento de material circulante, as manobras e a cedência de água e energia. O rendimento total com estes serviços, no primeiro semestre de 2016, ronda os 3,6 milhões de euros, o que representa uma redução de 9% face ao mesmo período de 2015.

Concedente Estado

Os montantes registados em Concedente Estado (Rédito ILD) correspondem aos trabalhos internos debitados à atividade de investimento de infraestruturas de longa duração, nomeadamente, materiais e mão-de-obra para Investimento e os respetivos encargos de estrutura, nos termos da IFRIC12, registando um acréscimo de cerca de 650 mil euros face ao mesmo período do ano anterior.

Contratos de Construção

Esta rubrica representa os rendimentos da rodovia com a sua atividade de construção da Rede Rodoviária Nacional (RRN) de acordo com o definido no Contrato de Concessão, incluindo a totalidade das atividades de construção da rodovia por via direta ou subconcessão.

De destacar a redução da atividade de construção rodoviária face ao primeiro semestre de 2015 (-39%), devido à conclusão da construção do Túnel do Marão.

Indemnizações compensatórias

O rendimento correspondente às indemnizações compensatórias, no 1.º semestre de 2016, foi de 20,3 milhões de euros, superior em 38% ao previsto em orçamento. Este montante é superior ao inscrito em orçamento, e foi estipulado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 10 – A/2016, em conformidade com o estabelecido no Contrato Programa celebrado entre a IP e o Estado Português, em março de 2016, para a prestação de serviço público ferroviário.

Gastos Operacionais

No primeiro semestre de 2016, os gastos operacionais do Grupo IP, diminuíram 7% face ao período homólogo (cerca de 36 milhões de euros).

valores em milhares de euros

Gastos Operacionais	Grupo IP		Δ%
	1.º S 2015	1.º S 2016	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	187.062	133.480	-29%
Fornecimentos e serviços externos	112.426	117.938	5%
Gastos com o pessoal	63.197	67.841	7%
Imparidades (perdas/ reversões)	89	860	861%
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	131.662	136.937	4%
Provisões (aumentos/ reduções)	7.775	8.377	8%
Outros gastos e perdas	2.762	3.574	29%
Total dos Gastos Operacionais	504.972	469.007	-7%

Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Esta rubrica regista uma diminuição de 29% face ao mesmo período do ano anterior, em resultado do abrandamento da construção de Novas Infraestruturas Rodoviárias, nomeadamente, a conclusão da construção do Túnel do Marão.

Fornecimentos e Serviços Externos

Os fornecimentos e serviços externos registam um aumento de cerca de 5,5 milhões de euros (+5%) que o valor registado no período homólogo. Este acréscimo é justificado, em grande medida, pelo aumento da atividade de Conservação, Reparação e Segurança Rede Rodoferroviária:

- as atividades de Segurança Rodoviária, que compreendem intervenções no âmbito da sinalização vertical e horizontal, semáforos e colocação de novas barreiras de segurança, entre outras, e registaram um gasto de 3,8 milhões de euros no primeiro semestre de 2016, mais 1,1 milhões de euros (+41%) que no mesmo período de 2015.
- Também a Conservação Corrente rodoviária, correspondente aos gastos do exercício com intervenções de conservação corrente de vias e obras de arte com o objetivo de manter as condições de conforto de circulação, evitando a degradação das infraestruturas e da qualidade do serviço, registou no primeiro semestre de 2016 o valor de 15,6 milhões de euros (+9% face ao mesmo período de 2015).
- Os subcontratos de manutenção ferroviária registaram um aumento de 1,5 milhões de euros (+7%)

Gastos com o Pessoal

Comparativamente com o período homólogo de 2015, e excluindo as rescisões, os gastos com o pessoal estão 6% acima, o que se deve à reposição parcial das reduções remuneratórias no corrente ano. Por outro lado, verifica-se também uma redução do efetivo de 2% (correspondente a 94 colaboradores), que totaliza, no final do primeiro semestre de 2016, 3.759 colaboradores, refletindo o processo de reorganização do Grupo IP na sequência da fusão ocorrida no ano anterior:

Efetivo	2015 1.º S	2016 1.º S	Δ%
IP	3462	3384	-2%
IP TELECOM	169	81	-52%
IP PATRIMÓNIO	64	112	75%
IP ENGENHARIA	153	178	16%
GIL	5	4	-20%
Total GRUPO IP	3 853	3 759	-2%

Investimento

No final do primeiro semestre de 2016, o valor realizado de investimento na construção, modernização e requalificação da rede rodoviária e ferroviária atingiu 19,7 milhões de euros:

unidade: milhões de euros

Investimentos	1.º S 2016
Investimentos Ferroviários PETI3+	3,2
Investimentos Rodoviários PETI3+	8,8
Investimentos PETI3+	11,9
Outros Investimentos Ferroviários	3,2
Outros Investimentos Rodoviários	3,0
Outros Investimentos	6,2
Investimentos de Apoio à Gestão	1,5
Total	19,7

Destaca-se a conclusão da construção do empreendimento rodoviário do Túnel do Marão, que registou uma execução de 8,7 milhões de euros (45% do total do investimento realizado no período). No que respeita à realização dos investimentos do Ferrovía 2020, registaram-se 3,2 milhões de euros repartidos pelas intervenções de Eletrificação do troço Caíde / Marco na Linha do Douro e de Reabilitação Integral de Via no troço Alfarelos-Pampilhosa na Linha do Norte. Os restantes investimentos na rede ferroviária e rodoviária totalizaram 6,2 milhões de euros.

Durante o 1.º semestre de 2016, no que diz respeito ao financiamento comunitário de projetos de investimento ferroviário, os eventos mais relevantes que ocorreram foram os seguintes:

1. Período de programação 2007-2013

No âmbito do Programa Operacional Valorização do Território (POVT) foi obtida a aprovação por parte da respetiva Autoridade de Gestão do Relatório Final dos seguintes projetos:

- a) Ligação Ferroviária Sines/Elvas (Espanha) I: Variante de Alcácer (2.ª fase);
- b) Ligação Ferroviária Sines/Elvas (Espanha) II: Estação da Raquete em Sines;
- c) Ramal de Ligação Ferroviária ao Porto de Aveiro;
- d) Linha do Minho: Variante da Trofa;
- e) Modernização do Eixo Lisboa/Caldas da Rainha: Linha de Sintra - Troço Barcarena-Cacém;
- f) Linha do Norte – Modernização do troço Ovar/Gaia (Fase 1);
- g) Linha do Norte – Modernização do troço Alfarelos/Pampilhosa (Fase 1);
- h) Linha do Norte - Modernização do Troço Santana Cartaxo/Entroncamento (Fase 1);

2. Período de programação 2014-2020

Relativamente ao Mecanismo Interligar a Europa (MIE)/*Connecting Europe Facility* (CEF), a Comissão Europeia selecionou os projetos abaixo, cujas candidaturas foram apresentadas no concurso de 2015:

a) A implementar apenas pela IP:

- Ligação Ferroviária Aveiro-Vilar Formoso no Corredor Atlântico: Linha da Beira Alta (Pampilhosa-Vilar Formoso) - Projeto de Execução e Obra;
- Estudos para o Corredor Internacional Sul (Sines/Setúbal/Lisboa-Caia) inserido no Corredor Atlântico.

b) A implementar em parceria:

- Estudos das Acessibilidades Rodoferroviárias ao Porto de Leixões.

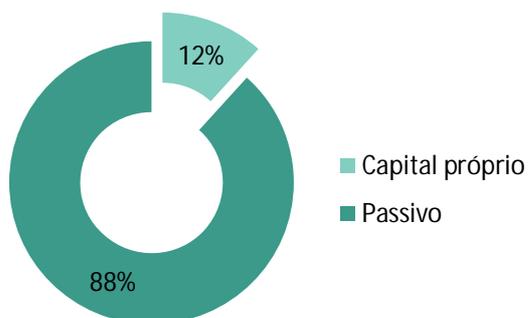
O valor decorrente de subsídios diretamente atribuídos à IP para desenvolvimento das infraestruturas rodoferroviárias, neste período, foi de 13,8 milhões de euros, provenientes do Fundo de Coesão para reembolso de despesa referente a projetos de investimento relativos ao período de programação 2007-2013 (QREN) e referentes ao pré-financiamento de investimento do período de programação 2014-2020 (CEF).

Estrutura Patrimonial

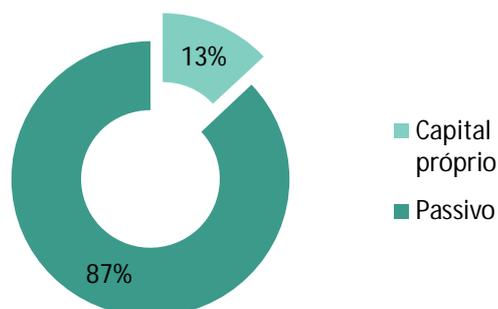
No final do primeiro semestre de 2016, o Ativo total ascendia a 27.551 milhões de euros (aumento de 380,8 milhões de euros face a 31.12.2015), maioritariamente constituído pelo ativo intangível respeitante à rede de infraestruturas rodoviárias e ao Ativo Financeiro relativo ao Concedente - Estado - Conta a receber referente ao valor da Atividade em Investimentos de Infraestrutura de Longa Duração (ILD) na Ferrovia.

O Capital Próprio totalizava cerca de 3.581 milhões de euros e o Passivo Total ascendia 23.970 milhões de euros. Em relação ao final do ano de 2015, destaca-se o aumento de capital no montante de 400 milhões de euros, maioritariamente, por conversão do serviço da dívida referente a empréstimos sendo o restante para cobertura dos investimentos, o que se traduziu no aumento da autonomia financeira de 12% para 13%.

Estrutura do Ativo - 2015



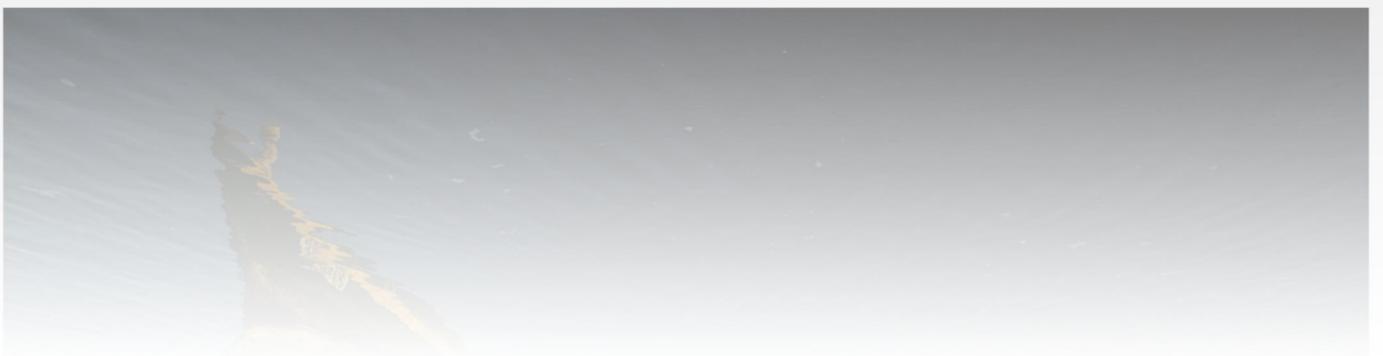
Estrutura do Ativo - 30.06.2016



Do ponto de vista da Empresa, o maior desafio continua a ser o financiamento da sua atividade de investimento quer na rodovia quer na ferrovia.

07

GESTÃO FINANCEIRA E DÍVIDA



7. GESTÃO FINANCEIRA E DÍVIDA

Gestão Financeira e Dívida

Grupo IP

Em 2016 manteve-se a centralização funcional da gestão financeira das empresas do Grupo IP na esfera da Direção de Finanças, Mercados e Regulação da IP.

O principal objetivo deste enquadramento visa a gestão integrada dos recursos financeiros do Grupo com vista à otimização dos fluxos entre as empresas subsidiárias e a empresa-mãe. É condição suficiente que cada empresa subsidiária gire os recursos financeiros que garantam a sua atividade, mas é condição necessária que sejam maximizados de forma a contribuírem para a sustentabilidade económico-financeira da empresa-mãe.

Com a centralização da gestão financeira pretende-se igualmente uniformizar práticas e procedimentos quer em termos de gestão de tesouraria quer em termos de produção de informação de gestão para apoio à decisão.

É preocupação do Grupo IP que os processos associados à gestão financeira sejam desenhados dentro do quadro legal em vigor que impende sobre empresas do sector público empresarial (Decreto-lei nº133/2013) que impõe a obrigatoriedade de aplicar o princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28º) e restrições à contratação de operações de financiamento (artigo 29º).

O Grupo IP terminou o semestre com um total de disponibilidades de 314,7milhões de euros, dos quais 9,75 milhões de euros se encontravam aplicados em CEDIC junto do IGCP dando cumprimento ao estabelecido no Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado.

IP

Até à data da fusão jurídica (1 de junho de 2015), tanto a REFER como a EP gozavam do estatuto de Entidade Pública Reclassificada (EPR), circunstância que a fusão não veio alterar para a IP³. Assim, o Orçamento do Estado para 2016 (OE 2016), aprovado através da Lei nº 7-A_2016, de 30 de março, incluiu os orçamentos de despesa e de receita de ambas as empresas resultando numa previsão de necessidades globais de financiamento de 4.666 milhões de euros que incluem 3.418 milhões de euros respeitantes ao serviço da dívida associado aos empréstimos contraídos junto do Estado Português e que tinha como previsão ser convertido em capital em 2015 e em 2016.

Durante o 1º semestre de 2016, a IP executou o seu orçamento através da aplicação da Lei n.º8/2012 (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso) e legislação conexas, cumprindo a obrigação de comprometer toda e qualquer despesa previamente à sua realização tendo como limites as dotações afetadas às diversas rubricas orçamentais inscritas no OE 2016. De referir, no entanto, que a aplicação de cativos sobre as determinadas rubricas de despesa conforme determinou a Lei do OE2016 condicionou o cumprimento do planeamento da atividade da empresa, planeamento este que tem sido objeto de revisão e que foi complementado com o pedido de descativação aos ministros da tutela.

³ Também a subsidiária GIL goza do estatuto de EPR e, como tal, está sujeita ao mesmo enquadramento legal aplicado à IP.

Foi assim, neste enquadramento, que a IP geriu a sua atividade procurando minimizar os riscos de execução orçamental, sendo de destacar os seguintes eventos com impacto mais relevante quer do lado da receita quer do lado da despesa:

- Aumento de capital no montante de 400 milhões de euros dos quais 74,4 milhões de euros para fazer face ao serviço da dívida dos empréstimos sendo o restante para cobertura dos investimentos;
- Recebimento da Contribuição de Segurança Rodoviária (CSR) deduzido dos custos de cobrança no montante de 265,8 milhões de euros;
- Recebimento de Portagens deduzido dos respetivos custos de cobrança no montante de 148,4 milhões de euros;
- Recebimento de participações comunitárias no valor de 16,1 milhões de euros
- Pagamentos operacionais no montante de 144,9 milhões de euros;
- Pagamentos de investimento em PPP os quais ascenderam a 762,2 milhões de euros;
- Pagamentos de investimento decorrentes do PETI3+ e Planos de Proximidade (rodovia e ferrovia) no montante de 35,1 milhões de euros;

De referir que, a moratória concedida até maio de 2016 para a regularização do serviço da dívida dos empréstimos do Estado com vencimento em novembro de 2015 foi estendida até novembro de 2016 (ofício nº 3595, de 12 de julho da Direção-Geral do Tesouro e Finanças) passando também a cobrir o serviço de dívida com vencimento a maio de 2016 desses empréstimos. À data de 30 junho de 2016, a moratória em vigor ascendia a 2.576 milhões de euros. O pressuposto inicial para financiamento desta componente significativa da despesa da IP foi a conversão em capital destes créditos tal como ocorreu em 2014. Durante o 2º semestre de 2016 espera-se que possa ser encontrada uma solução que permita reduzir parcialmente ou na totalidade estes passivos financeiros. Em suma e em termos reais, as necessidades globais de financiamento da IP no final de junho de 2016 totalizaram 519 milhões de euros tendo sido financiadas por recurso a 400 milhões de euros de operações de aumento de capital e 119 milhões de euros de liquidez disponível.

Estrutura da Dívida Financeira do Grupo IP

O stock de dívida do Grupo IP, em junho de 2016, sofreu um desagravamento de 37,6 milhões de euros, diminuindo, em termos nominais, de 8.266,3 milhões de euros em dezembro de 2015 para 8.228,7 milhões de euros em junho de 2016, conforme quadro seguinte:

milhões de euros		
Tipo de Empréstimos	2015	2016
BEI + Emp. Bancário	1.325,51	1.287,90
Empréstimos do Estado	4.715,75	4.715,75
Eurobond	2.225,00	2.225,00
Total	8.266,26	8.228,65

Para este desagrevamento contribuíram, essencialmente, as operações de aumento de capital realizadas pelo acionista na IP bem como os suprimentos concedidos pela IP à GIL no valor de 5,2 milhões de euros para amortização do capital dos empréstimos contraídos por aquela empresa:

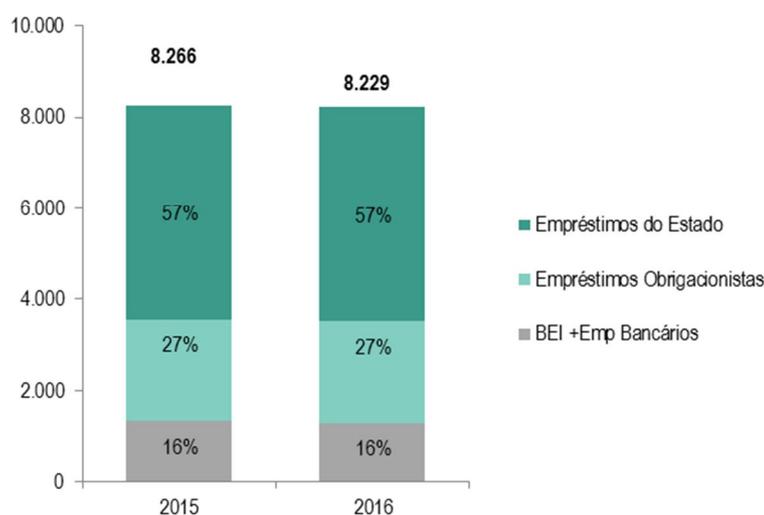
	Data	IP
Capital Social (DL91/2015)	01-jun-15	2.555.835.000
Aumentos:		
	jul-15	90.000.000
	ago-15	80.000.000
	out-15	220.000.000
	nov-15	13.000.000
	dez-15	136.540.000
	mar-16	210.000.000
	abr-16	190.000.000
Capital Social	30-jun-16	3.495.375.000

Estas operações visaram a cobertura das seguintes necessidades de financiamento da IP:

- i) Serviço da dívida de 2016 com exceção do respeitante aos empréstimos contraídos junto do Estado Português no valor de 74,4 milhões de euros;
- ii) Investimento no valor de 325,6 milhões de euros.

Em termos do peso relativo por tipologia de empréstimo, o Grupo IP apresentava a seguinte decomposição:

Peso relativo por tipologia de financiamento
(milhões de euros)



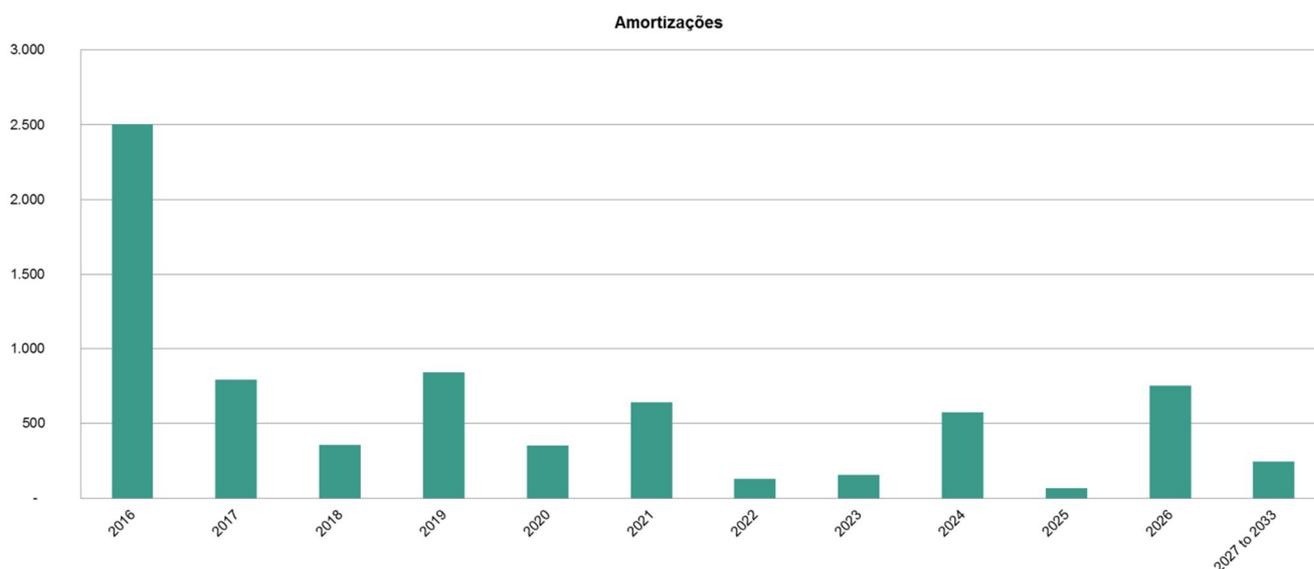
O peso da dívida financeira do Grupo IP que beneficiava de garantia do Estado Português era de 35% do total da dívida. Com exceção dos empréstimos concedidos pelo Estado, de 625 milhões de euros de empréstimos obrigacionistas, os restantes empréstimos são garantidos pelo Estado Português.

Os empréstimos concedidos pelo Estado desde 2011 vencem-se em 2016, 2017, 2020 e 2021, tendo um período de carência de juros de cerca de 12 meses e um plano de reembolso que varia entre 8 e 12 prestações de capital iguais e sucessivas. O regime de taxa de juro é o de taxa fixa.

Os empréstimos BEI, contratados a prazos mais longos, têm um plano de amortização com prestações de capital, iguais ou diferentes mas sucessivas, permitindo o alisamento do perfil de amortização da dívida, com exceção do empréstimo BEI contraído pela GIL cujo vencimento ocorrerá em 2017.

O empréstimo bancário contraído pela GIL junto de um sindicato bancário nacional tem um plano de amortização com prestações de capital iguais e sucessivas vencendo-se integralmente em 2017. O regime de taxa de juro é o de taxa variável.

Os empréstimos obrigacionistas foram contratados a taxa fixa e o seu reembolso é efetuado numa única prestação de capital na sua maturidade (*bullet*). O reembolso dos restantes empréstimos obrigacionistas ocorrerá em 2019, 2021, 2024, 2026 e 2030, elevando o risco de refinanciamento nesses anos, como se pode observar no gráfico seguinte:



O pagamento da dívida da IP tem sido assegurado através de operações de aumento de capital. O refinanciamento da dívida da GIL tem sido assegurado através da concessão de suprimentos pela empresa-mãe.

A carteira de dívida atual, por regime de taxa de juro, no final de junho de 2016 e no final de 2015, era a seguinte:



Em 30 de junho de 2016, o Grupo IP não detinha qualquer instrumento de gestão de risco financeiro.

Análise dos Resultados Financeiros do Grupo IP

Para a análise dos resultados financeiros, considera-se a ótica do Resultado Financeiro Global que parte dos resultados financeiros constantes na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral e ignora os movimentos contabilísticos (réditos) com reflexo na Demonstração Consolidada da Posição Financeira relacionados com i) o débito de juros ao Concedente (no caso da ferrovia) e ii) com a capitalização de juros relacionados com as PPP (no caso da rodovia). Esta ótica dá a perspetiva real da performance da atividade de gestão de dívida e risco do Grupo.

No quadro abaixo detalha-se a performance financeira em 30 de junho de 2016 e 30 de junho de 2015.

valores em milhões

Resultado Financeiro	jun-15	jun-16	Varição
			2016/2015
Resultado Financeiro da Atividade Investimento	-62,2	-57,3	4,8
Ganhos financeiros			
Perdas financeiras*	-62,2	-57,3	4,8
Resultado Financeiro da Atividade Gestão de Infraestruturas	-33,4	-20,0	13,3
Ganhos financeiros	0,1	0,7	0,6
Perdas financeiras	-33,5	-20,7	12,7
Resultado Financeiro Alta Prestação	-153,6	-136,3	17,3
Ganhos financeiros			
Perdas financeiras - Subconcessões	-117,2	-111,8	5,4
Perdas financeiras - Concessões do Estado	-36,4	-24,5	11,9
Resultado Financeiro Gestão Rede Rodoviária		-1,5	-1,5
Ganhos financeiros			
Perdas financeiras		-1,5	-1,5
Resultado Financeiro Global	-249,1	-215,2	33,9
Valor imputado - Concedente Estado*	62,2	57,3	-4,8
Resultado Financeiro (Demonstração de Rendimento Integral)	-186,9	-157,9	29,1
RF Global gestão directa	-131,9	-103,4	28,5

A 30 de junho de 2016, o Resultado Financeiro Global do Grupo IP ascendeu a -215,2 milhões de euros traduzindo um desagravamento de 33,9 milhões de euros face a igual período do ano anterior.

Se se retirar àquele resultado a componente associada a Subconcessões por se tratar de encargos com a atualização financeira da dívida às subconcessionárias pela obra / serviços prestados (e que serão faturados no futuro, de acordo com os termos estipulados nos respetivos Contratos de Subconcessão) e, portanto, não consubstanciada em contratos de financiamento celebrados pela ex-EP, o resultado financeiro global totalizaria -103,4 milhões de euros contra os -131,9 milhões de euros em junho de 2015, refletindo uma recuperação de 28,5 milhões de euros.

Para esta evolução positiva concorreram os resultados financeiros obtidos nos segmentos de atividade de investimento, de gestão de infraestruturas e alta prestação. As sucessivas operações de aumento de capital realizadas ao longo de 2015 e 2016 na IP permitiram a redução do saldo médio da dívida financeira afeta à cobertura de cada segmento de atividade para 2016 o que teve, como contrapartida, a diminuição dos encargos financeiros associados.

No que se refere à diminuição do valor imputado ao Concedente Estado entre 2015 e 2016, o maior contributo é proveniente da redução do stock de dívida financeira para cobertura contabilística do investimento em ILD com conseqüente impacto nos encargos financeiros imputados (debitados) a esta atividade.

No quadro abaixo apresenta-se a evolução da taxa de juro média anual de financiamento para a IP e para a GIL para o período 2014-2016, por se tratarem das duas empresas do Grupo IP que detêm este tipo de responsabilidades:

milhões de euros

Anos	2016	2015	2014
Encargos Financeiros	102,62	245,50	306,98
Taxa Média de Financiamento (%)	2,5%	2,9%	3,2%

Por último, referir que a 6 de julho de 2016, a agência de rating internacional *Moody's Investors Service* reafirmou a atribuição da notação de risco Ba2 com *Outlook Stable*) à IP, como consequência:

- Do papel crítico que a IP desempenha na gestão das redes ferroviária e rodoviária de Portugal;
- Da supervisão efetiva por parte do Governo tendo como corolário, a inclusão da IP no perímetro de consolidação orçamental do Estado;
- Da expectativa de que o Estado continuará a assegurar atempadamente o suporte financeiro que se afigure necessário;
- Da manutenção de elevado nível de endividamento e insuficiente capacidade de geração de cash-flow.

EVENTOS SUBSEQUENTES



8. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aumento de capital

Através de Deliberação Social Unânime por Escrito, com data de 06 de julho de 2016, foi aumentado o capital social da IP em 400 M€ através da subscrição de 80.000 novas ações de 5.000 euros cada, subscrito e realizado pelo acionista Estado Português da seguinte forma:

- a) No dia 08 de julho de 2016, o montante de 200 M€
- b) No dia 23 de agosto de 2016, o montante de 200 M€

Alterações na composição do Conselho de Administração Executivo

Conselho de Administração Executivo da IP

Após a cessação do primeiro semestre de 2016 ocorreram os seguintes eventos:

- Apresentada renúncia ao cargo de gestor por parte do Presidente do Conselho de Administração Executivo, Dr. António Manuel Palma Ramalho.
- Apresentada renúncia ao cargo de gestor por parte do Vice-Presidente do Conselho de Administração Executivo, Eng. José Luís Ribeiro dos Santos.
- Eleição para o cargo de Presidente do Conselho de Administração Executivo, do Eng. António Carlos Laranjo da Silva.
- Eleição para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração Executivo, do Eng. Carlos Alberto João Fernandes.

Os gestores eleitos foram-no para completar os mandatos iniciados pelos anteriores gestores e correspondentes ao triénio 2015-2017.

Conselho de Administração da IP Telecom

Após a cessação do primeiro semestre de 2016 ocorreram os seguintes eventos:

- Apresentada renúncia ao cargo de gestor por parte do Presidente do Vogal do Conselho de Administração, Eng. Rui Pedro Nobre Ribeiro.
- Eleição para o cargo de Vogal do Conselho de Administração, do Eng.^o José Luís Ribeiro dos Santos.

Os gestores eleitos foram-no para completar os mandatos iniciados pelos anteriores gestores e correspondentes ao triénio 2015-2017.

Conselho de Administração da IP Engenharia

Após o final do primeiro semestre de 2016 ocorreram os seguintes eventos:

- Apresentada renúncia ao cargo de gestor por parte do Presidente do Conselho de Administração, Eng. José Luis Ribeiro dos Santos.
- Apresentada renúncia ao cargo de gestor por parte do Vogal do Conselho de Administração, Dr. Adriano Rafael de Sousa Moreira.
- Eleição para o cargo de Presidente do Conselho de Administração, do Eng. António Carlos Laranjo da Silva.
- Eleição para o cargo de Vogal do Conselho de Administração, do Eng. José Luís Ribeiro dos Santos.

Os gestores eleitos foram-no para completar os mandatos iniciados pelos anteriores gestores e correspondentes ao triénio 2015-2017.

Conselho de Administração da GIL

Após o final do primeiro semestre de 2016 ocorreram os seguintes eventos:

- Apresentada renúncia ao cargo de gestor por parte do Presidente do Conselho de Administração, Eng. José Luís Ribeiro dos Santos.
- Apresentada renúncia ao cargo de gestor por parte do Vogal do Conselho de Administração, Eng. José Carlos de Abreu Couto Osório.

Almada, 29 de setembro de 2016

O Conselho de Administração Executivo

Presidente António Carlos Laranjo da Silva

Vice - Presidente José Saturnino Sul Serrano Gordo

Vice - Presidente Carlos Alberto João Fernandes

Vogal Alberto Manuel de Almeida Diogo

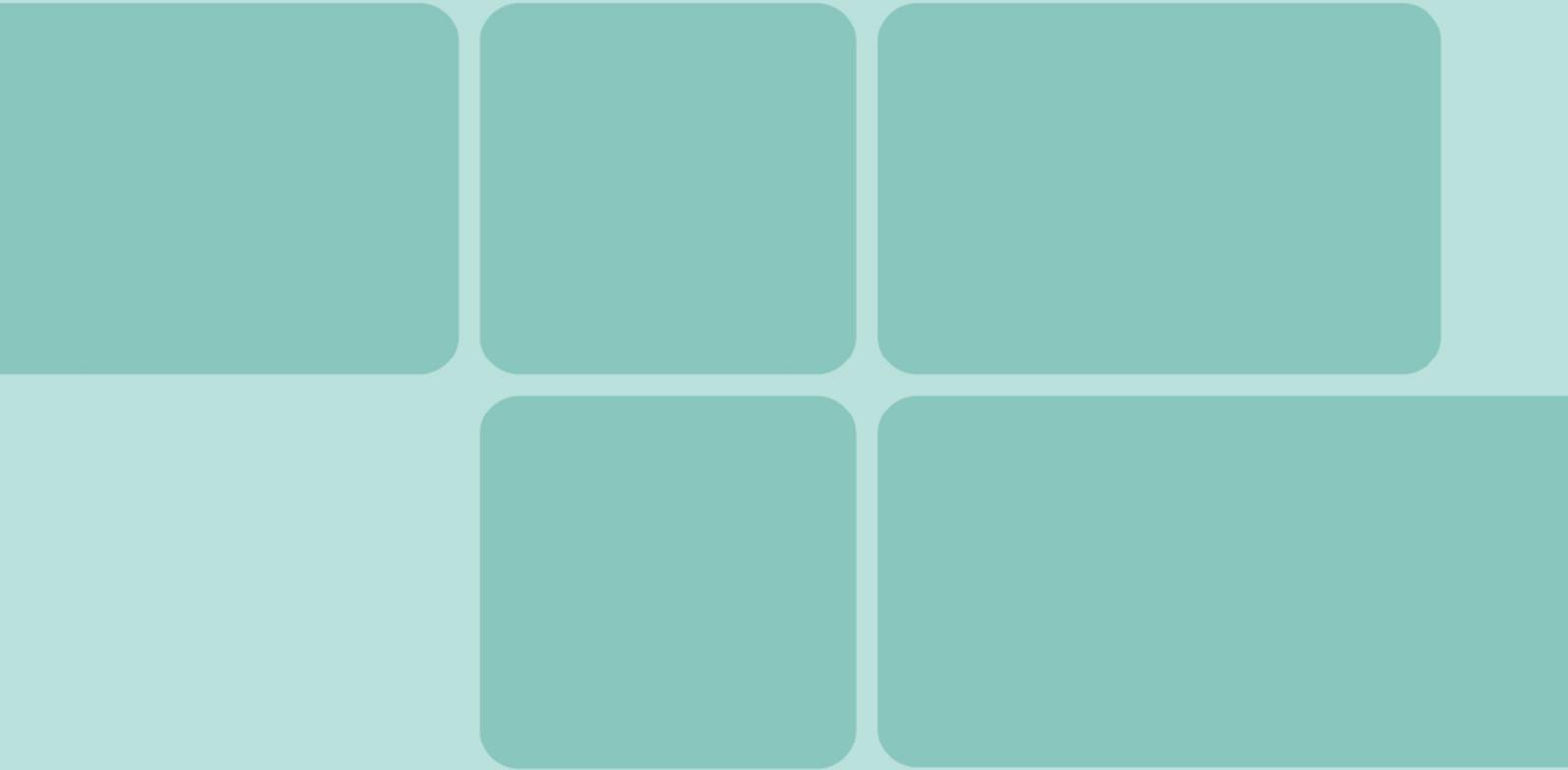
Vogal Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira

Vogal Adriano Rafael de Sousa Moreira

Vogal José Carlos de Abreu e Couto Osório

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONDENSADAS CONSOLIDADAS E NOTAS





PARTE II
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS E NOTAS

Índice

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONDENSADAS CONSOLIDADAS E NOTAS.....	67
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO.....	72
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONDENSADAS CONSOLIDADAS.....	73
1. NOTA INTRODUTÓRIA.....	79
1.1 Atividade da Empresa Mãe.....	79
1.2 Atividades das Empresas do Grupo IP.....	80
1.3 Outras participações financeiras.....	81
2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	81
2.1. Bases de Apresentação.....	81
2.2. Bases de Consolidação e Políticas Contabilísticas.....	82
2.3. Principais Estimativas Utilizadas nas Demonstrações Financeiras.....	82
2.4. Principais julgamentos na aplicação de políticas contabilísticas relevantes.....	84
3. POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO.....	84
4. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO.....	88
5. GOODWILL - GIL.....	89
6. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS.....	89
7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	95
8. ATIVOS INTANGÍVEIS.....	97
9. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS.....	99
10. DIFERIMENTOS.....	102
10.1 Subsídios ao Investimento - Direito Concessão Rodoviário.....	102
11. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER.....	103
11.1 Adiantamentos a Fornecedores.....	103
12. CONCEDENTE – ESTADO – CONTA A RECEBER.....	104
13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	104
14. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	106
15. CAPITAL.....	106
16. PROVISÕES.....	107
17. FINANCIAMENTOS OBTIDOS.....	108
17.1 Financiamentos Obtidos.....	108
17.2 Financiamentos do Acionista/ Suprimentos.....	111
18. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR.....	116
18.1 Fornecedores.....	116
18.2 Outras Contas a Pagar.....	116

19. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS.....	117
20. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO.....	117
21. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	118
22. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	118
23. GASTOS COM O PESSOAL	119
24. IMPARIDADES	119
25. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS.....	120
26. OUTROS GASTOS E PERDAS	120
27. PERDAS E GANHOS FINANCEIROS	121
28. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO.....	122
29. REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	122
30. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A PARTES RELACIONADAS.....	130
31. NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS	132
32. GARANTIAS E AVALES	134
33. CONTINGÊNCIAS	135
34. COMPROMISSOS	136
35. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	137
36. OUTROS FACTOS RELEVANTES.....	138
37. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	140

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONDENSADAS CONSOLIDADAS E NOTAS A 30 DE JUNHO 2016

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

Nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 246.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, cada um dos membros do Conselho de Administração Executivo da Infraestruturas de Portugal, S.A., abaixo identificados nominalmente, subscreveu a declaração que a seguir se transcreve:

“Declaro, nos termos e para os efeitos previstos no Artigo 246.º, n.º 1, alínea c) do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, atuando na qualidade e no âmbito das funções que se me encontram atribuídas e com base na informação que me foi disponibilizada no seio do Conselho de Administração Executivo, as demonstrações financeiras condensadas consolidadas foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos capitais próprios, rendimento integral, resultados e fluxos de caixa consolidados da Infraestruturas de Portugal, S.A., e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão relativo ao 1º semestre de 2016 expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos naquele período e o impacto nas respetivas demonstrações financeiras condensadas consolidadas, contendo igualmente uma descrição dos principais riscos e incertezas.”

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Presidente	António Carlos Laranjo da Silva
Vice - Presidente	José Saturnino Sul Serrano Gordo
Vice - Presidente	Carlos Alberto João Fernandes
Vogal	Alberto Manuel de Almeida Diogo
Vogal	Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira
Vogal	Adriano Rafael de Sousa Moreira
Vogal	José Carlos de Abreu e Couto Osório

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONDENSADAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÃO CONDENSADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

	Notas	30-06-2016	31-12-2015
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	129 388	131 197
Propriedades de investimento		4 576	4 905
Ativos intangíveis	8	19 867 312	19 626 351
Goodwill	5	21 687	21 687
Clientes	11	14 663	17 107
Ativos por impostos diferidos	9	126 041	119 108
Diferimentos	10	811	811
Ativos financeiros disponíveis para venda		32	32
		20 164 509	19 921 198
Corrente			
Inventários		53 355	52 154
Clientes	11	102 726	102 327
Adiantamentos a fornecedores	11	-	27 522
Concedente - Estado - Conta a receber	12	5 469 241	5 406 324
Ativo por imposto corrente	13	21 922	21 686
Estado e outros entes públicos	13	1 139 025	1 018 104
Outras contas a receber	11	285 335	184 385
Diferimentos	10	167	771
Ativos não correntes detidos para venda		3	3
Caixa e equivalentes de caixa	14	314 731	435 785
		7 386 507	7 249 062
Total do Ativo		27 551 016	27 170 260

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras condensadas consolidadas

DEMONSTRAÇÃO CONDENSADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (CONTINUAÇÃO):

	Notas	30-06-2016	31-12-2015
Capital Próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital:			
Capital realizado	15	3 495 375	3 095 375
Reservas		- 95	- 95
Resultados transitados		80 637	63 775
		3 575 917	3 159 055
Resultado líquido do período		5 101	16 862
Total do capital próprio		3 581 017	3 175 917
Passivo			
Não corrente			
Provisões	16	866 665	857 712
Financiamentos obtidos	17.1.	3 384 009	3 429 235
Financiamento accionista/ Suprimentos	17.2.	1 212 234	1 478 345
Outras contas a pagar	18.2.	2 847 117	2 998 086
Diferimentos	10	10 757 321	10 789 120
Passivo por impostos diferidos	9	119	69
		19 067 464	19 552 568
Corrente			
Fornecedores	18.1.	28 791	32 802
Adiantamentos de clientes		8 120	1
Estado e outros entes públicos	13	9 876	8 542
Passivos para imposto corrente	13	14 511	-
Financiamentos obtidos	17.1.	186 677	165 868
Financiamento accionista/ Suprimentos	17.2.	3 640 678	3 347 598
Outras contas a pagar	18.2.	999 752	873 390
Diferimentos	10	14 129	13 574
		4 902 534	4 441 776
Total do Passivo		23 969 998	23 994 343
Total do Capital Próprio e do Passivo		27 551 016	27 170 260

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras condensadas consolidadas

DEMONSTRAÇÃO CONDENSADA DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

	Notas	30-06-2016	30-06-2015
Vendas e serviços prestados	19	577 677	634 805
Subsídios à exploração	20	20 325	15 574
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	21	- 133 480	- 187 062
Fornecimentos e serviços externos	22	- 117 938	- 112 426
Gastos com o pessoal	23	- 67 841	- 63 197
Imparidades (perdas/ reversões)	24	- 860	- 89
Provisões (aumentos/ reduções)	16	- 8 377	- 7 775
Outros rendimentos e ganhos	25	42 234	42 592
Outros gastos e perdas	26	- 3 574	- 2 762
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		308 166	319 660
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	7, 8	- 136 937	- 131 662
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		171 229	187 998
Juros e rendimentos similares obtidos	27	58 056	62 310
Juros e gastos similares suportados	27	- 215 941	- 249 257
Resultados antes de impostos		13 345	1 051
Imposto sobre o rendimento do período	28	- 8 244	- 13 384
Resultado líquido do período		5 101	- 12 333
Resultado integral		5 101	- 12 333
Resultado por ação (Básico/Diluído) - Euros	15	8	-24

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras condensadas consolidadas

DEMONSTRAÇÃO CONDENSADA CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

	Capital	Reservas	Resultados acumulados	Resultado do exercício	Total
Saldo em 31-12-2015	3 095 375	- 95	63 775	- 12 333	3 175 917
Aplicação do resultado líquido de 2015	-	-	16 862	- 16 862	-
Aumento de capital do semestre findo a 30 de junho de 2016	400 000	-	-	-	400 000
Resultado integral do semestre findo em 30 de junho de 2016	-	-	-	5 101	5 101
Saldo em 30-06-2016	3 495 375	- 95	80 637	5 101	3 581 017

	Capital	Reservas	Resultados acumulados	Resultado do exercício	Total
Saldo em 31-12-2014	-1 486 000	99	2 402 681	52 462	969 243
Aplicação do resultado líquido de 2014	-	-	52 462	- 52 462	-
Aumento de capital (nota 15)	-1 167 715	-	-	-	-1 167 715
Efeito fusão	-2 511 039	- 4	-	-	-2 511 043
Transferências de reservas do semestre findo a 30 de junho de 2016	2 518 919	-	-2 518 919	-	-
Resultado integral do semestre findo em 30 de junho de 2015	-	-	-	12 333	12 333
Saldo em 30-06-2015	-2 645 835	95	- 63 775	12 333	-2 697 181

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras condensadas consolidadas

DEMONSTRAÇÃO CONDENSADA DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

	Notas	30-06-2016	30-06-2015
Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		485.859	516.562
Pagamentos a fornecedores		-375.516	- 392.920
Pagamentos ao pessoal		-62.275	- 63.191
Fluxo gerado pelas operações		48.068	60.451
(Pagamento)/recebimento de IRC		3	- 3
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		4.303	10.769
Fluxo das atividades operacionais (1)		52.374	71.217
Atividades de Investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		16.128	22.501
Outros ativos		-	7
Ativos tangíveis		-	1.414
Investimentos financeiros		-	75.583
		16.128	99.506
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos tangíveis		-16.185	- 12.487
Ativos intangíveis		-487.156	- 533.310
		-503.342	- 545.797
Fluxo das atividades de investimento (2)		-487.214	- 446.291
Atividades de Financiamento			
Aumentos de capital	15	400.000	1.167.715
Juros		-	78
		400.000	1.167.793
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		-37.609	- 637.563
Juros e custos similares		-42.170	- 68.051
		-79.779	- 705.614
Fluxo das atividades de financiamento (3)		320.221	462.179
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)-(2)+(3)		-114.619	87.105
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14	314.460	181.042
Caixa e seus equivalentes no início do período	14	429.079	93.937
Varição de caixa e seus equivalentes		-114.619	87.105

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras condensadas consolidadas

Almada, 29 de setembro de 2016

O Conselho de Administração Executivo

Diretora Financeira

Maria do Carmo Duarte Ferreira

Contabilista Certificado

Diogo Mendonça Lopes Monteiro

Presidente

António Carlos Laranjo da Silva

Vice - Presidente

José Saturnino Sul Serrano Gordo

Vice - Presidente

Carlos Alberto João Fernandes

Vogal

Alberto Manuel de Almeida Diogo

Vogal

Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira

Vogal

Adriano Rafael de Sousa Moreira

Vogal

José Carlos de Abreu e Couto Osório

Notas às Demonstrações Financeiras Condensadas Consolidadas para o primeiro semestre 2016

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Infraestruturas de Portugal, S.A. é a empresa pública que resulta da fusão entre a Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E. (REFER) e a EP - Estradas de Portugal, S.A. (EP) através da qual a REFER, incorpora a EP, e é transformada em sociedade anónima, passando a denominar-se Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP). A fusão foi consagrada no dia 1 de junho de 2015, na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 91/2015, de 29 de maio.

A consequência imediata da fusão determinou que as infraestruturas rodoviárias e ferroviárias passam a ser geridas por uma única empresa, de acordo com uma estratégia conjunta, integrada e complementar.

O Grupo Infraestruturas de Portugal, adiante designado por Grupo IP ou Grupo, inclui as empresas subsidiárias: IP Telecom – Serviços de Telecomunicações, S.A. (IP Telecom), que se posiciona como um operador de telecomunicações e de serviços especializados em sistemas, tecnologias de informação e telecomunicações; a IP Património – Administração e Gestão Imobiliária, S.A. (IP Património), que atua na área da gestão e valorização do património imobiliário e património público rodoferroviário do Grupo; a IP Engenharia, S.A. (IP Engenharia), cuja atividade é a prestação de serviços de engenharia e transporte e a GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A. (GIL), ligada à gestão da estação do Oriente.

O Grupo IP detém ainda participações em duas operações conjuntas, a AVEP – Alta Velocidade de Espanha e Portugal A.E.I.E.(AVEP), em parceria conjunta com a ADIF – Administrador de Infraestruturas Ferroviárias (entidade espanhola), cuja atividade respeita à elaboração dos estudos necessários às ligações Madrid-Lisboa-Porto e Porto-Vigo e no CORREDOR FERROVIÁRIO DE MERCADORIAS N.º4 A.E.I.E, (CFM4), em parceria com a ADIF-Administrador de Infraestruturas Ferroviárias (entidade espanhola) e a SNCF – Réseau (entidade francesa), cuja atividade consiste na promoção, no seio dos seus membros, das medidas que visam a melhoria da competitividade do transporte ferroviário de mercadorias no corredor ferroviário Sines-Lisboa/ Leixões| Sines –Elvas/ Algeciras – Madrid – Medina del Campo – Bilbao – Irun/ Bordeaux – Paris – Le Havre – Metz.

1.1 Atividade da Empresa Mãe

De acordo com o Decreto-Lei nº 91/2015, a IP tem como atividade principal “... a conceção, projeto, construção, financiamento, conservação, exploração, requalificação, alargamento e modernização das redes rodoviária e ferroviária nacionais, incluindo-se nesta última o comando e o controlo da circulação.”

Para a prossecução da sua atividade, a IP assume a posição de gestor de infraestruturas, nos termos do contrato de concessão geral da Rede Rodoviária Nacional e do contrato programa da Rede Ferroviária Nacional, ambos celebrados com o Estado Português.

No desenvolvimento da sua atividade e de forma a garantir um elevado nível de eficiência e eficácia, a IP recorre a serviços complementares, de áreas de negócio que não estão compreendidas na sua atividade principal, mas que são realizadas pelas suas empresas participadas.

1.2 Atividades das Empresas do Grupo IP

Apresentamos de seguida as atividades desenvolvidas pelas empresas do Grupo IP.

1.2.1 Atividade de operações de telecomunicações

A IP Telecom, com sede em Lisboa, foi constituída em 9 de novembro de 2000, tendo como atividade o estabelecimento, gestão e exploração de infraestruturas e sistemas de telecomunicações, bem como o exercício de quaisquer atividades que sejam complementares, subsidiárias ou acessórias daquelas, diretamente ou através de constituição ou participação em sociedades.

Foi celebrado em 29 de fevereiro de 2016 o contrato de subconcessão da exploração e gestão da infraestrutura de telecomunicações e tecnologias de informação entre a Infraestruturas de Portugal e a IP Telecom, o qual mantém, revendo os seus termos, a subconcessão de exploração da infraestrutura de telecomunicações e subconcessiona a exploração do Canal Técnico Rodoviário (CTR) construído, ou a construir, sob administração e gestão da IP.

A IP Telecom tem como atividade assegurar o fornecimento e a prestação de serviços de Sistemas e Tecnologias de Informação e Comunicações, baseado em soluções inovadoras com foco nas tecnologias Cloud e Segurança e na principal infraestrutura nacional de telecomunicações, assente em fibra ótica, para o Mercado Empresarial e Organismos Públicos.

1.2.2 Atividade de gestão integrada e valorização do património imobiliário do Grupo e valorização do património público ferroviário (espaços comerciais)

A IP Património tem como objeto atuar no âmbito da aquisição, expropriação, atualização cadastral e alienação de bens imóveis ou constituição de direitos sobre os mesmos, bem como na rentabilização dos ativos afetos à concessão ou ao património autónomo do Grupo IP e ainda na gestão e exploração de estações e equipamentos associados, incluindo a respetiva gestão operacional.

1.2.3 Prestação de serviços de engenharia e transporte

A IP Engenharia presta serviços de engenharia de transportes de suporte à atividade da IP e em projetos multidisciplinares rodoviários e/ou ferroviários, fornecendo soluções de mobilidade com um elevado nível de integração, quer ao nível nacional quer internacional. Exerce as atividades de cartografia, topografia, assim como a prestação de serviços de gestão integrada de empreendimentos e de fiscalização, bem como na área da gestão da qualidade, ambiente e segurança.

1.2.4 Gestão da Estação do Oriente

A GIL tem por atividade a gestão, manutenção, conservação e limpeza do Complexo Intermodal de Transportes, designado por Estação do Oriente, prestação de serviços de manutenção, limpeza e vigilância à IP, e ao Metropolitano de Lisboa, nas respetivas componentes, cedência de espaços comerciais, exploração do parque de estacionamento, fornecimento de bens e serviços aos utilizadores dos espaços comerciais e cedência de espaços e prestação de serviços para a realização de eventos.

1.3 Outras participações financeiras

1.3.1 Melhoria da Fachada Corredor Atlântico – CFM 4

Em novembro de 2013, foi constituída entre os gestores da infraestruturas de Portugal (ex-REFER), Espanha (Administrador de Infraestruturas Ferroviárias - ADIF) e França (Réseau Ferré de France – RFF, atualmente SNCF Réseau) o CFM4, cujo objetivo assenta no desenvolvimento de um mercado interno ferroviário, designadamente no que respeita ao transporte de mercadorias, através da criação de corredores dedicados.

O CFM4 abrange as linhas férreas existentes e planeadas nos itinerários Sines/Setúbal/Lisboa/Aveiro/Leixões – Algeciras/Madrid/Bilbao – Bordeaux/Paris/Le Havre/Metz, atravessando as fronteiras de Vilar Formoso/Fuentes de Oñoro, Elvas/Badajoz e Irún/Hendaya.

A missão do CFM4 passa, num primeiro momento, pela gestão e rentabilização das infraestruturas existentes, sem investimentos adicionais, através da gestão centralizada da atribuição de capacidade e relacionamento com os clientes.

Posteriormente, o CFM4 servirá também como palco para articulação entre os três países no que respeita aos investimentos nas infraestruturas, ultrapassando barreiras operacionais, técnicas e de interoperabilidade e aumentando a competitividade do transporte ferroviário de mercadorias.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem a posição financeira, o rendimento integral os resultados das operações e os fluxos de caixa consolidados do Grupo IP, para o período findo em 30 de junho de 2016, constituindo as demonstrações financeiras condensadas consolidadas do Grupo IP.

Estas demonstrações financeiras condensadas consolidadas estão apresentadas de acordo com a norma IAS 34 – Relato financeiro intercalar (IAS 34). Consequentemente, não incluem toda a informação requerida pelas IFRS, pelo que devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas do período findo em 31 de dezembro de 2015.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração Executivo, em reunião realizada em 29 de setembro de 2016, que deliberou submetê-las à aprovação da Tutela. É da opinião do Conselho de Administração Executivo que as mesmas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Grupo IP, bem como a sua posição financeira, rendimento integral resultados e fluxos de caixa consolidados.

Todos os valores estão expressos em milhares de euros (m€) salvo indicação em contrário. É utilizada adicionalmente a sigla M€ para milhões de euros, quando necessário.

As demonstrações financeiras condensadas consolidadas do Grupo IP foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adotadas pela União Europeia (UE), emitidas e em vigor à data de 30 de junho de 2016.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”), e pelos respetivos órgãos que os antecederam.

As demonstrações financeiras condensadas consolidadas apresentadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS, requer que o Grupo formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos consolidados. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados aplicáveis e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não seria possível de obter através de outras fontes. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 2.3.

2.2. Bases de Consolidação e Políticas Contabilísticas

As demonstrações financeiras condensadas consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, os passivos, o rendimento integral, os resultados e os fluxos de caixa das empresas do Grupo, as quais são apresentadas na nota 4.

As políticas contabilísticas aplicadas nestas demonstrações financeiras consolidadas são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do período findo em 31 de dezembro de 2015, e foram consistentemente aplicadas, por todas as empresas do Grupo IP.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras consolidadas podem ser analisadas na nota 31.

2.3. Principais Estimativas Utilizadas nas Demonstrações Financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os IFRS, o Conselho de Administração Executivo da IP utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e noutros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras condensadas consolidadas, no entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.

O Conselho de Administração Executivo considera que as estimativas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras condensadas consolidadas intercalares apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo IP, rendimento integral o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados em todos os aspetos materialmente relevantes.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras condensadas consolidadas são como segue:

ATIVOS INTANGÍVEIS

O Grupo IP amortiza o seu Direito de Concessão Rodoviário pelo método das unidades equivalentes sendo essa amortização baseada na estimativa da totalidade dos rendimentos a gerar pela Concessão até ao seu termo e na valorização da totalidade dos investimentos a efetuar pelo Grupo IP.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração Executivo para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas internacionais do setor.

PADRÃO ESTIMADO DAS RECEITAS

O montante e o momento da ocorrência das receitas futuras são essenciais para determinar o método das unidades equivalentes, no qual assenta o cálculo da amortização do Direito de Concessão Rodoviário.

O método de apuramento das unidades equivalentes é efetuado através das receitas uma vez que se considera que existe uma elevada correlação entre as receitas geradas, nomeadamente, a Contribuição do Serviço Rodoviário (CSR) e Portagens e a utilização da infraestrutura, conforme exceção prevista no parágrafo 98A da IAS38 – Ativos Intangíveis.

Este padrão é estimado com base no histórico recente e nas melhores perspetivas do Conselho de Administração Executivo da IP para o futuro, tendo a mesma base de apuramento das receitas introduzidas no modelo financeiro plurianual, com as alterações consideradas nas alíneas abaixo.

Procedeu-se, igualmente, a uma análise de sensibilidade à evolução das receitas do Grupo IP ao longo da vida do Contrato e seu impacto nas amortizações do período. As análises realizadas basearam-se nos seguintes cenários:

- a) Considerou-se que o crescimento real das receitas de portagem após o termo inicial dos contratos de concessão seria de 0% e o crescimento real da CSR seria de acordo com as taxas de crescimento estimadas pela DGEG (Direção Geral de Energia e Geologia) de 2016 a 2020 e após 2021 seria de 0%, mantendo-se o crescimento de acordo com o IPC.
- b) Considerou-se que o crescimento real das receitas de portagem após o termo inicial dos Contratos de Concessão seria de 1% até 2039 e 0% após 2040 e o crescimento real da CSR seria de acordo com as taxas de crescimento estimadas pela DGEG de 2016 a 2020 e após 2021 seria de 0,5%, mantendo-se o crescimento de acordo com o IPC.
- c) Considerou-se que o crescimento real das receitas de portagem após o termo inicial dos Contratos de Concessão seria de 1% e o crescimento real da CSR seria de acordo com as taxas de crescimento estimadas pela DGEG de 2016 a 2020 e após 2021 seria de 1%, mantendo-se o crescimento de acordo com o IPC.

O resultado dos diferentes cenários para o primeiro semestre de 2016 é apresentado no seguinte quadro:

(M€)			
Análise de Sensibilidade ao Crescimento CSR e Portagens	Cenário a)	Cenário b)	Cenário c)
Amortizações do período	133,1	120,7	97,3
Amortizações de Subsídios (nota 10.1)	(33,1)	(30,6)	(25,8)
	100,0	90,1	71,5
Diferença	-	(9,9)	(28,5)

O grupo adoptou para efeitos de preparação das suas demonstrações financeiras condensadas consolidadas o cenário a).

2.4. Principais julgamentos na aplicação de políticas contabilísticas relevantes

VALOR AMORTIZÁVEL DO DIREITO DE CONCESSÃO

O montante a considerar como valor amortizável do Direito de Concessão implica a assunção de montantes de execução de obras e manutenção programada até ao termo da concessão.

As alterações entre os valores planeados, contratados e executados podem variar por diversos fatores exógenos à empresa com impacto no montante da amortização a registar no futuro.

3. POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

RISCOS FINANCEIROS

A atividade do Grupo IP está exposta a fatores de risco de carácter financeiro, como sejam, o risco de crédito, o risco de liquidez e o risco de taxa de juro associado aos fluxos de caixa decorrentes de financiamentos obtidos.

O Decreto-Lei nº133/2013, de 3 de outubro, veio alterar a autonomia das entidades públicas reclassificadas (EPR) no que respeita ao acesso a financiamento junto do sistema financeiro e à gestão de risco através de instrumentos financeiros derivados.

Com efeito, no artigo 29º determina-se a impossibilidade das EPR acederem a financiamentos junto das instituições de crédito, com exceção das de carácter multilateral (ex. Banco Europeu de Investimento) ficando consagrada também no artigo 72º a transferência da gestão das suas carteiras de derivados financeiros para a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. (IGCP).

GESTÃO DO RISCO DE CÂMBIO

O Grupo IP não tem risco cambial com significado no decurso da sua atividade.

GESTÃO DO RISCO DE CRÉDITO

O Grupo IP está sujeito ao risco de crédito.

O risco de crédito está associado ao risco de uma contraparte falhar no cumprimento das suas obrigações contratuais resultando numa perda financeira para IP.

As receitas da atividade rodoviária resultam principalmente da CSR que é cobrada e entregue à empresa pela Autoridade Tributária (AT) e das portagens que apresentam uma base de clientes diversificada e composta por operações de reduzido valor pelo que não tem risco de crédito associado significativo.

O risco de crédito resultante da atividade ferroviária está essencialmente relacionado com o incumprimento das responsabilidades assumidas pelos operadores ferroviários. A CP – Comboios de Portugal, EPE é a contraparte principal tratando-se do operador exclusivo de passageiros em toda a rede, com exceção da travessia da Ponte 25 de Abril que é operada pela Fertagus. Assim, apesar do risco de crédito estar fortemente concentrado na CP, o mesmo é mitigado pela natureza jurídica daquela entidade com capital detido a 100% pelo Estado Português e, a partir de 2015, pela sua circunstância de EPR.

Os ajustamentos por imparidade para outras contas a receber são calculados considerando o perfil de risco da contraparte e a sua condição financeira.

Relativamente ao risco de crédito associado à atividade financeira, o Grupo IP detém exposição ao setor bancário nacional traduzida pelos saldos em depósitos à ordem. Esta exposição tem vindo a reduzir-se desde 2010 em virtude da aplicação do regime jurídico da Unidade de Tesouraria do Estado às empresas públicas, que prevê a concentração das disponibilidades e aplicações financeiras no IGCP. Até à data, o Grupo IP não incorreu em qualquer imparidade resultante do não cumprimento das obrigações contratuais celebradas com entidades financeiras.

A tabela seguinte apresenta um resumo a 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 da qualidade de crédito dos depósitos:

Rating	30-06-2016	31-12-2015
< =BBB+	92 645	183
< =BB+	220 777	435 179
Sem rating	1 008	222
	314 431	435 584

Nota: Não inclui a rubrica caixa.

Os ratings utilizados são os atribuídos pela Standard and Poor's às datas de relato.

GESTÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ

O Grupo IP está sujeito ao risco de liquidez.

Este tipo de risco mede-se pela capacidade de obtenção de recursos financeiros para fazer face às responsabilidades assumidas com os diferentes agentes económicos que interagem com a empresa, como sejam os fornecedores, os bancos, o mercado de capitais, etc.. Este risco é medido pela liquidez à disposição da empresa para fazer face aquelas responsabilidades bem como à capacidade de geração de cash-flow decorrente da sua atividade.

O Grupo IP procura minimizar a probabilidade de incumprimento dos seus compromissos através de uma gestão rigorosa e planeada da sua atividade. Uma gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de um nível adequado de caixa e equivalentes de caixa para fazer face às responsabilidades assumidas.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da IP por intervalos de maturidade residual contratual.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	+ de 5 anos
Financiamentos obtidos			
- juros e amortizações de financiamentos obtidos	237 242	2 134 058	2 051 875
- juros e amortizações financiamento accionista/ Suprimentos	2 064 548	1 183 571	-
Fornecedores e contas a pagar	986 276	2 847 117	-
Aval	5 617	23 713	9 142
	3 293 682	6 188 459	2 061 018

Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados referentes a 30 de junho de 2016.

GESTÃO DO RISCO DE TAXA DE JURO

O Grupo IP está sujeita ao risco de taxa de juro enquanto mantiver em carteira empréstimos obtidos junto do sistema financeiro (nacional e internacional) e do Estado e que visam o financiamento da sua atividade.

O principal objetivo da gestão de risco de taxa de juro é a proteção relativamente a movimentos de subida das taxas de juro, na medida em que as receitas das empresas são imunes a essa variável e, assim, inviabilizam uma cobertura natural.

Atualmente, não são usados instrumentos financeiros de cobertura de risco de taxa de juro.

Presentemente, o objetivo da política de gestão do risco de taxa de juro passa, essencialmente, pela monitorização das taxas de juro que influenciam os passivos financeiros contratados com base na Euribor.

Teste de sensibilidade à variação da taxa de juro

O grupo IP utiliza periodicamente análises de sensibilidade para medir o impacto em resultados das variações das taxas de juro sobre o justo valor dos empréstimos. Estas análises têm sido um dos meios auxiliares às decisões de gestão do risco de taxa de juro. A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- i. À data de 30 de junho de 2016, o Grupo IP não tinha reconhecido nenhum empréstimo obtido ao justo valor;
- ii. Alterações no justo valor de empréstimos e passivos financeiros são estimadas descontando os fluxos de caixa futuros a taxas de mercado nos momentos de reporte;
- iii. Com base nestes pressupostos, a 30 de junho de 2016, um aumento ou diminuição de 0,5% nas curvas de taxa de juro do euro resultaria nas seguintes variações do justo valor dos empréstimos com consequente impacto direto nos resultados:

Variação no justo valor de empréstimos		
Variação na curva de taxa de juro		
	-0,50%	0,50%
EUR	28.340	140.041
Efeito Líquido em resultados		
	-0,50%	0,50%
EUR	-28.340	-140.041

GESTÃO DO RISCO DE CAPITAL

O objetivo da IP em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da Demonstração Condensada da Posição Financeira Consolidada é salvaguardar a continuidade das operações da empresa.

A IP foi constituída com um capital social de 2.555.835 m€ representado por 511.167 ações, com o valor nominal de 5 m€ cada. A 30 de junho o capital social ascendia a 3.495.375 m€, representado por 699.075 ações de valor nominal de 5 m€ cada.

Até junho foram realizados aumentos de capital, em dinheiro, no montante de 400.000 m€ (nota15), conforme quadro abaixo:

	30-06-2016
Aumentos de capital	400 000
Investimento	325 532
Serviço da dívida	74 468

De referir que, a moratória concedida até maio de 2016 para regularização do serviço da dívida dos empréstimos do Estado com vencimento em novembro de 2015 foi estendida até novembro de 2016 (ofício nº 3595, de 12 de julho da Direção-Geral do Tesouro e Finanças) passando também a cobrir o serviço de dívida com vencimento a maio de 2016 desses empréstimos.

O pressuposto inicial para financiamento desta componente significativa da despesa da IP foi a conversão em capital destes créditos tal como ocorreu em 2014. Durante o 2º semestre de 2016 espera-se que possa ser encontrada uma solução que permita reduzir parcialmente ou na totalidade estes passivos financeiros.

4. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais, proporção do capital detido pela Empresa Mãe e atividades principais em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, são as seguintes:

Empresa	Sede Social	Percentagem de capital detido		Principal atividade
		30-06-2016	31-12-2015	
EMPRESA MÃE				
IP Infraestruturas de Portugal, S.A.	Almada	-	-	Conceção, projeto, construção, financiamento, conservação e exploração, requalificação, alargamento e modernização das redes rodoviárias e ferroviárias nacionais, incluindo -se nesta última o comando e o controlo da circulação.
EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS				
IP Telecom, Serviços de Telecomunicações, S.A.	Lisboa	100%	100%	Assegura o fornecimento e a prestação de serviços de Sistemas e Tecnologias de Informação e Comunicações, baseado em soluções inovadoras com foco nas tecnologias Cloud e Segurança e na principal infraestrutura nacional de telecomunicações, assente em fibra ótica e canal técnico rodoviário, para o Mercado Empresarial e Organismos Públicos.
IP Património - Administração e Gestão Imobiliária, S.A.	Almada	100%	100%	Atua no âmbito da aquisição, expropriação, atualização cadastral e alienação de bens imóveis ou constituição de direitos sobre os mesmos, bem como na rentabilização dos ativos afetos à concessão ou ao património autónomo do Grupo IP e ainda na gestão e exploração de estações e equipamentos associados, incluindo a respetiva gestão operacional.
IP Engenharia, S.A.	Lisboa	100%	100%	Presta serviços de engenharia de transportes de suporte à atividade da IP e em projetos multidisciplinares rodoviários e/ou ferroviários, fornecendo soluções de mobilidade com um elevado nível de integração, quer ao nível nacional quer internacional.
GIL - Gare Intermodal de Lisboa, S.A.	Lisboa	100%	100%	Construção e exploração de uma plataforma intermodal de transportes, servindo os transportes ferroviário, rodoviário, metropolitano e outros, o arrendamento ou alienação de imóveis nela integrados, bem como as respetivas atividades acessórias.
OPERAÇÕES CONJUNTAS				
AVEP - Alta Velocidade de Espanha e Portugal, A.E.I.E. (a)	Madrid	50%	50%	Realização de estudos necessários à ligação Madrid-Lisboa - Porto e Porto - Vigo.
AEIE - CMF4 (b)	Paris	33%	33%	Promoção de medidas que visem a melhoria da competitividade do transporte ferroviário de mercadorias no corredor Ferroviário Sines - Lisboa/ Leixões Sines - Elvas/Algeciras - Madrid - Medina del Campo - Bilbao - Irun/ Bordeaux - Paris-Le Havre - Metz.

- a) Entidade conjuntamente controlada pela IP com a ADIF na forma de Agrupamento Europeu de Interesse Económico (A.E.I.E).
- b) Entidade Conjuntamente controlada pela IP, ADIF e SNCF - Réseau, na forma de Agrupamento Europeu de Interesse Económico (A.E.I.E), constituída em 2013 sem capital social.

5. GOODWILL - GIL

No período findo em 31 de dezembro de 2015 foi concluído o registo da aquisição do capital remanescente da GIL, conforme divulgado no relatório anual de 31 de dezembro de 2015.

Nessa data, o goodwill originado na operação foi objeto de teste de imparidade de acordo com o estipulado na IAS 36, tendo sido apurada uma imparidade no montante de 4.101m€.

De acordo com a referida norma o goodwill deve ser testado numa base anual, exceto quando existam indícios de imparidade na unidade geradora de caixa a que aquele tinha sido imputado.

Face aos elementos disponíveis à data de emissão destas demonstrações financeiras condensadas consolidadas concluiu-se não existirem indícios de desvalorização da unidade geradora de caixa, face às estimativas utilizadas em 31 de dezembro de 2015. Em 31 de dezembro de 2016 efetuaremos novo teste de imparidade de acordo com o disposto na IAS 36.

A unidade geradora de caixa corresponde à atividade de exploração de espaços comerciais desenvolvida pela GIL a qual se encontra integrada no segmento relatável “Gestão Imobiliária e de espaços comerciais” pelo que não inclui o ativo ferroviário líquido dos financiamentos diretos (subsídios) que são imputados ao segmento gestão Investimentos de Infraestrutura Ferroviária, remunerados ao abrigo do disposto, quer no artigo 11.º da Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres para o transporte ferroviário, quer pelo DL 141/2008, de 22 de julho, quer ainda pelo PET. Na sequência da concentração no Grupo IP da totalidade do capital social da GIL, no período de 2014, prevê-se a integração dos ativos e passivos da atividade de investimento de infraestrutura ferroviária na IP, ao valor contabilístico não envolvendo alterações patrimoniais significativas, conforme previsto nos Planos de Atividade e Orçamento das respetivas empresas. Esta separação de atividades permite ter esta unidade geradora de caixa isolada, mantendo assim as condições necessárias para futuras avaliações de imparidade ao Goodwill. A quantia recuperável para esta unidade geradora de caixa foi calculada com base no seu valor de uso, tendo em conta as disposições da IAS 36.

6. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

O Grupo IP está organizado em sete segmentos de negócio, com as seguintes unidades:

- **Alta Prestação;**
- **Atividade de Gestão de Infraestrutura Rodoviária;**
- **Atividade de Investimentos de Infraestrutura Ferroviária;**
- **Atividade de Gestão de Infraestrutura Ferroviária;**
- **Telecomunicações;**
- **Gestão Imobiliária de Espaços Comerciais,**
- **Serviços de Engenharia e Transporte.**

O segmento de 'Alta Prestação' corresponde à totalidade da atividade do Grupo IP referente à Alta Prestação Rodoviária e inclui todas as vias atualmente geridas em regime de Parcerias Público-Privadas (PPP), nomeadamente, Concessões do Estado e Subconcessões, bem como as restantes vias de alta prestação atualmente geridas diretamente pelo Grupo IP.

O segmento de 'Atividade de Gestão de Infraestrutura Rodoviária' inclui a gestão da totalidade da Rede Rodoviária Nacional não incluída no segmento anterior, e engloba quer as atividades de construção e requalificação de vias e obras de arte quer as atividades de gestão, conservação e melhoria de segurança da rede.

O segmento de 'Atividade de Investimentos de Infraestrutura Ferroviária' inclui o conjunto de investimentos associados a novas infraestruturas e/ou expansão da rede; a modernização e reabilitação, com a introdução de novas tecnologias no modo de operação; e substituição, que engloba as intervenções que introduzem melhoramentos de carácter duradouro ou que são suscetíveis de aumentar o valor e/ou a vida útil do ativo não alterando as condições de exploração;

A contratação do financiamento necessário para os investimentos efetuados, conforme descrito supra, é efetuada pelo Grupo IP e reveste a forma de obtenção de crédito junto de instituições financeiras e do mercado de capitais, prestações do acionista e obtenção de subsídios.

O segmento de 'Atividade de Gestão de Infraestrutura Ferroviária' corresponde à prestação dum serviço público, contemplando funções como a conservação e manutenção de infraestruturas, gestão de capacidade, gestão do sistema de regulação e segurança, comando e controlo de circulação, incluindo outras atividades complementares à gestão da infraestrutura.

O segmento de 'Telecomunicações' respeita à prestação de serviços de Sistemas e Tecnologias de Informação e Comunicações.

O segmento de 'Gestão Imobiliária de Espaços Comerciais' abrange a gestão e exploração de património e empreendimentos imobiliários, próprios e alheios; aquisição, expropriação, atualização cadastral e alienação de bens imóveis ou constituição de direitos sobre os mesmos.

O segmento de 'Serviços de Engenharia e Transporte' inclui a prestação de serviços de engenharia de transportes em projetos multidisciplinares rodoviários e/ou ferroviários, e respetivas soluções de mobilidade, quer ao nível nacional quer internacional.

A informação relativa aos resultados ativos e passivos dos períodos findos em 30 de junho de 2016 e 2015 e 31 de dezembro de 2015 dos segmentos identificados é a que segue:

30-06-2016	Telecomunicações	Gestão Imobiliária e de Espaços Comerciais	Serviços de Engenharia e Transporte	Ativ. Inv. Inf. Ferroviária	Ativ. Gestão Inf. Ferroviária	Alta Prestação	Ativ. Inv. Inf. Rodoviária	Total
Rédito de vendas e prestações de serviços	4 176	7 392	1 686	7 260	40 207	178 939	338 017	577 677
Imparidades	0	419	0	0	- 1 279	-	-	- 860
Provisões	0	0	0	0	44	-	- 8 421	- 8 377
Outros rendimentos	0	893	0	0	22 768	4 491	34 408	62 559
Outros gastos	- 1 715	- 5 659	- 2 490	- 6 686	- 83 283	- 140 635	- 82 365	- 322 833
EBITDA	2 462	3 045	- 804	573	- 21 544	42 795	281 639	308 166
Amortizações e depreciações	- 323	- 46	- 40	- 573	- 2 281	- 133 673		- 136 937
EBIT	2 138	2 999	- 844	0	- 23 825	190 761		171 229
Gastos de Financeiros	0	0	- 5	- 57 338	- 20 497	- 138 100		- 215 941
Rendimentos Financeiros	0	0	0	57 338	136	582		58 056
EBT	2 138	2 999	- 849		- 44 187	53 243		13 345
Impostos sobre rendimento				- 8 244				- 8 244
Resultado Líquido				5 101				5 101

30-06-2015	Telecomunicações	Gestão Imobiliária e de Espaços Comerciais	Serviços de Engenharia e Transporte	Ativ. Inv. Inf. Ferroviária	Ativ. Gestão Inf. Ferroviária	Alta Prestação	Ativ. Inv. Inf. Rodoviária	Total
Rédito de Vendas e Prestações de Serviços	4 939	6 995	2 839	8 196	38 161	190 526	383 150	634 805
Imparidades	0	0	0	0	-90	0	0	-89
Provisões	7	0	0	0	- 2 603	0	- 5 178	- 7 775
Outros Rendimentos	0	305	40	0	18 020	4 685	35 115	58 166
Outros Gastos	- 2 171	- 5 161	- 2 766	- 7 840	- 72 501	- 148 674	- 126 335	- 365 446
EBITDA	2 775	2 139	113	356	- 19 013	46 537	286 752	319 660
Amortizações e Depreciações	-383	-58	-41	-353	- 2 366	- 128 461		- 131 662
EBIT	2 392	2 081	73	3	- 21 380	204 829		187 998
Gastos de Financeiros		0	-4	- 62 186	- 33 119	- 153 949		- 249 257
Rendimentos Financeiros		0	0	62 184	13	113		62 310
EBT	2 392	2 082	69	0	- 54 485	50 993		1 051
Impostos Sobre Rendimento				- 13 384				- 13 384
Resultado Líquido				-12 333				- 12 333

30-06-2016	Telecomunicações	Gestão Imobiliária e de Espaços Comerciais	Serviços de Engenharia e Transporte	Ativ. Inv. Inf. Ferroviária	Ativ. Gestão Inf. Ferroviária	Alta Prestação	Ativ. Inv. Inf. Rodoviária	Total
Ativos								
Intangíveis		1	11		2 776		19 864 524	19 867 312
Concedente				5 469 241				5 469 241
Outros ativos	20 769	26 509	6 614	95 356	322 080	116 233	1 626 901	2 214 463
Total do Ativo	20 769	26 509	6 625	5 564 597	324 856		21 607 658	27 551 016
Passivos								
Financiamento obtidos				3 430 705	2 456 470		2 536 423	8 423 598
Subsídios				24 779			10 732 541	10 757 321
Outros passivos	11 669	5 340	2 539	25 007	46 353	3 581 779	1 116 392	4 789 079
Total do Passivo	11 669	5 340	2 539	3 480 492	2 502 823		17 967 135	23 969 998

31-12-2015	Telecomunicações	Gestão Imobiliária e de Espaços Comerciais	Serviços de Engenharia e Transporte	Ativ. Inv. Inf. Ferroviária	Ativ. Gestão Inf. Ferroviária	Alta Prestação	Ativ. Inv. Inf. Rodoviária	Total
Ativos								
Intangíveis		1	2		1 333	19 625 015		19 626 351
Concedente				5 406 324				5 406 324
Outros ativos	15 563	19 811	5 023	121 798	248 054	110 834	1 616 503	2 137 585
Total do Ativo	15 563	19 812	5 025	5 528 121	249 387	19 735 849	1 616 503	27 170 260
Passivos								
Financiamento obtidos				3 073 912	2 764 495	2 582 640		8 421 047
Subsídios				25 336		10 450 148		10 475 484
Outros passivos	5 667	2 551	3 286	54 696	581	3 926 144	1 104 888	5 097 812
Total do Passivo	5 667	2 551	3 286	3 153 944	2 765 076	18 063 820		23 994 343

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Apresenta-se de seguida o resumo dos movimentos ocorridos nas diversas rubricas de ativos fixos tangíveis no semestre findo em 30 de junho de 2016 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2016								
Custo de aquisição	7 042	165 673	53 692	11 719	23 504	7 294	1 642	270 567
Depreciações acumuladas	-	- 55 928	- 43 045	- 11 392	- 22 141	- 6 864	-	- 139 370
Valor líquido	7 042	109 745	10 647	327	1 364	430	1 642	131 197
Aumentos	-	-	197	2	12	30	1 185	1 426
Depreciações – Exercício	-	- 1 029	- 1 299	- 58	- 313	- 48	-	- 2 747
Depreciações - Abates/Regular	-	- 489	16	- 1	- 0	- 16	-	- 489
Valor líquido	7 042	108 227	9 561	271	1 063	396	2 827	129 388
30 de junho de 2016								
Custo de aquisição	7 042	165 673	53 889	11 721	23 517	7 324	2 827	271 993
Depreciações Acumuladas	0	- 57 446	- 44 328	- 11 450	- 22 454	- 6 928	-	- 142 605
Valor líquido	7 042	108 227	9 561	271	1 063	396	2 827	129 388

	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2015								
Custo de aquisição	6 050	126 755	44 091	6 557	13 236	2 321	1 296	200 307
Depreciações acumuladas	-	- 34 359	- 34 598	- 6 213	- 12 154	- 1 867	-	- 89 191
Valor líquido	6 050	92 396	9 494	344	1 082	454	1 296	111 116
Ativos incorporados via fusão	992	38 635	8 439	5 057	9 396	4 902	128	67 549
Aumentos	-	70	1 231	131	978	65	370	2 843
Transferências	-	213	16	-	27	7	- 153	110
Abates/Regularizações	-	-	- 83	- 26	- 133	-	-	- 242
At. Incorp. via fusão - Dep. Ac	-	- 18 479	- 5 431	- 5 021	- 9 289	- 4 897	-	- 43 116
Depreciações - Exercício	-	- 3 091	- 3 100	- 161	- 830	- 99	-	- 7 282
Depreciações - Abates/Regular	-	-	83	3	133	0	-	220
Valor líquido	7 042	109 745	10 647	327	1 364	430	1 642	131 197
31 de dezembro de 2015								
Custo de aquisição	7 042	165 673	53 692	11 719	23 504	7 294	1 642	270 567
Depreciações Acumuladas	-	- 55 928	- 43 045	- 11 392	- 22 141	- 6 864	-	- 139 370
Valor líquido	7 042	109 745	10 647	327	1 364	430	1 642	131 197

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

No semestre findo em 30 de junho de 2016 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 os ativos intangíveis apresentam os seguintes movimentos:

	Direito de Concessão	Programas de Computador	Outros	Total
1 de janeiro de 2016				
Custo de aquisição	21 399 876	27 983	1 886	21 429 745
Amortizações acumuladas	- 1 776 002	- 26 079	- 1 314	- 1 803 394
Valor líquido	19 623 874	1 904	572	19 626 351
Aumentos	373 758	758	104	374 621
Abates/Alienações/Imparidades	-	-	1	1
Amortizações - Exercício	- 133 108	- 539	- 14	- 133 661
Amortizações - Abates/Regularizações	-	-	1	1
Valor líquido	19 864 524	2 123	665	19 867 312
30 de junho de 2016				
Custo de aquisição	21 773 634	28 741	1 991	21 804 367
Amortizações Acumuladas	- 1 909 110	- 26 618	- 1 327	- 1 937 055
Valor líquido	19 864 524	2 123	665	19 867 312

	Direito de Concessão	Programas de Computador	Outros	Total
1 de janeiro de 2015				
Custo de aquisição	-	22 290	1 261	23 551
Amortizações acumuladas	-	- 19 822	- 1 100	- 20 922
Valor líquido	-	2 468	161	2 629
Ativos incorporados via fusão	20 717 499	5 375	112	20 722 986
Aumentos	682 377	318	513	683 208
At. Incorp. via fusão - Amort. Acum	- 1 521 243	- 4 643	- 61	- 1 525 947
Amortizações - Exercício	- 254 759	- 1 614	- 153	- 256 525
Valor líquido	19 623 874	1 904	572	19 626 351
31 de dezembro de 2015				
Custo de aquisição	21 399 876	27 983	1 886	21 429 745
Amortizações Acumuladas	- 1 776 002	- 26 079	- 1 314	- 1 803 394
Valor líquido	19 623 874	1 904	572	19 626 351

O valor dos intangíveis refere-se, essencialmente, ao direito resultante do Contrato de Concessão Rodoviário. O valor deste direito é incrementado mediante investimentos realizados no âmbito do Contrato.

O ativo é constituído mediante a percentagem de acabamento de cada obra, independentemente de essa construção ser efetuada diretamente pela IP ou em regime de Parcerias Público-Privadas (PPP).

Dos 374 M€ de investimentos no primeiro semestre de 2016, cerca de 31 M€ correspondem a construção de subconcessões, 330 M€ a pagamentos líquidos de recebimentos de concessões do Estado e 12 M€ a obra própria do Grupo IP.

Nestes valores estão incluídos encargos financeiros capitalizados no valor de 25 M€ no primeiro semestre de 2016.

As amortizações do período são calculadas ao abrigo da IFRIC 12 pelo método das unidades equivalentes e incidem sobre o valor do investimento total, já realizado ou a realizar no futuro, no âmbito da Concessão entre a IP e o Estado, com base nos fluxos económico-financeiros para o período da Concessão. Estes valores têm a mesma base do modelo financeiro plurianual da IP com as alterações referidas na nota 2.3.

A estimativa do investimento total da Concessão teve por base os seguintes principais pressupostos:

- Os encargos anuais com as concessões ex-SCUT têm efeito até 2032, e representam as melhores previsões dos encargos futuros resultados dos contratos renegociados;
- Os encargos com a construção presente nos Contratos de Subconcessão, valorizada ao custo de cada caso base, incorporando já as alterações resultantes dos Memorandos de Entendimento;
- Os restantes investimentos da IP consistem em instalação e melhoria de equipamentos e estudos, projetos, fiscalização e assistência;
- Os encargos com conservação periódica refletem as diretrizes definidas em 2014, pela extinta EP, resultantes da implementação do plano estratégico;
- O Plano Rodoviário Nacional 2000 é realizado até 2040.

O valor do investimento total é amortizado em função da melhor estimativa das receitas a gerar no período da concessão.

A estimativa das receitas anuais teve por base os seguintes principais pressupostos:

- Contribuição do Serviço Rodoviário (CSR), até 2017, assume a melhor estimativa da gestão para esses anos. De 2018 a 2020 foram considerados os crescimentos anuais previstos pela Direção Geral de Energia e Geologia e uma taxa de crescimento das tarifas de 2%/ano. A partir de 2021, a CSR evolui com base num pressuposto de crescimento anual dos consumos de gasolina e gasóleo rodoviário de 0% e de evolução dos valores unitários por litro consumido, de acordo com o IPC (2%/ano);
- Receitas de portagens das subconcessões baseiam-se nos casos base, ou em estudos de tráfego mais recentes efetuados por consultores especializados, disponíveis à data da revisão e aprovação dos fluxos económico-financeiros para o período da Concessão. Após a reversão das subconcessões para a IP, considera-se um crescimento de acordo com o IPC, com base no último ano destes estudos e casos base;

- Após a reversão das ex-SCUT para o Grupo IP, considera-se um crescimento de acordo com o IPC, com base em estudos de tráfego efetuados por técnicos especializados do Grupo IP;
- Nas Concessões do Estado em regime de portagem real, após a reversão das concessões para o Grupo IP, considera-se um crescimento de acordo com o IPC, com base no último ano dos respetivos casos base ou em estudos de tráfego efetuados por técnicos especializados do Grupo IP;
- Em geral, as restantes receitas operacionais (receitas de áreas de serviço, telemática e outras) foram estimadas em 2016, no âmbito da revisão do modelo económico-financeiro para o período da Concessão.

9. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados na Demonstração Condensada da Posição Financeira Consolidada pelo seu valor bruto.

É convicção do Conselho de Administração Executivo que os resultados fiscais gerados no futuro permitirão a reversão da totalidade dos ativos por impostos diferidos registados.

O impacto em resultados e dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, nos períodos apresentados, foi como se segue (nota28):

Impostos diferidos	30-06-2016	30-06-2015
Impacto na demonstração dos resultados		
Ativos por impostos diferidos	6 933	- 8 485
Passivos por impostos diferidos	- 49	14
(Gastos) / rendimentos líquidos de imposto	6 884	- 8 471

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Os movimentos ocorridos nos ativos por impostos diferidos no semestre findo em 30 de junho de 2016 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram conforme segue:

	Ajustamento de clientes	Benefícios de emprego	Provisão Plano Social	Provisão para estradas desclassificadas	Prejuízos fiscais	Provisão de IVA	Conservação periódica	Pensões	Ajustamentos de inventários	Propriedades de investimento	Outros ajustamentos	TOTAL
Saldo a 31-12-2015	86	271	-	1 842	2 004	53 565	57 817	383	1 035	339	1 765	119 108
Constituição / (reversão)	- 29	- 255	-	-	- 289	1 664	5 559	- 27	8	- 13	316	6 933
Saldo a 30-06-2016	57	16	-	1 842	1 715	55 229	63 377	356	1 043	326	2 081	126 041

	Ajustamento de clientes	Benefícios de emprego	Provisão Plano Social	Provisão para estradas desclassificadas	Prejuízos fiscais	Provisão de IVA	Conservação periódica	Pensões	Ajustamentos de inventários	Propriedades de investimento	Outros ajustamentos	TOTAL
Saldo a 31-12-2014	65	346	-	-	22 421	-	-	-	425	131	41	23 428
Saldos incorporados via fusão	41	-	567	1 842	-	49 252	48 054	472	-	-	1 765	101 993
Constituição / (reversão)	- 20	- 83	- 567	-	- 10 965	4 313	9 764	- 89	610	209	- 41	3 129
Alteração de taxa de imposto	-	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9
Revisão de estimativa	-	-	-	-	- 9 452	-	-	-	-	-	-	- 9 452
Saldo a 31-12-2015	86	271	-	1 842	2 004	53 565	57 817	383	1 035	339	1 765	119 108

PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Os movimentos ocorridos nos passivos por impostos diferidos no semestre findo em 30 de junho de 2016 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram conforme segue:

	Outros
Saldo a 31-12-2015	69
Constituição / (reversão)	49
Saldo a 30-06-2016	119

	Outros
Saldo a 31-12-2014	102
Constituição / (reversão)	-33
Saldo a 31-12-2015	69

10. DIFERIMENTOS

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 o Grupo IP tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

	Notas	30-06-2016	31-12-2015
Outros serviços		811	811
Gastos não correntes a reconhecer		811	811
Outros serviços		167	771
Gastos correntes a reconhecer		167	771
Subsídios ao Investimento - Direito Concessão Rodoviário	10.1	10 422 961	10 450 148
Subsídios ao Investimento - FINANC.COM		24 779	24 965
Venda Prazo Concessão Brisa		152 300	152 300
Fee Assinatura Concessão Douro Litoral		134 530	138 374
Fee Assinatura Concessão Grande Lisboa		22 750	23 333
Rendimentos não correntes a reconhecer		10 757 321	10 789 120
Fee Assinatura Concessão Douro Litoral		7 687	7 687
Fee Assinatura Concessão Grande Lisboa		1 167	1 167
Contratos de Fibra Ótica		3 943	2 801
Subsídios ao Investimento - FINANC.COM		371	371
Outros rendimentos		961	1 548
Rendimentos correntes a reconhecer		14 129	13 574

10.1 Subsídios ao Investimento - Direito Concessão Rodoviário

Esta rubrica incorpora os subsídios ao investimento recebidos pelo Grupo IP para financiar o ativo intangível referente ao Direito de Concessão Rodoviário e ainda não reconhecidos em resultados.

Os movimentos ocorridos durante o semestre findo em 30 de junho de 2016 são os que seguem:

Subsídios ao Investimento	
1 de janeiro de 2016	10 450 148
Aumentos	5 938
Imputação a rendimentos (Nota 2.3)	- 33 125
30 de junho de 2016	10 422 961

Os subsídios ao Investimento para desenvolvimento da infraestrutura rodoviária registaram em 2016 um aumento de 5.938 m€ correspondente, essencialmente, ao financiamento obtido do Fundo de Coesão para reembolso de despesa referente aos projetos de investimento da CRIL (Buraca / Pontinha) e do Túnel do Marão no âmbito do período de programação 2007-2013 (QREN) e ao pagamento do saldo final do projeto “Eixo Norte/Sul: Lanço Avenida Padre Cruz/Nó de ligação à CRIL” do período de programação 2000-2006 (QCA III).

11. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

A 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	30-06-2016	31-12-2015
Cientes	14 663	17 107
Total não corrente	14 663	17 107
Outras contas a receber	285 335	184 385
Cientes	102 726	102 327
Adiantamentos a fornecedores	-	27 522
Total corrente	388 061	314 235

Os saldos de clientes e outras contas a receber constituem saldos correntes, pelo que se aproximam do seu justo valor.

A variação na rubrica Outras contas a receber justifica-se essencialmente por um aumento no valor a receber da CSR (Contribuição do Serviço Rodoviário) de cerca de 50 M€ bem como pelo aumento dos acréscimos de rendimentos decorrente da especialização do valor a receber das indemnizações compensatórias cujos valores estão inscritos no contrato programa assinado entre o Estado Português e a IP, em março de 2016.

11.1 Adiantamentos a Fornecedores

O saldo presente na rubrica Adiantamentos a fornecedores a 31 de dezembro de 2015 era resultado da aplicação do regime transitório dos contratos de cobrança de portagens nas Concessões Algarve, Beira Litoral e Alta, Beira Interior e Interior Norte, em que os operadores se encontravam a reter receitas de portagens do Grupo IP como acordado para o desenvolvimento da atividade de cobrança de portagens até à finalização da formalização do respetivo contrato de prestação de serviços e finalização do acordo de contas do período transitório. Esse regime transitório já não se aplica no ano de 2016, o que justifica a redução da rubrica.

12. CONCEDENTE – ESTADO – CONTA A RECEBER

A decomposição do Ativo Financeiro subjacente à concessão em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é a que segue:

	30-06-2016	31-12-2015
Ativos concessionados (LD's)	8 730 671	8 715 622
Subsídios	-4 342 013	-4 334 166
Rentabilização de ativos	- 5 126	- 3 503
Juros debitados	1 390 908	1 333 571
Imparidades	- 305 200	- 305 200
	5 469 241	5 406 324

13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 esta rubrica detalha-se como segue:

	30-06-2016		31-12-2015	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
IRC i)	21 922	14 511	21 686	-
Total ativos e passivos para impostos correntes	21 922	14 511	21 686	-
Retenções	-	2 108	-	1 624
IVA	1 138 891	508	1 017 967	-
Contribuições para SS, CGA e ADSE	134	7 255	-	5 551
Outros impostos e taxas	-	4	137	1 368
Total do Estado outros entes públicos	1 139 025	9 876	1 018 104	8 542

i) Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica detalha-se como segue:

	30-06-2016		31-12-2015	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Retenções	1 053	- 6	285	-
PEC	32	- 16	101	-
Pagamento por conta			29 762	-
Imposto a (recuperar)/pagar	20 837	14 533	- 9 004	-
Efeitos RETGS			542	-
Total do Estado outros entes públicos	21 922	14 511	21 686	-

Na rubrica de Estado e outros entes públicos o saldo a receber de IVA corresponde ao montante de 1.138.891 m€, dos quais já foram efetuados pedidos de reembolso no valor de 227.562 m€. Este saldo a recuperar resulta fundamentalmente do IVA deduzido pelo Grupo IP na sua atividade, considerando que o Grupo IP tem direito a esta dedução devido ao facto do Estado ter arrecadado IVA sobre uma receita própria do Grupo IP – a Contribuição de Serviço Rodoviário - a qual, segundo os mecanismos legalmente estabelecidos para a sua liquidação e cobrança, lhe foi entregue pelas distribuidoras de combustível.

O Grupo IP tem dois processos judiciais a correr, sendo o primeiro relativo ao pedido de reembolso de IVA até junho de 2009 e o segundo relativo ao pedido de reembolso de IVA de julho a setembro e dedução de outubro de 2009.

O primeiro processo, relativo ao pedido de reembolso de IVA até junho de 2009, veio a ser indeferido pela Autoridade Tributária (AT) que emitiu notificações de liquidações adicionais de IVA e juros no montante de 277.124 m€ e 11.697 m€, respetivamente.

Não concordando com aquelas liquidações por as considerar indevidas, em 30 de novembro de 2010 a extinta EP apresentou no Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada impugnação judicial do indeferimento ao Recurso Hierárquico, tendo o pedido da extinta EP sido considerado improcedente em primeira instância já em janeiro de 2013. A extinta EP, não concordando com a decisão, apresentou recurso da mesma em 6 de março de 2013.

O segundo processo, referente ao pedido de reembolso de IVA de julho a setembro e dedução de outubro de 2009, que também veio a ser indeferido pela AT, foram emitidas notificações de liquidações adicionais de IVA e juros, nos montantes de 64.506 m€ e 763 m€, respetivamente. Em 29 de julho de 2011, a extinta EP apresentou no Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada impugnação judicial do indeferimento ao Recurso Hierárquico, tendo o pedido da extinta EP sido considerado improcedente em primeira instância já em janeiro de 2013. A extinta EP, não concordando com a decisão, apresentou recurso da mesma em 11 de março de 2013.

Em resultado da evolução descrita do processo do IVA, o Grupo IP reforçou no primeiro semestre de 2016 a provisão no valor de 5.640 m€, ascendendo o seu valor acumulado em 30 de junho de 2016 a 323.670 m€, o que corresponde ao IVA que o Grupo IP estima que deixaria de receber da AT caso fosse considerado que a CSR não é uma receita sujeita a IVA (nota 16).

No decorrer do processo de inspeção fiscal ao ano de 2011 da extinta EP, foi emitido Relatório de Inspeção Tributária pela AT que emitiu notificações de liquidações adicionais de IVA no montante de 195.514 m€.

Não concordando com estas liquidações por as considerar indevidas, o Grupo IP apresentou requerimento, em 31 de março de 2016, solicitando que as mesmas fossem anuladas e compensadas no excesso a reportar nos termos do artigo 7.º, do Decreto-Lei n.º222/95, de 11 de setembro alterado pela lei n.º64/2012 de 20 de dezembro, as quais serão objeto de reclamação graciosa ou impugnação judicial nos termos dos artigos 70.º e 102.º do CPPT.

Em 12 de abril de 2016 foi obtido provimento, conforme despacho do Sr. Diretor de Serviços de Cobrança do IVA para que as referidas liquidações fossem compensadas com o crédito existente em conta corrente.

14. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os componentes de caixa e seus equivalentes evidenciados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa para os períodos findos em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 encontram-se reconciliados com os montantes apresentados nas rubricas da demonstração consolidada da posição financeira, conforme segue:

	30-06-2016	31-12-2015
Outras aplicações	9 750	272 000
Depósitos bancários	304 727	163 584
Numerário	254	201
Caixa e Equivalentes na Demonstração da Posição Financeira	314 731	435 785
Descobertos bancários (Nota 17.1)	- 271	- 6 707
Caixa e Equivalentes na Demonstração dos Fluxos de Caixa	314 460	429 079

15. CAPITAL

O capital social é representado por ações nominativas, revestidas na forma escritural, pertencentes ao Estado Português e detidas pela Direção Geral do Tesouro e Finanças passando a sua natureza jurídica para sociedade anónima.

A 31 de dezembro de 2015 o capital social do Grupo IP era de 3.095.375 m€, integralmente subscrito e realizado pelo seu acionista, correspondentes a 619.075 ações com o valor nominal de 5 m€ cada.

No primeiro semestre de 2016 o capital social foi reforçado em março e abril, nos montantes de 210.000 m€ e 190.000 m€, mediante a emissão de 42.000 e 38.000 novas ações respetivamente, passando o mesmo a perfazer o montante de 3.495.375 m€ correspondentes a 699.075 ações integralmente subscritas e realizadas, com valor nominal de 5 m€ cada.

O resultado básico /diluído por ação do Grupo IP apresenta-se como segue:

	30-06-2016
Resultado atribuído ao acionista (em euros)	5 100 847
Número médio de ações em circulação durante o período	666 075
Número médio de ações diluídas durante o período	666 075
Resultado por ação básico (em Euros)	7,66
Resultado por ação diluído (em Euros)	7,66

O resultado básico e diluído por ação é de 7,66€ dado não existirem fatores de diluição.

O Grupo IP calcula o seu resultado básico e diluído por ação usando a média ponderada das ações em circulação durante o período de relato, na base que segue:

	(Nº de ações)
janeiro de 2016 a março de 2016	619 075
março de 2016	661 075
abril de 2016 a junho de 2016	699 075
Média ponderada de ações em circulação	666 075

16. PROVISÕES

A evolução das provisões para outros riscos e encargos no semestre findo em 30 de junho de 2016 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram como segue:

	Riscos Gerais	Exprop.	Empreitadas	Benefícios aos colaboradores	Estradas Desclas.	Emp. Fase Negocial	Processo IVA	Total
A 1 de janeiro de 2016	37 978	49 110	41 199	1 299	409 535	561	318 030	857 712
Dotação	2 781	-	1 430	-	-	-	5 640	9 851
Redução/Utilização	- 44	- 785	-	- 69	-	-	-	- 898
A 30 de junho de 2016	40 715	48 325	42 629	1 230	409 535	561	323 670	866 665
Saldo não corrente	40 715	48 325	42 629	1 230	409 535	561	323 670	866 665
	40 715	48 325	42 629	1 230	409 535	561	323 670	866 665

	Riscos Gerais	Exprop.	Empreitadas	Benefícios aos colaboradores	Estradas Desclas.	Plano Social	Emp. Fase Negocial	Processo IVA	Total
A 1 de janeiro de 2015	24 335	-	-	-	-	-	-	-	24 335
Aumentos via fusão	20 551	62 575	59 094	1 601	410 526	1921	561	301 846	858 675
Dotação	9 333	2 080	3 047	-	-	-	-	16 184	30 644
Redução/Utilização	- 16 241	- 15 545	- 20 942	- 302	- 991	-1921	-	-	- 55 942
A 31 de dezembro de 2015	37 978	49 110	41 199	1 299	409 535	-	561	318 030	857 712
Saldo não corrente	37 978	49 110	41 199	1 299	409 535	-	561	318 030	857 712
	37 978	49 110	41 199	1 299	409 535	-	561	318 030	857 712

17. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

17.1 Financiamentos Obtidos

Apresenta-se a seguinte discriminação de Empréstimos obtidos correntes e não correntes em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

	30-06-2016	31-12-2015
Empréstimos não correntes		
Financiamentos obtidos	3 384 009	3 429 235
Empréstimos correntes		
Financiamentos obtidos	186 677	165 868
	3 570 686	3 595 103

Os termos e prazos de reembolso apresentam-se como segue:

	Data de assinatura	Montante	Capital em dívida	Amortização		Períodi- cidade	Regime de taxa de juro	Taxa de Juro	Periodi- cidade
				Data inicial	Data final				
CP III Linha do Norte-B	14-07-1997	49.880	19.952	15-06-2008	15-06-2022	Anual	variável BEI, não podendo ex ceder Euribor 3M+0,15%	0,000%	15-mar 15-jun 15-set 15-dez
Linha do Douro	09-10-1996	43.894	4.389	15-09-2007	15-09-2016	Anual	variável BEI, não podendo ex ceder Euribor 3M+0,15%	0,000%	15-mar 15-jun 15-set 15-dez
Travessia Ferroviária do Tejo	09-10-1996	99.760	9.976	15-09-2007	15-09-2016	Anual	variável BEI, não podendo ex ceder Euribor 3M+0,15%	0,000%	15-mar 15-jun 15-set 15-dez
Travessia Ferroviária do Tejo-B	14-11-1997	99.760	13.301	15-09-2003	15-09-2017	Anual	variável BEI, não podendo ex ceder Euribor 3M+0,15%	0,000%	15-mar 15-jun 15-set 15-dez
Trav. Ferroviária do Tejo-C1	26-11-1998	25.000	6.455	15-09-2004	15-09-2018	Anual	1º desemb. fixa	4,670%	15-set
Trav. Ferroviária do Tejo-C2	26-11-1998	25.000	6.813	15-09-2004	15-09-2018	Anual	2º desemb. fixa	5,800%	15-set
Trav. Ferroviária do Tejo-C3	26-11-1998	49.760	9.952	15-09-2004	15-09-2018	Anual	3º desemb. var. variável BEI, não podendo ex ceder Euribor 3M+0,15%	0,000%	15-mar 15-jun 15-set 15-dez
Linha do Minho-A1	26-11-1998	25.000	6.455	15-09-2004	15-09-2018	Anual	1º desemb. fixa	4,670%	15-set
Linha do Minho-A2	26-11-1998	25.000	6.813	15-09-2004	15-09-2018	Anual	2º desemb. fixa	5,800%	15-set
Linha do Minho-A3	26-11-1998	24.820	4.964	15-09-2004	15-09-2018	Anual	variável BEI, não podendo ex ceder Euribor 3M+0,15%	0,000%	15-mar 15-jun 15-set 15-dez
CP III Linha do Norte-D	10-11-2000	25.937	17.292	15-09-2011	15-09-2020	Anual	variável BEI, não podendo ex ceder Euribor 3M+0,15%	0,000%	15-mar 15-jun 15-set 15-dez
Ligação ao Algarve-A	08-10-2001	90.000	66.000	15-09-2012	15-09-2021	Anual	variável BEI, não podendo ex ceder Euribor 3M+0,12%	0,000%	15-mar 15-jun 15-set 15-dez
Linha do Minho-B	08-10-2001	59.856	43.894	15-09-2012	15-09-2021	Anual	variável BEI, não podendo ex ceder Euribor 3M+0,12%	0,000%	15-mar 15-jun 15-set 15-dez
CP III/2 L. Norte-A	02-10-2002	100.000	80.000	15-03-2013	15-03-2022	Anual	variável BEI, não podendo ex ceder Euribor 3M+0,12%	0,000%	15-mar 15-jun 15-set 15-dez
CP III/2 L. Norte-B	02-06-2004	200.000	180.000	15-12-2014	15-12-2023	Anual	variável BEI, não podendo ex ceder Euribor 3M+0,15%	0,000%	15-mar 15-jun 15-set 15-dez
Suburbanos	28-10-2004	100.000	61.905	15-06-2009	15-06-2024	Anual	variável BEI, não podendo ex ceder Euribor 3M+0,15%	0,000%	15-mar 15-jun 15-set 15-dez
Suburbanos B	14-12-2005	100.000	71.429	15-09-2010	15-09-2025	Anual	Fixa Revisível	3,615%	15-set
a transportar		1.143.666	609.589						

	Data de assinatura	Montante	Capital em dívida	Amortização		Periodicidade	Regime de taxa de juro	Taxa de Juro	Periodicidade
				Data inicial	Data final				
a transportar		1.143.666	609.589						
Suburbanos C	12-10-2006	55.000	39.286	15-03-2011	15-03-2026	Anual	Fixa Revisível	4,247%	15-mar
Ligação ao Algarve-B	02-10-2002	30.000	22.000	15-03-2013	15-03-2022	Anual	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,12%	0,000%	15-mar 15-jun 15-set 15-dez
CP III 2 Linha do Norte-C	11-12-2009	100.000	100.000	15-06-2017	15-06-2026	Anual	Fixa Revisível	1,887%	15-jun
CP III 2 Linha do Norte-D	12-07-2007	100.000	100.000	15-12-2017	15-12-2026	Anual	Euribor 3M+0,435%	0,172%	15-mar 15-jun 15-set 15-dez
BEI- Estradas 2009-2019	17-12-2009	200.659	173.904	15-06-2014	15-06-2029	Semestral	Fixa	2,189%	15-jun 15-dez
Refer V	04-08-2008	160.000	136.000	15-03-2014	15-03-2033	Anual	Fixa Revisível	2,653%	15-mar
Refer VI	10-09-2009	110.000	93.500	15-09-2013	15-09-2032	Anual	Fixa Revisível	2,271%	15-set
Eurobond 06/26	10-11-2006	600.000	599.274		16-11-2026	Bullet	Fixa	4,047%	16-nov
Eurobond 09/19	13-02-2009	500.000	499.204		18-02-2019	Bullet	Fixa	5,875%	18-fev
Eurobond 09/24	16-10-2009	500.000	498.640		16-10-2024	Bullet	Fixa	4,675%	18-out
Eurobond 06/21	11-12-2006	500.000	497.874		13-12-2021	Bullet	Fixa	4,25%	13-dez
Eurobond 10/30	09-07-2010	125.000	120.505		13-07-2030	Bullet	Fixa	6,450%	13-jul
Caixa BI	14-07-1997	81.055	9.352	15-06-2005	29-12-2017	Semestral	Euribor 6M+0,1%	0,000%	15-jun 15-dez
BEI T1	14-07-1997	9.976	973	15-12-2002	15-12-2017	Semestral	Fixa	5,970%	15-jun 15-dez
BEI T2	14-07-1997	8.978	834	15-12-2002	15-12-2017	Semestral	Fixa	5,130%	15-jun 15-dez
BEI T3	14-07-1997	9.976	665	15-12-2002	15-12-2017	Semestral	Fixa Revisível	1,827%	15-jun 15-dez
BEI T4	14-07-1997	8.480	565	15-12-2002	15-12-2017	Semestral	Fixa Revisível	1,827%	15-jun 15-dez
BEI T5	14-07-1997	9.976	665	15-12-2002	15-12-2017	Semestral	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	0,000%	15-jun 15-dez
BEI T6	14-07-1997	8.480	565	15-12-2002	15-12-2017	Semestral	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	0,000%	15-jun 15-dez
Financiamentos Externos	TOTAL	4.261.245	3.503.396						
Juro corrido			67.018						
Descobertos contabilísticos			271						
TOTAL			3.570.686						

Os juros destes empréstimos são pagos trimestral, semestral ou anualmente e de forma postecipada.

Nos empréstimos BEI e CBI, o capital é reembolsado periodicamente após o período de carência. Os restantes (Eurobonds) serão amortizados integralmente na maturidade (*bullet*).

17.2 Financiamentos do Acionista/ Suprimentos

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 a rubrica de financiamentos do acionista/suprimentos decompõe-se como segue:

	30-06-2016	31-12-2015
Empréstimos não correntes		
Empréstimo do Estado	1 212 234	1 478 345
Empréstimos correntes		
Empréstimo do Estado	3 640 678	3 347 598
Total	4 852 912	4 825 943

Os contratos de empréstimos com o Estado/Suprimentos tiveram como objetivo satisfazer as necessidades de financiamento das empresas desde 2011.

Durante o ano de 2016 não foram contraídos novos empréstimos/suprimentos tendo o acionista suprido as necessidades de financiamento através de aumentos de capital (nota 15).

Estes financiamentos são remunerados a diferentes taxas fixas, acordadas com a DGTF, em função dos respetivos prazos e montantes. Apresenta-se de seguida o detalhe:

	Data de assinatura	Montante	Capital em dívida	Amortização		Periodicidade	Regime de taxa de juro	Taxa de Juro	Periodicidade
				Data inicial	Data final				
Empréstimo Estado Português	30-12-2011	2 062 772	1 031 386	31-05-2013	30-11-2016	Semestral	Fixa	2,770%	31-mai 30-nov
Empréstimo Estado Português	14-02-2012	75 000	56 250	31-05-2014	30-11-2017	Semestral	Fixa	3,420%	31-mai 30-nov
Empréstimo Estado Português	14-02-2012	198 400	148 800	31-05-2014	30-11-2017	Semestral	Fixa	3,250%	31-mai 30-nov
Empréstimo Estado Português	26-06-2012	118 284	88 713	31-05-2014	30-11-2017	Semestral	Fixa	2,740%	31-mai 30-nov
Empréstimo Estado Português	26-06-2012	152 436	114 327	31-05-2014	30-11-2017	Semestral	Fixa	1,830%	31-mai 30-nov
Empréstimo Estado Português	03-10-2012	206 246	154 684	31-05-2014	30-11-2017	Semestral	Fixa	1,760%	31-mai 30-nov
Empréstimo Estado Português	03-10-2012	49 960	37 470	31-05-2014	30-11-2017	Semestral	Fixa	1,590%	31-mai 30-nov
Empréstimo Estado Português	24-05-2013	282 937	282 937	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	Fixa	2,100%	31-mai 30-nov
Empréstimo Estado Português	24-05-2013	21 723	21 723	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	Fixa	2,270%	31-mai 30-nov
Empréstimo Estado Português	24-05-2013	23 394	23 394	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	Fixa	2,350%	31-mai 30-nov
Empréstimo Estado Português	24-05-2013	102 488	102 488	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	Fixa	2,440%	31-mai 30-nov
Empréstimo Estado Português	24-05-2013	20 000	20 000	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	Fixa	2,150%	31-mai 30-nov
Empréstimo Estado Português	13-11-2013	37 000	37 000	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	Fixa	1,860%	31-mai 30-nov
Empréstimo Estado Português	13-11-2013	293 000	293 000	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	Fixa	1,880%	31-mai 30-nov
Empréstimo Estado Português	13-11-2013	24 000	24 000	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	Fixa	1,960%	31-mai 30-nov
Empréstimo Estado Português	27-05-2014	15 000	15 000	31-05-2016	30-11-2021	Semestral	Fixa	2,430%	31-mai 30-nov
Empréstimo Estado Português	27-05-2014	15 000	15 000	31-05-2016	30-11-2021	Semestral	Fixa	2,330%	31-mai 30-nov
Empréstimo Estado Português	27-05-2014	20 000	20 000	31-05-2016	30-11-2021	Semestral	Fixa	2,220%	31-mai 30-nov
Empréstimo Estado Português	27-05-2014	14 000	14 000	31-05-2016	30-11-2021	Semestral	Fixa	2,010%	31-mai 30-nov
Empréstimo Estado Português	30-12-2011	1 705 000	852 500	31-05-2013	30-11-2016	Semestral	Fixa	2,770%	31-mai 30-nov
Empréstimo Estado Português	27-01-2012	204 000	153 000	31-05-2014	30-11-2017	Semestral	Fixa	3,690%	31-mai 30-nov
Empréstimo Estado Português	27-01-2012	230 000	172 500	31-05-2014	30-11-2017	Semestral	Fixa	3,440%	31-mai 30-nov
Empréstimo Estado Português	27-01-2012	75 000	56 250	31-05-2014	30-11-2017	Semestral	Fixa	2,930%	31-mai 30-nov
Empréstimo Estado Português	27-01-2012	28 000	21 000	31-05-2014	30-11-2017	Semestral	Fixa	2,690%	31-mai 30-nov
Empréstimo Estado Português	30-05-2012	44 000	33 000	31-05-2014	30-11-2017	Semestral	Fixa	2,690%	31-mai 30-nov
Empréstimo Estado Português	30-05-2012	80 000	60 000	31-05-2014	30-11-2017	Semestral	Fixa	2,700%	31-mai 30-nov
Empréstimo Estado Português	30-05-2012	33 500	25 125	31-05-2014	30-11-2017	Semestral	Fixa	1,980%	31-mai 30-nov
A transportar		6.131.139	3.873.547						

	Data de assinatura	Montante	Capital em dívida	Amortização		Periodicidade	Regime de taxa de juro	Taxa de Juro	Periodicidade
				Data inicial	Data final				
Tranporte:		6 131 139	3 873 547						
Empréstimo Estado Português	26-09-2012	156 800	117 600	31-05-2014	30-11-2017	Semestral	Fixa	1,810%	31-mai 30-nov
Empréstimo Estado Português	29-10-2012	16 000	12 000	31-05-2014	30-11-2017	Semestral	Fixa	1,710%	31-mai 30-nov
Empréstimo Estado Português	29-10-2012	13 300	9 975	31-05-2014	30-11-2017	Semestral	Fixa	1,590%	31-mai 30-nov
Empréstimo Estado Português	29-01-2013	85 000	85 000	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	Fixa	2,750%	31-mai 30-nov
Empréstimo Estado Português	29-01-2013	135 600	135 600	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	Fixa	2,420%	31-mai 30-nov
Empréstimo Estado Português	29-01-2013	17 400	17 400	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	Fixa	2,150%	31-mai 30-nov
Empréstimo Estado Português	08-03-2013	25 654	25 654	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	Fixa	2,150%	31-mai 30-nov
Empréstimo Estado Português	08-03-2013	266 405	266 405	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	Fixa	2,180%	31-mai 30-nov
Empréstimo Estado Português	08-03-2013	28 042	28 042	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	Fixa	2,610%	31-mai 30-nov
Empréstimo Estado Português	04-09-2013	26 202	26 202	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	Fixa	2,190%	31-mai 30-nov
Empréstimo Estado Português	04-09-2013	25 000	25 000	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	Fixa	2,180%	31-mai 30-nov
Empréstimo Estado Português	04-09-2013	17 943	17 943	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	Fixa	2,070%	31-mai 30-nov
Empréstimo Estado Português	09-10-2013	3 688	3 688	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	Fixa	2,100%	31-mai 30-nov
Empréstimo Estado Português	09-10-2013	21 805	21 805	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	Fixa	1,870%	31-mai 30-nov
Empréstimo Estado Português	09-10-2013	49 891	49 891	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	Fixa	1,970%	31-mai 30-nov
Total financiamento acionista		7.019.867	4.715.750						
Juros corridos			137.162						
TOTAL			4.852.912						

FINANCIAMENTO A TAXA FIXA

Apresenta-se de seguida o justo valor dos financiamentos a taxa fixa, à data de 30 de junho de 2016:

	Valor nominal	Capital em dívida	Justo Valor	Taxa de juro
BEI - Minho A 1	25 000	6 455	6 824	4,670%
BEI - Minho A 2	25 000	6 813	7 299	5,800%
BEI - Tejo C 1	25 000	6 455	6 824	4,670%
BEI - Tejo C 2	25 000	6 813	7 299	5,800%
BEI - Suburbanos B	100 000	71 429	79 771	3,615%
BEI - Suburbanos C	55 000	39 286	49 440	4,247%
BEI - REFER V	160 000	136 000	161 732	2,653%
BEI - REFER VI	110 000	93 500	107 445	2,271%
BEI - CP112 Linha do Norte C	100 000	100 000	106 249	1,887%
BEI- Estradas 2009-2019	200 659	180 593	195 881	2,189%
Eurobond 06/26	600 000	600 000	615 566	4,047%
Eurobond 09/19	500 000	500 000	551 840	5,875%
Eurobond 09/24	500 000	500 000	538 976	4,675%
Eurobond 06/21	500 000	500 000	521 217	4,250%
Eurobond 10/30	125 000	125 000	126 583	6,750%
Empréstimo Estado Português	2 062 772	1 031 386	1 076 378	2,770%
Empréstimo Estado Português	75 000	56 250	59 817	3,420%
Empréstimo Estado Português	198 400	148 800	157 745	3,250%
Empréstimo Estado Português	118 284	88 713	92 071	2,740%
Empréstimo Estado Português	152 436	114 327	118 048	1,830%
Empréstimo Estado Português	206 246	154 684	159 508	1,760%
Empréstimo Estado Português	49 960	37 470	38 514	1,590%
Empréstimo Estado Português	282 937	282 937	293 617	2,100%
Empréstimo Estado Português	21 723	21 723	22 664	2,270%
Empréstimo Estado Português	23 394	23 394	24 469	2,350%
Empréstimo Estado Português	102 488	102 488	107 499	2,440%
Empréstimo Estado Português	20 000	20 000	20 788	2,150%
Empréstimo Estado Português	37 000	37 000	38 106	1,860%
Empréstimo Estado Português	293 000	293 000	301 948	1,880%
Empréstimo Estado Português	24 000	24 000	24 796	1,960%
Empréstimo Estado Português	15 000	15 000	15 988	2,430%
Empréstimo Estado Português	15 000	15 000	15 894	2,330%
Empréstimo Estado Português	20 000	20 000	21 049	2,220%
Empréstimo Estado Português	14 000	14 000	14 552	2,010%
Empréstimo Estado Português	1 705 000	852 500	891 795	2,770%
Empréstimo Estado Português	204 000	153 000	163 505	3,690%
A transportar:	8 691 298	6 378 015	6 741 699	

	Valor nominal	Capital em dívida	Justo Valor	Taxa de juro
Transporte:	8 691 298	6 378 015	6 741 699	
Empréstimo Estado Português	230 000	172 500	183 506	3,440%
Empréstimo Estado Português	75 000	56 250	59 282	2,930%
Empréstimo Estado Português	28 000	21 000	22 034	2,690%
Empréstimo Estado Português	44 000	33 000	34 625	2,690%
Empréstimo Estado Português	80 000	60 000	62 966	2,700%
Empréstimo Estado Português	33 500	25 125	26 016	1,980%
Empréstimo Estado Português	156 800	117 600	121 381	1,810%
Empréstimo Estado Português	16 000	12 000	12 363	1,710%
Empréstimo Estado Português	13 300	9 975	10 253	1,590%
Empréstimo Estado Português	85 000	85 000	90 019	2,750%
Empréstimo Estado Português	135 600	135 600	142 141	2,420%
Empréstimo Estado Português	17 400	17 400	18 085	2,150%
Empréstimo Estado Português	25 654	25 654	26 664	2,150%
Empréstimo Estado Português	266 405	266 405	277 160	2,180%
Empréstimo Estado Português	28 042	28 042	29 569	2,610%
Empréstimo Estado Português	26 202	26 202	27 268	2,190%
Empréstimo Estado Português	25 000	25 000	25 254	2,180%
Empréstimo Estado Português	17 943	17 943	18 602	2,070%
Empréstimo Estado Português	3 688	3 688	3 827	2,100%
Empréstimo Estado Português	21 805	21 805	20 791	1,870%
Empréstimo Estado Português	49 891	49 891	51 562	1,970%
GIL - BEI 1 T	9 976	973	1 015	5,970%
GIL - BEI 2 T	8 978	834	865	5,130%
GIL - BEI 3 T	9 976	665	674	1,827%
GIL - BEI 4 T	8 480	565	573	1,827%
TOTAL	10 107 936	7 591 130	8 008 195	

18. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

18.1 Fornecedores

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro 2015 esta rubrica decompõe-se como segue:

	Notas	30-06-2016	31-12-2015
Fornecedores gerais		28 691	31 683
Fornecedores - outras partes relacionadas	30	100	1 119
Total saldo fornecedores - correntes		28 791	32 802

18.2 Outras Contas a Pagar

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro 2015 esta rubrica decompõe-se como segue:

	30-06-2016	31-12-2015
Não Correntes		
Subconcessões	2 847 117	2 998 086
	2 847 117	2 998 086
Correntes		
Subconcessões	561 885	539 281
Credores Diversos	40 189	11 156
Fornecedores de Investimento	89 283	55 350
Acréscimos de Gastos	61 266	41 700
Adiantamentos por Conta de Vendas	17 085	17 226
Remunerações a Liquidar	15 208	12 686
Conservação Periódica de Estradas	214 836	195 991
	999 752	873 390
	3 846 869	3 871 476

19. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Em 30 de junho de 2016 e 31 dezembro de 2015 as vendas e prestações de serviços detalham-se da seguinte forma:

	30-06-2016	30-06-2015
Prestações de serviços		
Contribuição do Serviço Rodoviário	321 085	325 365
Portagens	122 129	127 227
Contratos de Construção e encargos financeiros capitalizados	70 705	116 803
Utilização de canais (Tarifas)	33 871	34 466
Concedente Estado - Rédito ILD	8 845	8 196
Dados	3 169	3 823
Outros	17 873	18 925
Total das vendas e prestações de serviços	577 677	634 805

O valor da Contribuição do Serviço Rodoviário para 2016 é de 87€/1.000 litros para a gasolina e de 111€/1.000 litros para o gásóleo rodoviário e de 123€/1000Kg para o GPL auto.

A variação da rubrica de “Portagens” decorre do processo de renegociação do Contrato de Concessão da Beira Interior, onde se acordou que a Concessionária passaria a ser remunerada pelas receitas de cobrança de taxa de portagem nos termos do DL 214-A/2015, de 30 de Setembro, que produziu efeitos retroativos desde 1 de janeiro de 2013, tendo o acerto em causa daí resultante sido levado a cabo em dezembro de 2015.

No que à rubrica de “Contratos de Construção e Encargos Financeiros Capitalizados” respeita, a variação ocorrida nos períodos em análise decorre da finalização da Obra do Tunel do Marão em 2016 (Nota 21).

20. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Em 11 de março de 2016 foi assinado entre o Estado Português e a IP o contrato programa que estabelece os princípios e parâmetros básicos que definem e regulam os termos e condições da prestação pela IP das obrigações de serviço público de gestão da infraestrutura integrante da Rede Ferroviária Nacional, bem como as indemnizações compensatórias decorrentes a pagar pelo Estado, pelo prazo de 5 anos a contar de 1 de janeiro de 2016.

O presente contrato programa ainda se encontra em processo de visto pelo Tribunal de Contas.

21. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Em 30 de junho de 2016 e 31 dezembro de 2015 esta rubrica detalha-se da seguinte forma:

	30-06-2016	30-06-2015
Portagens de Concessões	95 073	104 635
Construção de Novas Infraestruturas	13 892	53 950
Rede Subconcessionada - Construção	20 888	26 127
Outros	3 627	2 350
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	133 480	187 062

A variação ocorrida na rubrica de “Construção de Novas Infraestruturas” está relacionada com a finalização das Obras do Túnel do Marão ocorrida em 2016 (Nota 19).

22. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os Fornecimentos e serviços externos decompõem-se como segue para os períodos findos em 30 de junho de 2016 e 2015.

	30-06-2016	30-06-2015
Conservação Periódica de Estradas	26 500	26 500
Conservação Ferroviária	25 378	24 588
Conservação Corrente e Segurança Rodoviária	19 372	16 974
Operação e Manutenção Subconcessões	12 827	11 125
Encargos Cobrança Portagens	8 301	5 822
Eletricidade	7 763	7 329
Encargos Cobrança CSR	6 488	6 507
Vigilância e Segurança	2 975	2 791
Trabalhos especializados	1 555	1 878
Rendas e alugueres	980	1 838
Conservação e Reparação	1 145	1 135
Limpeza, Higiene e Conforto	869	1 026
Combustíveis	1 099	1 150
Outros inferiores a 1.000 m€	2 686	3 763
Fornecimentos e serviços externos	117 938	112 426

23. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal a 30 de junho de 2016 e 2015, repartem-se da seguinte forma:

	Notas	30-06-2016	30-06-2015
Remunerações do Pessoal		51 858	48 974
Encargos Sobre Remunerações		11 975	11 390
Indemnizações		1 690	59
Outros Gastos Com o Pessoal		1 310	1 144
Remunerações dos Órgãos Sociais	29	404	353
Seguros de Acidentes de Trabalho		367	859
Gastos de Ação Social		236	418
		67 841	63 197

No primeiro semestre de 2016 os gastos com o pessoal do Grupo IP aumentaram aproximadamente 4,6 M€ face ao período homólogo de 2015 (7,3%). As principais explicações estão relacionadas com as Remunerações (51,9 M€ em 2016, quando em 2015 tinham sido gastos 49 M€) e com as Rescisões por Mútuo Acordo (1,7 M€ em 2016, e 60 K€ em 2015).

Apesar de se verificar uma diminuição no efetivo médio do Grupo, de 3.867 colaboradores em Junho de 2015 para 3.780 colaboradores neste semestre, a reversão progressiva da Redução Remuneratória aplicável aos vencimentos motivou um acréscimo de, aproximadamente, 1,2 M€ na massa salarial e respetivos encargos patronais.

24. IMPARIDADES

As imparidades do primeiro semestre de 2016 foram reforçadas em 860 m€ (junho de 2015:89m€), em resultado do reforço das imparidades de clientes no montante de 779 m€ e da atualização do valor das matérias primas, subsidiárias e de consumo para o seu valor recuperável face à atualização dos preços de mercados cujo impacto ascendeu a 81 m€ (junho de 2015: 89 m€).

25. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Esta rubrica decompõe-se em:

	Notas	30-06-2016	30-06-2015
Subsídios ao investimento - Imputação a resultados	i)	33 311	31 380
Rendimentos com Fees de assinatura de Concessões	ii)	4 427	4 427
Investimentos financeiros - Sinistros		1 290	2 167
Concessão de utilização e licenças		1 126	1 162
Outros		2 081	3 457
		42 234	42 592

- i) Rendimentos reconhecidos pela imputação dos subsídios ao investimento não reembolsáveis reconhecidos no passivo (nota 10)
- ii) Os “Rendimentos com Fees assinatura de Concessões” resultam do reconhecimento no semestre da parcela correspondente do valor recebido aquando da assinatura das concessões da Grande Lisboa e Douro.

26. OUTROS GASTOS E PERDAS

A rubrica de Outros Gastos e Perdas decompõem-se como segue para os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015.

	30-06-2016	30-06-2015
IMT/ TRIR	2 114	1 603
Contribuição AEIE_CFM4	499	-
Dívidas incobráveis	384	-
Quotizações	189	226
Negociações contratuais	135	189
Indemnizações por danos materiais	-	379
Outros	253	364
	3 574	2 762

27. PERDAS E GANHOS FINANCEIROS

A decomposição da rubrica perdas e ganhos financeiros nos períodos junho de 2016 e junho de 2015 é a seguinte:

	30-06-2016	30-06-2015
Perdas Financeiras	215 941	249 257
Juros Suportados:		
Empréstimos	99 336	127 128
Subconcessões	111 786	117 190
Outros juros suportados	1	22
Outras perdas financeiras	4 818	4 918
Ganhos Financeiros	58 056	62 310
Juros Obtidos:		
Outros juros obtidos	718	78
Juros obtidos - concedente Estado	57 338	62 184
Outros ganhos financeiros	-	48
Resultados Financeiros	- 157 885	- 186 947

Os juros suportados dizem respeito aos juros suportados na dívida afeta aos segmentos de negócio Alta Prestação Rodoviária, Atividade de Investimento de Infraestrutura Ferroviária e Atividade de Gestão de Infraestrutura Ferroviária.

Os gastos com a atualização financeira da dívida às subconcessionárias pela obra / serviços prestados são registados nos juros suportados Subconcessões, que serão faturados no futuro, de acordo com os termos estipulados nos respetivos Contratos de Subconcessão. Este montante resulta da responsabilidade da IP para com as subconcessionárias pelos serviços de construção e operação e manutenção rodoviária já efetuados por estas e ainda não pagas, no valor de 3.409 M€ (dívida de gestão indireta), remuneradas contabilisticamente a taxas entre os 5% e os 9%.

As outras perdas financeiras respeitam aos encargos suportados com a taxa de aval prestado pelo Estado Português, comissões bancárias e especialização dos encargos associados às emissões de empréstimos obrigacionistas.

A rubrica de juros obtidos inclui a remuneração auferida em aplicações financeiras efetuadas junto do IGCP e os juros imputados ao concedente Estado (nota 12).

28. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A decomposição do montante de imposto sobre o rendimento do período reconhecido na demonstração consolidada do rendimento integral de 30 de junho de 2016 e 30 de junho de 2015, é conforme segue:

	30-06-2016	30-06-2015
Imposto sobre o rendimento corrente	- 15 128	- 4 914
Imposto sobre o rendimento diferido (Nota 9)	6 884	- 8 471
	-8.244	-13.384

Apresenta-se de seguida a reconciliação da taxa efetiva de imposto para os períodos em análise:

	30-06-2016	30-06-2015
Resultado antes de imposto	13 345	1 051
Taxa nominal de imposto	22,45%	22,50%
	- 2 995	- 237
Gastos não aceites fiscalmente	- 10 260	- 10 765
Rendimentos não aceites fiscalmente	1 585	2 978
Prejuízos fiscais	196	5 284
Excesso/ Insuficiência de estimativa de IRC	- 596	- 304
Derrama estadual	- 2 838	- 1 682
Tributações autónomas	- 219	- 188
Imposto corrente	- 15 128	- 4 914
Impostos diferidos	6 884	- 8 471
Gasto de imposto	- 8 244	- 13 384
Taxa efetiva de imposto	-61,78%	-1273,30%

29. REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

IP, S.A.

Conselho de Administração Executivo

O n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio determinou que os membros dos conselhos de administração da ex-EP, S. A., e da ex-REFER, E. P. E., passariam a integrar o conselho de administração executivo da IP, tendo sido deliberado pelo acionista Estado, em reunião de assembleia geral realizada em 28 de agosto de 2015, na qual foram eleitos os órgãos sociais, os termos do mandato e o regime remuneratório associados.

Definido o estatuto remuneratório, aos valores ilíquidos apurados foram aplicadas as reduções previstas no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho e no artigo 2.º da Lei 75/2014, de 12 de setembro, respetivamente de 5% e 10%, sendo que esta última redução de 10%, no primeiro semestre de 2016, por força publicação da Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro (que determina a extinção da redução remuneratória na Administração Pública) foi objeto de uma reversão de 40% a partir de 1 de janeiro de 2016 e de 60% a partir de 1 de abril de 2016, nos termos do disposto, respetivamente, nas alíneas a) e b) do artigo 2.º do citado diploma legal.

No primeiro semestre de 2016, foi cumprido o disposto no artigo 20.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (que aprova o Orçamento do Estado para 2016), e efetuado o pagamento do subsídio de natal ou 13.º mês mensalmente, por duodécimos, aos membros do Conselho de Administração Executivo, tendo sido o seu valor apurado nos termos do disposto no n.º 2 da mesma disposição legal.

Relativamente ao pagamento do subsídio de férias, foi aplicado o regime de pagamento em duodécimos que resulta da Lei n.º 11/2013 de 28 de janeiro, que se manteve em vigor em 2016 por força do disposto no artigo 231.º, n.º 2.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, aos membros do Conselho de Administração Executivo que informaram pretender que esse regime lhes fosse aplicado.

No primeiro semestre de 2016, foi igualmente cumprido o disposto no artigo 41.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, não tendo sido atribuídos prémios de gestão. A referida disposição legal mantém-se em vigor no ano de 2016 por força do disposto no artigo 18.º, n.º 1 da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.

(v valores em euros)

30 de junho de 2016	Remunerações *	Descontos Patronais Segurança Social
António Manuel Palma Ramalho	49 881	11 660
José Luis Ribeiro dos Santos	45 452	10 610
José Saturino Sul Serrano Gordo	45 452	10 610
Alberto Manuel de Almeida Diogo	40 441	9 413
Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira	40 420	9 413
José Carlos de Abreu e Couto Osório	41 509	9 664
Adriano Rafael de Sousa Moreira	41 419	9 663
	304 574	71 034

* inclui subsídio de refeição

(v valores em euros)

30 de junho de 2015	Remunerações *	Descontos Patronais Segurança Social
António Manuel Palma Ramalho	44 786	10 487
José Luis Ribeiro dos Santos	41 387	9 665
José Saturnino Sul Serrano Gordo	42 421	9 932
Alberto Manuel de Almeida Diogo	38 813	9 046
Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira	39 695	9 283
José Carlos de Abreu e Couto Osório	39 668	9 283
Adriano Rafael de Sousa Moreira	39 730	9 283
Rui Lopes Loureiro	12 100	3 051
José Rui Roque	9 569	2 392
	308 169	72 423

* inclui subsídio de refeição

Conselho Geral e de Supervisão e Revisor Oficial de Contas

As remunerações definidas em assembleia geral a 28 de agosto de 2015 foram objeto de redução de 10%, nos termos do artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro. No primeiro semestre de 2016, por força publicação da Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro (que determina a extinção da redução remuneratória na Administração Pública) foi objeto de uma reversão de 40% a partir de 1 de janeiro de 2016 e de 60% a partir de 1 de abril de 2016, nos termos do disposto, respetivamente, nas alíneas a) e b) do artigo 2.º do citado diploma legal.

Na sequência da sua eleição para o cargo de vogal executivo do Conselho de Administração da APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A. e da APSS – Administração do Porto de Setúbal e Sesimbra, S.A., o Dr. José Emílio Castel-Branco, em cumprimento do disposto no artigo 31.º do Estatuto do Gestor Público, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, solicitou a suspensão – com efeitos a 24 de maio de 2016 – da remuneração decorrente do período do Cargo de Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras do Conselho Geral e de Supervisão da IP.

(valores em euros)

30 de junho de 2016	Remunerações	Desc. Patron. Segurança Social
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	10 082	-
Duarte Manuel Ivens Pita Ferraz	10 889	2 210
Issuf Ahmad	11 350	2 304
	32 321	4 514

(valores em euros)

30 de junho de 2015	Remunerações	Desc. Patron.
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	9 164	-
Pedro Manuel Mota Carecho Grilo	6 949	-
Pedro Miguel do Nascimento Ventura	6 873	1 216
	22 986	1 216

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

(valores em euros)

	30-jun-16	30-jun-15
P.Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados, SROC, Lda	8 975	8 975

Os valores evidenciados a favor de P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados, SROC, Lda, respeitam a honorários de Revisão Legal das Contas separadas e consolidadas.

IP Telecom

Conselho de Administração

- Presidente: Eng.^a Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira
- Vogal: Dr. Alberto Manuel de Almeida Diogo
- Vogal: Eng.^o Rui Pedro Nobre Ribeiro

A Eng.^a Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira e o Dr. Alberto Manuel de Almeida Diogo, respetivamente Presidente e Vogal do Conselho de Administração da IP Telecom, exercem os respetivos cargos em acumulação com os cargos de membros do Conselho de Administração Executivo da IP, acumulação que

ocorre ao abrigo do disposto no artigo 20.º, n.º 4 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março que aprova o estatuto do gestor público (EGP), dada a relação de domínio que a IP, S.A. detém sobre a IP Telecom.

Nos termos do disposto no artigo 31.º do EGP, a acumulação de funções acima referida não conferiu direito a qualquer remuneração adicional, tendo o estatuto remuneratório dos gestores em causa sido fixado no âmbito das funções de gestão exercidas na IP, (para a qual foram designados gestores pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2015, publicada no Diário da República, 2.ª série, de 12 de janeiro, mantendo-se o período dos cargos na IP agora ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio sendo os mesmos remunerados de acordo com o estabelecido em Deliberação Social Unânime por Escrito de 28 de agosto de 2015).

O Eng.º Rui Pedro Nobre Ribeiro não é remunerado pelo período do respetivo cargo de Vogal de Conselho de Administração, tendo renunciado à remuneração de gestor e optado pelo vencimento do lugar de origem, nos termos do disposto no artigo 28.º, n.º 8 do EGP. O administrador em questão exerce o cargo em acumulação com o cargo de Diretor da Direção Comercial e Desenvolvimento do Negócio da IP, cargo pelo período do qual foi remunerado, não se fixando por esse motivo estatuto remuneratório enquanto vogal da IP Telecom.

Fiscal Único

As remunerações definidas foram objeto de redução nos termos dos artigos 2.º e 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de Setembro.

Ao abrigo do art.º 397 do código das sociedades comerciais informa-se que não foi realizado qualquer negócio entre a empresa e os seus administradores.

Nos períodos findos em 30 de junho de 2016 e 2015 os honorários do Fiscal Único foram os que se segue:

(valores em euros)

	30-jun-16	30-jun-15
Barbas, Martins, Mendonça & Associados, SROC	6 688	6 019

IP Património

Conselho de Administração

- Presidente: Dr. José Carlos de Abreu Couto Osório
- Vogal: Dr. Adriano Rafael de Sousa Moreira
- Vogal: Eng.ª Maria Teresa Afonso Vitorino

O Dr. José Carlos de Abreu Couto Osório e o Dr. Adriano Rafael de Sousa Moreira, respetivamente Presidente e Vogal do Conselho de Administração da IP Património, exercem os cargos em acumulação com os cargos de membros do Conselho de Administração Executivo da IP, acumulação que ocorre ao abrigo do disposto no

artigo 20.º, n.º 4 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março que aprova o estatuto do gestor público (EGP), dada a relação de domínio que a IP, S.A. detém sobre a IP Património.

Nos termos do disposto no artigo 31.º do EGP, a acumulação de funções acima referida não conferiu direito a qualquer remuneração adicional, tendo o estatuto remuneratório dos gestores em causa sido fixado no âmbito das funções de gestão exercidas na IP, (para a qual foram designados gestores pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2015, publicada no Diário da República, 2.ª série, de 12 de janeiro, mantendo-se o período dos cargos na IP agora ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio sendo os mesmos remunerados de acordo com o estabelecido em Deliberação Social Unânime por Escrito de 28 de agosto de 2015).

A Eng.ª Maria Teresa Afonso Vitorino é remunerada pela IP Património. Tendo em consideração a classificação no grupo C da Empresa, teve o seu estatuto remuneratório definido em conformidade com o disposto nas Resoluções do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 9 de janeiro e do disposto no artigo 28.º/2 do EGP. Aos valores auferidos pelo período do cargo em 2016, foram aplicadas as reduções previstas artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho e no artigo 2.º da Lei n.º 75/2014 de 12 de setembro, respetivamente de 5% e 10%, sendo que esta última redução de 10%, no primeiro semestre de 2016, por força publicação da Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro (que determina a extinção da redução remuneratória na Administração Pública) foi objeto de uma reversão de 40% a partir de 1 de janeiro de 2016 e de 60% a partir de 1 de abril de 2016, nos termos do disposto, respetivamente, nas alíneas a) e b) do artigo 2.º do citado diploma legal.

No primeiro semestre de 2016, foi cumprido o disposto no artigo 20.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (que aprova o Orçamento do Estado para 2016), e efetuado o pagamento do subsídio de natal ou 13.º mês mensalmente, por duodécimos, aos membros do Conselho de Administração Executivo, tendo sido o seu valor apurado nos termos do disposto no n.º 2 da mesma disposição legal.

No primeiro semestre de 2016, foi igualmente cumprido o disposto no artigo 41.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, não tendo sido atribuídos prémios de gestão. A referida disposição legal mantém-se em vigor no ano de 2016 por força do disposto no artigo 18.º, n.º 1 da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.

Considerando o disposto no artigo 21.º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012 de 9 de fevereiro, da aplicação das regras de fixação de remunerações não resultou um aumento da remuneração efetivamente paga ao vogal do conselho de administração acima referido, face ao auferido pelo Conselho de Administração da IP Património até à data, que teve como referência a remuneração auferida à data da entrada em vigor das resoluções 16/2012 e 18/2012.

(valores em euros)		
30 de junho de 2016	Remunerações *	Descontos Patronais Segurança Social
Maria Teresa Afonso Vitorino	33 592	7 790

(valores em euros)		
30 de junho de 2015	Remunerações *	Descontos Patronais Segurança Social
Maria Teresa Afonso Vitorino	22 649	4 371

Fiscal Único

As remunerações definidas foram objeto de redução nos termos dos artigos 2.º e 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de Setembro.

Ao abrigo do art.º 397 do código das sociedades comerciais informa-se que não foi realizado qualquer negócio entre a empresa e os seus administradores.

Nos períodos findos em 30 de junho de 2016 e 2015 os honorários do Fiscal Único foram os que se segue:

(valores em euros)

	30-jun-16	30-jun-15
Barbas, Martins, Mendonça & Associados, SROC	6 608	5 947

IP Engenharia

Conselho de Administração

- Presidente: Eng.º José Luis Ribeiro dos Santos
- Vogal: Dr. Adriano Rafael de Sousa Moreira
- Vogal: Eng.º Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro

O Eng.º José Luis Ribeiro dos Santos e o Dr. Adriano Rafael de Sousa Moreira, respetivamente Presidente e Vogal do Conselho de Administração da IP Engenharia, exercem os cargos em acumulação com os cargos de membros do Conselho de Administração da IP, acumulação que ocorre ao abrigo do disposto no artigo 20.º, n.º 4 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março que aprova o estatuto do gestor público (EGP), dada a relação de domínio que a IP, S.A. detém sobre a IP Engenharia.

Nos termos do disposto no artigo 31.º do EGP, a acumulação de funções acima referida não conferiu direito a qualquer remuneração adicional, tendo o estatuto remuneratório dos gestores em causa sido fixado no âmbito das funções de gestão exercidas na IP, (para a qual foram designados gestores pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2015, publicada no Diário da República, 2.ª série, de 12 de janeiro, mantendo-se o período dos cargos na IP agora ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio sendo os mesmos remunerados de acordo com o estabelecido em Deliberação Social Unânime por Escrito de 28 de agosto de 2015).

O Eng.º Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro é remunerado pela IP Engenharia. Tendo em consideração a classificação no grupo C da Empresa, teve o seu estatuto remuneratório definido em conformidade com o disposto nas Resoluções do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 9 de janeiro e do disposto no artigo 28.º/2 do EGP. Aos valores auferidos pelo exercício do cargo em 2015, foram aplicadas as

reduções previstas artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho e no artigo 2.º da Lei n.º 75/2014 de 12 de setembro, respetivamente de 5% e 10%, sendo que esta última redução de 10%, no primeiro semestre de 2016, por força publicação da Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro (que determina a extinção da redução remuneratória na Administração Pública) foi objeto de uma reversão de 40% a partir de 1 de janeiro de 2016 e de 60% a partir de 1 de abril de 2016, nos termos do disposto, respetivamente, nas alíneas a) e b) do artigo 2.º do citado diploma legal.

No primeiro semestre de 2016, foi cumprido o disposto no artigo 20.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (que aprova o Orçamento do Estado para 2016), e efetuado o pagamento do subsídio de natal ou 13.º mês mensalmente, por duodécimos, aos membros do Conselho de Administração Executivo, tendo sido o seu valor apurado nos termos do disposto no n.º 2 da mesma disposição legal.

No primeiro semestre de 2016, foi igualmente cumprido o disposto no artigo 41.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, não tendo sido atribuídos prémios de gestão. A referida disposição legal mantém-se em vigor no ano de 2016 por força do disposto no artigo 18.º, n.º 1 da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.

Considerando o disposto no artigo 21.º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012 de 9 de fevereiro, da aplicação das regras de fixação de remunerações não resultou um aumento da remuneração efetivamente paga ao vogal do conselho de administração acima referido, face ao auferido pelo Conselho de Administração da IP Engenharia até à data, que teve como referência a remuneração auferida à data da entrada em vigor das resoluções 16/2012 e 18/2012.

(v alores em euros)

30 de junho de 2016	Remunerações *	Descontos Patronais Segurança Social
Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro	34 149	7 787

(v alores em euros)

30 de junho de 2015	Remunerações *	Descontos Patronais Segurança Social
Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro	33 987	6 377

Fiscal Único

As remunerações definidas foram objeto de redução nos termos dos artigos 2.º e 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de Setembro.

Ao abrigo do art.º 397 do código das sociedades comerciais informa-se que não foi realizado qualquer negócio entre a empresa e os seus administradores.

Nos períodos findos em 30 de junho de 2016 e 2015 os honorários do Fiscal Único foram os que se segue:

(valores em euros)

	30-jun-16	30-jun-15
Barbas, Martins, Mendonça & Associados, SROC	5 064	4 558

GIL

Conselho de Administração

- Presidente: Eng.º José Luis Ribeiro dos Santos
- Vogal: Dr. Alberto Manuel de Almeida Diogo
- Vogal: Eng.º José Carlos de Abreu Couto Osório

Os membros do Conselho de Administração da GIL exercem o respetivo cargo em acumulação com os cargos de membros do Conselho de Administração da IP, acumulação que ocorre ao abrigo do disposto no artigo 20.º, n.º 4 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março que aprova o Estatuto do Gestor Público (EGP), dada a relação de domínio que a IP, S.A. detém sobre a GIL.

Nos termos do disposto no artigo 31.º do EGP, a acumulação de funções acima referida não conferiu direito a qualquer remuneração adicional, tendo o estatuto remuneratório dos gestores em causa sido fixado no âmbito das funções de gestão exercidas na IP, para a qual foram designados gestores pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2015, publicada no Diário da República, 2.ª série, de 12 de janeiro, mantendo-se o exercício dos cargos na IP agora ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio sendo os mesmos remunerados de acordo com o estabelecido em Deliberação Social Unânime por Escrito de 28 de agosto de 2015).

30. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A PARTES RELACIONADAS

As entidades identificadas como partes relacionadas do Grupo IP em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, no âmbito do disposto na IAS 24 – Partes Relacionadas, são as seguintes:

30 DE JUNHO 2016

Relação	
Operações conjuntas	
AVEP	Operação conjunta (A IP detém 50,00% do capital)
AEIE, CFM4	Operação conjunta (A IP detém 25,00% da operação)
Outras entidades relacionadas	
Estado Português	Acionista através da DGTF
CP	Relação Domínio - Estado (Operador Ferroviário)

31 DE DEZEMBRO DE 2015

Relação	
Operações conjuntas	
AVEP	Operação conjunta (A IP detém 50,00% do capital)
AEIE, CFM4	Operação conjunta (A IP detém 25,00% da operação)
Outras entidades relacionadas	
Estado Português	Acionista atreavés da DGTF
CP	Relação Domínio - Estado (Operador Ferroviário)
CP Carga	Relação Domínio - Estado (Operador Ferroviário)

A CP Carga foi objeto de privatização em 2016, deixando assim de ser considerada entidade relacionada no âmbito do Grupo IP.

SALDOS E TRANSAÇÕES SIGNIFICATIVAS COM ENTIDADES PÚBLICAS

O Grupo IP é detido na totalidade pelo Estado Português, sendo a função acionista desempenhada pela Direção Geral do Tesouro e Finanças e tendo tutela conjunta do Ministério da Economia e o Ministério de Estado e das Finanças.

No quadro seguinte detalham-se os principais saldos e transações entre o Grupo IP e o Estado nos períodos findos em 30 de junho de 2016 e 30 de junho de 2015:

Natureza	Rubrica contabilística	Ativo 30-06-2016		Passivo 30-06-2016		Rendimentos	Gastos
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	30-06-2016	30-06-2016
Tarifa - Op. Transportes Ferroviário	Clientes/Fornecedores	22 219	-	100	-	36 302	2 109
Tarifa - Op. Transportes Ferroviário	Out C. receber/a pagar	72	-	13	-	-	0
Concedente - Estado - ILD	Conc. Est. Conta a receber	5 469 241	-	-	-	-	0
Concedente - Estado - ILD	Vendas e Prestação de serviços	-	-	-	-	8 845	0
Concedente - Estado - ILD	Juros obtidos - concedente Estado	-	-	-	-	57 338	0
TRIR	Outros gastos e perdas	-	-	-	-	-	2 114
Custos de cobrança CSR	FSE	-	-	-	-	-	6 488
Acréscimo de gastos CSR	Outras contas a pagar	-	-	3 310	-	-	0
Suprimentos	Financiamento acionista/ Suprimento	-	-	3 640 678	1 212 234	-	0
Gastos financeiros - Suprimentos	Juros suportados - Empréstimos	-	-	-	-	-	37 291
		5 491 531	-	3 644 101	1 212 234	102 485	48 001

De seguida apresentam-se os saldos a 31 de dezembro de 2015, bem com as transações para o período findo em 30 de junho de 2015

Natureza	Rubrica contabilística	Ativo 31-12-2015		Passivo 31-12-2015		Rendimentos	Gastos
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	30-06-2015	30-06-2015
Tarifa - Op. Transportes Ferroviário	Clientes/Fornecedores	54 414	-	3 426	-	37 731	2 337
Concedente - Estado - ILD	Conc. Est. Conta a receber	5 406 324	-	-	-	-	0
Concedente - Estado - ILD	Vendas e Prestação de serviços	-	-	-	-	8 196	0
Concedente - Estado - ILD	Juros obtidos - concedente Estado	-	-	-	-	62 184	0
TRIR	Outros gastos e perdas	-	-	-	-	-	1 603
Custos de cobrança CSR	FSE	-	-	-	-	-	6 507
Acréscimo de gastos CSR	Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	0
Suprimentos	Financiamento acionista/ Suprimento	-	-	3 347 598	1 478 345	-	0
Gastos financeiros - Suprimentos	Juros suportados - Empréstimos	-	-	-	-	-	58 656
		5 460 738	-	3 351 025	1 478 345	108 111	69 103

OPERAÇÕES CONJUNTAS

De seguida apresentam-se os impactos das operações conjuntamente controladas nas demonstrações financeiras condensadas consolidadas do grupo:

	30-06-2016	31-12-2015
Ativos correntes	1 074	1 074
Passivos correntes	1 017	518
Réditos	-	751
Resultados do período	-499	245

No período de relato decorrente de 01 de janeiro de 2016 a 30 de junho de 2016 não foi possível obter informação para atualizar os dados acima, pelo que apenas foram imputados os encargos a faturar pelo AEIE-CFM4 (nota 26).

31. NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir 1 de Janeiro de 2016

- **Alteração à IAS19 – Benefícios de empregados** – Pretende-se simplificar a contabilização dos planos de benefícios definidos, atribuídos aos empregados quando estes são independentes dos anos de serviços dos empregados. Esta alteração não terá impactos nas Demonstrações financeiras do Grupo.
- **Alteração da IAS16 e IAS38 – Métodos de cálculo das amortizações e depreciações permitidas** - Esta alteração esclarece que o uso de métodos baseados em receitas para calcular a depreciação de um ativo não é apropriado porque a receita gerada por uma atividade que inclui o uso de um ativo reflete

geralmente outros fatores para além do consumo dos benefícios económicos desse ativo. Esta alteração não têm impacto nas Demonstrações Financeiras do Grupo, dado que, conforme exposto na nota 2.3, considera-se que existe uma elevada correlação entre as receitas geradas e a utilização da infraestrutura.

- **Alteração da IAS16 e IAS41 – Agricultura: plantas que produzem ativos biológicos consumíveis** – A alteração estabelece que uma planta que produz ativos biológicos deve ser enquadrada no âmbito da IAS16, com as devidas consequências ao nível da sua mensuração, no entanto, os ativos por ela produzidos mantêm-se enquadrados na IAS41. Esta alteração não é aplicável às Demonstrações financeiras do Grupo.
- **Alteração à IFRS11 – Contabilização da aquisição de interesse numa operação conjunta** - Esta alteração adiciona novas orientações sobre como contabilizar a aquisição de uma participação em uma operação conjunta que constitui um negócio, aplicando-se nesses casos os princípios da IFRS3. Não são esperados impactos relevantes da adoção desta alteração.
- **Alteração à IAS1 – Revisão de divulgações** – Esta alteração resulta de um projeto de revisão às divulgações IFRS, e refere-se à materialidade e agregação, à apresentação de subtotais, à estrutura das demonstrações financeiras, à divulgação das políticas contabilísticas, e à apresentação dos itens de outros rendimentos integrais resultantes de investimentos mensurados pelo método da equivalência patrimonial. Eventuais impactos desta norma no Grupo não se prevêem relevantes.
- **Alterações à IAS27 – Método da Equivalência Patrimonial nas Demonstrações Financeiras Separadas** - Esta alteração vem permitir a opção de apresentação, nas demonstrações financeiras separadas, de investimentos em subsidiárias, empresas controladas conjuntamente e associadas de acordo com o método de equivalência patrimonial. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

Alterações às normas publicadas pelo IASB, ainda não endossadas pela UE

- **Alterações às IFRS10 e 12 e IAS28- Entidades de Investimento: aplicação da isenção de consolidar** – Esta alteração clarifica que a isenção à obrigação de consolidar aplica-se a uma empresa mãe intermédia que constitua uma subsidiária de uma Entidade de Investimento. Clarifica-se ainda a opção de aplicação do método da equivalência patrimonial a entidades que não sendo entidades de investimento detêm interesses em associadas ou empreendimentos conjuntos que se classificam como entidades de investimento. Não são esperados impactos relevantes da adoção desta alteração no Grupo.
- **Alterações à IAS7 – Revisão de divulgação** - A norma estabelece que a entidade necessita de divulgar informação sobre alterações dos passivos relacionados com atividades de financiamento, nomeadamente: (i) alterações dos fluxos de caixa de financiamentos; (ii) alterações resultantes de obtenção ou perda de controlo das subsidiárias ou outros negócios; (iii) o efeito de alterações nas taxas de câmbio; (iv) alterações de justo valor; e (v) outras alterações. Os efeitos desta alteração serão objeto de análise pelo Grupo.
- **Alteração à IAS12 – Reconhecimento de impostos diferidos ativos** – A alteração clarifica a forma de contabilizar impostos diferidos ativos relacionados com ativos mensurados ao justo valor, como estimar os lucros tributáveis futuros, quando existem diferenças temporárias dedutíveis, e como avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos, quando existem restrições na lei fiscal. O Grupo não dispõe à data de ativos mensurados ao justo valor geradores de diferenças temporárias.

- **Alteração à IAS2 – Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações** - Estas alterações incorporam na norma as operações de pagamento com base em ações e liquidadas em dinheiro. Não são esperadas impactos no grupo referentes a esta alteração.
- **Alterações à IFRS15 – Rédito de contratos com clientes** - Apenas são apresentados esclarecimentos sobre a transição e não alterações nos princípios subjacentes da norma.

Novas normas publicadas pelo IASB, ainda não endossadas pela UE.

- **IFRS9 – Instrumentos financeiros – Classificação e mensuração** – Visa substituir a IAS39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e introduz alterações no que se refere: i) à classificação e mensuração dos ativos financeiros, introduzindo uma simplificação na classificação com base no modelo de negócio definido pela gestão; ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber, com base no modelo de perdas estimadas em substituição do modelo de perdas incorridas; iii) ao reconhecimento da componente de “own credit risk” da mensuração voluntária de passivos ao justo valor, e; iv) às regras de contabilidade de cobertura, que se pretende que estejam mais alinhadas com o racional económico da cobertura de riscos definido pela Gestão. Os eventuais impactos da aplicação desta norma serão objeto de análise por parte do Grupo.
- **IFRS15 – Rédito de contratos com clientes** – Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestações de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito. Os eventuais impactos da aplicação desta norma serão analisados pelo Grupo.
- **IFRS16 – Locações** - A norma estabelece a forma de reconhecimento, apresentação e divulgação de contratos de locações, definindo um modelo único de contabilização. Com exceção de contratos inferiores a 12 meses, as locações deverão ser contabilizadas como um ativo e um passivo. Os eventuais impactos da aplicação desta norma terão que ser analisados pelo Grupo.

32. GARANTIAS E AVALES

Em 30 de junho de 2016, os empréstimos que beneficiam de aval do Estado totalizam 2.860,6 M€ (dezembro de 2015: 2.924 M€)

As responsabilidades assumidas com garantias bancárias prestadas, em 30 de junho de 2016, totalizavam 184,4 M€ (dezembro de 2015 154,7 M€), dos quais 149 M€ respeitam a garantias prestadas à Autoridade Tributária decorrentes do processo do IVA e 2 M€ são garantias prestadas a tribunais no âmbito de processos em contencioso.

33. CONTINGÊNCIAS

Processos em tribunal

- A 30 de junho de 2016, os processos judiciais em curso, referentes a expropriações ferroviárias, atingem o valor de 892 m€ (em 2015: 1.889 m€), sendo que este valor não tem reflexo na Demonstração Consolidada da Posição Financeira. Nestes casos, são efetuados depósitos à ordem do tribunal onde esteja a decorrer o processo, depósitos estes equivalentes ao valor arbitrado e que ficam à guarda da Caixa Geral de Depósitos, sendo que da sua resolução não resulta um encargo para a Empresa, mas sim para o concedente das infraestruturas ferroviárias.
- Existem ainda outras ações relacionadas com acidentes ocorridos nas infraestruturas ferroviárias de que a Empresa é gestora e danos provocados em propriedades alheias e imputáveis à Empresa. Estas ações encontram-se cobertas pelo seguro de atividade da IP. As contingências que possam advir dos processos a decorrerem no Tribunal do Trabalho, foram objeto de provisão, conforme referido na nota 16.

Processos de IVA

- Proferida a decisão final em sede de Administração Tributária relativa à correção de IVA de 2006, envolvendo o montante de 2.816.329 euros, foi deferido parcialmente pela Autoridade Tributária, tendo a IP Património apresentado impugnação judicial com parecer de especialista fiscal. Não obstante o indeferimento da reclamação graciosa, os pareceres fiscais sobre a matéria permitem sustentar a convicção da Empresa que assiste razão para devolução do referido montante, uma vez que não ocorreu qualquer incumprimento fiscal por parte da IP Património no apuramento de imposto e tratamento da operação em sede do código do IVA. No limite, caso a ação não seja ganha, terá que ser reconhecido como gasto o valor já depositado à ordem da AT, acrescido de eventuais juros de mora e compensatórios. Em 25 de maio de 2015 a empresa foi notificada da contestação da Autoridade Tributária, aguardando-se a marcação da audiência.
- Processo executivo que decorre no 1º Serviço das Finanças de Lisboa, relativo a Imposto sobre o Valor Acrescentado liquidado pela IP Telecom durante o período financeiro de 2002, para o qual foi apresentada Reclamação Graciosa. O processo supra encontra-se presentemente suspenso (pelo período de vigência da Reclamação Graciosa), uma vez prestada garantia bancária no valor de 24.448 euros (quantia exequenda, juros, custos e acréscimo de 25%).

Outras contingências

Subsídios

Os subsídios afetos à concessão foram atribuídos de acordo com as condições de elegibilidade aplicáveis às candidaturas respetivas, encontrando-se no entanto sujeitos a auditorias e eventual correção pelas entidades competentes. No caso das candidaturas a subsídios comunitários, estas correções poderão ocorrer durante um período de cinco anos a partir do pagamento do saldo. Tratando-se de subsídios afetos à atividade de investimento ferroviário por conta do concedente, a devolução tem repercussão apenas na conta do concedente – valor a receber.

Fiscais e Parafiscais

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. O Conselho de Administração Executivo suportado nas informações dos seus assessores fiscais, entende que eventuais contingências fiscais não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e separadas em 30 de junho de 2016, considerando as provisões constituídas e as expectativas existentes nesta data, incluindo a situação de impugnação judicial referente ao diferendo de IVA, e relatado no parágrafo anterior, bem como na nota 16.

34. COMPROMISSOS

Os compromissos do Grupo IP resultam fundamentalmente da sua obrigação de cumprir com os compromissos assumidos relativos aos Contratos de Subconcessão Rodoviária e à substituição do Estado nos seus pagamentos e recebimentos da Rede Rodoviária Concessionada.

Os encargos líquidos do Grupo IP com Concessões Rodoviárias do Estado e Subconcessões, incluindo as receitas de portagem após o término dos Contratos de Concessão do Estado com os parceiros privados, que são receitas do Grupo IP, de acordo com o seu Contrato de Concessão, a preços constantes e com IVA, conforme os valores enviados à Direção Geral do Tesouro e Finanças que serviram de base aos valores apresentados no quadro correspondente no Relatório do Orçamento do Estado para 2016, resumem-se aos apresentados no quadro seguinte:

Encargos Concessões e Subconcessões (M€)	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Encargos Brutos	1.496	1.432	1.381	1.346	1.301	1.292	1.176	1.128	989
Receitas	-340	-391	-395	-423	-428	-435	-441	-448	-454
Encargos Líquidos	1.156	1.041	986	923	873	857	735	680	535
Encargos Concessões e Subconcessões (M€)	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
Encargos Brutos	882	797	767	662	555	504	363	293	279
Receitas	-486	-477	-484	-458	-367	-251	-194	-173	-177
Encargos Líquidos	396	320	283	204	188	253	169	119	102
Encargos Concessões e Subconcessões (M€)	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	
Encargos Brutos	241	269	258	257	42	17	2	0	
Receitas	-182	-128	-117	-109	-63	-42	-36	0	
Encargos Líquidos	59	140	140	148	-21	-25	-34	0	

35. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

- a) Nos termos do nº 1 do art.º 21º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, a empresa confirma não ser devedora de quaisquer contribuições vencidas à Segurança Social; mais informa não ser devedora de qualquer dívida perante a Administração Fiscal.
- b) Impacto da atividade da IP nas Contas Nacionais e Contas Públicas (Base 12, número 3, alínea c) do Decreto-Lei nº 110/2009 de 18 maio).

i. Contas Nacionais:

Após consulta ao Instituto Nacional de Estatística (INE) entende-se que todas as rubricas contabilísticas da IP têm impacto direto nas contas nacionais. Os fluxos que a IP estabelece com unidades fora do perímetro das Administrações Públicas terão efeito direto nos agregados das administrações públicas (défice e/ou dívida), impacto cujo efeito e magnitude dependerá das operações em causa. Assim, exemplificando, quando a IP recebe juros de aplicações financeiras fora do perímetro das Administrações Públicas, contribui positivamente para o saldo das Administrações Públicas; quando a IP paga serviços prestados por Sociedades está a aumentar a despesa pública e o défice; se a IP se financiar junto do sector financeiro ou do Resto do Mundo, está a aumentar a dívida pública.

Pela própria natureza do sistema de contas nacionais, a estimativa do impacto de uma única unidade deve ser tomada como meramente indicativa. Consistindo num sistema integrado, para evidenciar as relações económicas subjacentes de forma mais explícita, a metodologia das contas nacionais estabelece que as operações de uma unidade ou conjunto de unidades, por vezes, sejam objeto de transformações cujo efeito analítico só faz sentido no conjunto mais alargado do sistema de contas.

ii. Contas Públicas:

A prestação de contas numa ótica de contabilidade pública adota a denominada base de caixa, em que se procede ao registo de fluxos financeiros – pagamentos e recebimentos.

A IP encontra-se integrada nas Entidades Públicas Reclassificadas passando a ser equiparada a Serviços e Fundos Autónomos, sendo assim integrada no universo do Orçamento do Estado.

36. OUTROS FACTOS RELEVANTES

a) Compensações, reservas de direitos, pedidos de reposição de equilíbrio financeiro (REF) e impugnações de multas nas Subconcessões e Contratos de Prestação de Serviço

Nos termos dos Contratos das Subconcessões ainda antes da apresentação de qualquer pedido de reposição de equilíbrio financeiro (REF) em concreto, a contraparte da IP tem que formular aquilo que se designa como “reserva de direito”, ou seja, tem de informar a IP que entende que um determinado facto é elegível para efeitos de REF. Depois desta reserva, é que são ou podem ser apresentados os pedidos de REF. Cumpre igualmente notar que caso a reserva de direitos não seja formulada no prazo de 30 dias a contar da data da ocorrência do evento, o putativo e eventual direito a REF caduca.

Até 30 de junho de 2016 foram apresentados os seguintes pedidos de REF:

Subconcessão	Tipo de pedido efetuado	Facto Gerador do pedido	Ponto da Situação
Auto-Estrada Transmontana (AEXXI)	Reposição de equilíbrio financeiro	Atraso na recusa de visto	A SC renunciou ao pedido, contudo ainda não formalizou a renúncia perante a IP.
Baixo Tejo (AEBT)	Reposição de equilíbrio financeiro	Alterações legislativas de carácter específico: DL n.º 112/2009, de 18/5; Portaria n.º 314-B/2010, de 14/6 e DL n.º 111/2009, de 18/05 e Portaria n.º 1033-C/2010 de 06/10	Arbitragem suspensa por acordo.
Litoral Oeste (AELO)	Reposição de equilíbrio financeiro	Alterações legislativas de carácter específico: DL n.º 112/2009, de 18/5; Portaria n.º 314-B/2010, de 14/6 ; DL n.º 111/2009, de 18/5 e Portaria n.º 1033-C/2010 de 06/10	Arbitragem suspensa por acordo.
Litoral Oeste (AELO)	Reposição de equilíbrio financeiro	A SC alega vários factos geradores do pedido: alterações aos projeto; perturbações de natureza ambiental (povoamento de sobreiros); condições geológicas e geotécnicas anormais e imprevisíveis; achados arqueológicos; atrasos no planeamento da empreitada por dificuldades insuperáveis criadas pela IP e Expropriações	Arbitragem suspensa por acordo.
Pinhal Interior (Ascendi PI)		Alteração legislativa de carácter específico - Lei n.º 46/10, de 7/9; Lei 55-A/2010, de 31/12, Lei n.º 64-B/2011, de 31/12	
Pinhal Interior (Ascendi PI)	Reposição de equilíbrio financeiro	Vestígios Arqueológicos - Sra. Da Alegria	Em processo de decisão na Comissão de Negociações.
Pinhal Interior (Ascendi PI)		Construção do Nó do Peral, Alvaiázere e Almalaguês	
Pinhal Interior (Ascendi PI)		Vestígios Arqueológicos - Nó do Peral	

b) Compensações, reservas de direitos e pedidos de reposição de equilíbrio financeiro (REF) nas Concessões do Estado

Estas concessões são concessões do Estado, e foram negociados pelo Estado, pelo que o Grupo IP desconhece quaisquer reservas de direito e/ou pedido de reequilíbrio das Concessões, uma vez que a existirem estes não são apresentados ao Grupo IP, uma vez que este não é contraparte desses contratos. No âmbito do seu Contrato de Concessão com o Estado, o Grupo IP poderá eventualmente ser chamado a efetuar o pagamento destes REF, se o Concedente assim o entender.

No primeiro semestre de 2016, o Grupo IP pagou cerca de 4,1 M€ de participações, compensações e reequilíbrios, dos quais merece destaque a concessão Lusoponte cujo impacto do reequilíbrio financeiro IX, acrescido dos pagamentos de Monovolumes, TRIR e do recebimento do DUF, saldou-se num fluxo financeiro negativo para o Grupo no montante de 3,9 M€.

c) Aprovação de contas da ex-REFER referente ao período de 2014

A 18 de maio de 2016 foram aprovadas pelo acionista as demonstrações financeiras separadas e consolidadas e o relatório do Conselho de Administração Executivo referentes ao período de 2014 da ex-REFER.

d) Aprovação de contas da IP referente ao período de 2015

À data de aprovação destas demonstrações financeiras ainda não tinham sido aprovadas pelo acionista as demonstrações financeiras separadas e consolidadas e o relatório do Conselho de Administração Executivo referentes ao período de 2015 da IP.

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Aumento de capital

A 6 de julho de 2016, através de Deliberação Social Unânime por Escrito, foi reforçado o capital social em 400 M€, mediante a emissão de 80.000 novas ações de 5.000 euros cada, subscrito e realizado pelo acionista Estado Português da seguinte forma:

- i. No dia 08 de julho de 2016, o montante de 200 M€
- ii. No dia 23 de agosto de 2016, o montante de 200 M€

b) Alteração da composição do CAE

Conselho de Administração Executivo da IP

Após a cessação do primeiro semestre de 2016 ocorreram os seguintes eventos:

- Apresentada renúncia ao cargo de gestor por parte do Presidente do Conselho de Administração Executivo, Dr. António Manuel Palma Ramalho.

- Apresentada renúncia ao cargo de gestor por parte do Vice-Presidente do Conselho de Administração Executivo, Eng. José Luís Ribeiro dos Santos.
- Eleição para o cargo de Presidente do Conselho de Administração Executivo, do Eng. António Carlos Laranjo da Silva.
- Eleição para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração Executivo, do Eng. Carlos Alberto João Fernandes.

Os gestores eleitos foram-no para completar os mandatos iniciados pelos anteriores gestores e correspondentes ao triénio 2015-2017.

Conselho de Administração da IP Telecom

Após a cessação do primeiro semestre de 2016 ocorreram os seguintes eventos:

- Apresentada renúncia ao cargo de gestor por parte do Presidente do Vogal do Conselho de Administração, Eng. Rui Pedro Nobre Ribeiro.
- Eleição para o cargo de Vogal do Conselho de Administração, Eng. Carlos Alberto João Fernandes.

Os gestores eleitos foram-no para completar os mandatos iniciados pelos anteriores gestores e correspondentes ao triénio 2015-2017.

Conselho de Administração da IP Engenharia

Após o final do primeiro semestre de 2016 ocorreram os seguintes eventos:

- Apresentada renúncia ao cargo de gestor por parte do Presidente do Conselho de Administração, Eng. José Luis Ribeiro dos Santos.
- Apresentada renúncia ao cargo de gestor por parte do Vogal do Conselho de Administração, Dr. Adriano Rafael de Sousa Moreira.
- Eleição para o cargo de Presidente do Conselho de Administração, Eng. António Carlos Laranjo da Silva.
- Eleição para o cargo de Vogal do Conselho de Administração, Eng. José Luís Ribeiro dos Santos.

Os gestores eleitos foram-no para completar os mandatos iniciados pelos anteriores gestores e correspondentes ao triénio 2015-2017.

Conselho de Administração da GIL

Após o final do primeiro semestre de 2016 ocorreram os seguintes eventos:

- Apresentada renúncia ao cargo de gestor por parte do Presidente do Conselho de Administração, Eng. José Luís Ribeiro dos Santos.
- Apresentada renúncia ao cargo de gestor por parte do Vogal do Conselho de Administração, Eng. José Carlos de Abreu Couto Osório.

Almada, 29 de setembro de 2016

O Conselho de Administração Executivo

Diretora Financeira

Maria do Carmo Duarte Ferreira

Presidente

António Carlos Laranjo da Silva

Vice - Presidente

José Saturnino Sul Serrano Gordo

Vice - Presidente

Carlos Alberto João Fernandes

Contabilista Certificado

Diogo Mendonça Lopes Monteiro

Vogal

Alberto Manuel de Almeida Diogo

Vogal

Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira

Vogal

Adriano Rafael de Sousa Moreira

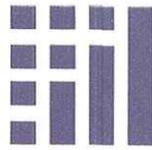
Vogal

José Carlos de Abreu e Couto Osório

10

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONDENSADAS CONSOLIDADAS DE 30 DE JUNHO DE 2016





RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONDENSADAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Efetuámos uma revisão limitada das demonstrações financeiras condensadas consolidadas anexas da **INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.** ("Empresa" ou "IP") e suas subsidiárias, que compreendem a demonstração condensada da posição financeira consolidada em 30 de junho de 2016 (que evidencia um ativo total consolidado de 27.551.016 milhares de Euros e um total de capital próprio consolidado de 3.581.017 milhares de Euros, incluindo um resultado consolidado líquido de 5.101 milhares de Euros), as demonstrações condensadas do rendimento integral consolidado, das alterações no capital próprio consolidado e dos fluxos de caixa consolidados relativas ao semestre findo naquela data, e o correspondente anexo consolidado.

Responsabilidades do órgão de gestão

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo a preparação de demonstrações financeiras condensadas consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34), e pela criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras condensadas consolidadas isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

Responsabilidades do auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras condensadas consolidadas anexas. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a ISRE 2410 – Revisão de Informação Financeira Intercalar Efetuada pelo Auditor Independente da Entidade e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras condensadas consolidadas não estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34).

4. Uma revisão limitada de demonstrações financeiras é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efetuámos



consistem fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

5. Os procedimentos efetuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria sobre estas demonstrações financeiras.

Conclusão

6. Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras condensadas consolidadas anexas da **INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.** e suas subsidiárias em 30 de junho de 2016, não estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34).

Ênfases

7. Sem modificar a nossa conclusão, chamamos a atenção para os seguintes aspetos:

7.1. Conforme divulgado nas Notas 2.2, 2.3, 2.4 e 8. do Anexo, a Empresa amortiza os direitos da concessão rodoviária reconhecidos em Ativos Intangíveis, de acordo com a IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços, com base em diversos pressupostos, nomeadamente, os relativos aos proveitos e aos investimentos futuros estimados no Plano de Negócios para o período da concessão rodoviária. Por questões de obrigatoriedade de divulgação, foi incluída nas Notas 34. e 36. do Anexo parte da informação prospectiva associada a esse Plano de Negócios, o qual é objecto de revisões anuais, reflexo da evolução da atividade rodoviária e de determinadas variáveis, bem como do conhecimento de novos factos que poderão alterar significativamente o mesmo.

7.2. Conforme divulgado nas Notas 2.2 e 12 do Anexo, a atividade de construção e renovação das infraestruturas ferroviárias de longa duração desenvolvida por conta do Estado é reconhecida e mensurada no ativo corrente como Ativo Financeiro, nos termos da IFRIC 12, ascendendo o saldo a receber relevado na conta do Concedente Estado a 5.469.241 milhares de euros, dos quais 5.406.324 milhares de euros transitam das demonstrações financeiras consolidadas de 2015, as quais, tal como as demonstrações financeiras separadas de 2015, aguardam aprovação acionista.



7.3. As demonstrações financeiras consolidadas do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2015 foram objecto de revisão limitada por outro revisor oficial de contas, cujo Parecer foi emitido em 14 de agosto de 2016, sem Reservas e com Ênfases.

7.4. Conforme divulgado na Nota 5 do Anexo, na sequência da aquisição da totalidade do capital social da GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A. pela IP, concluída em 2014, está prevista a integração dos ativos e passivos afetos à atividade de investimento em infraestrutura ferroviária na IP, ao valor contabilístico, não envolvendo alterações patrimoniais significativas, conforme previsto nos Planos de Atividades e Orçamentos destas empresas.

Lisboa, 29 de setembro de 2016

P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por


João Paulo Raimundo Henriques Ferreira, R.O.C